

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS**

PAULA ELOISE DOS SANTOS

**Uma “ádua” missão: trajetória política do general Ferdinando de Carvalho no combate
ao comunismo (1960-1980)**

Marechal Cândido Rondon

2025

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS

PAULA ELOISE DOS SANTOS

**Uma “árdua” missão: trajetória política do general Ferdinando de Carvalho no combate
ao comunismo (1960-1980)**

Dissertação apresentada à banca avaliadora como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em História pelo Programa de Pós-Graduação em História, Área de Concentração: História, Poder e Práticas Sociais, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Marechal Cândido Rondon, na Linha de Pesquisa Estado e Poder.
Orientadora: Profa. Dra. Carla Luciana Souza da Silva.

Marechal Cândido Rondon

2025

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

DOS SANTOS, Paula Eloise

Uma "ádua" missão: trajetória política do general
Ferdinando de Carvalho no combate ao comunismo (1960-1980) /
Paula Eloise DOS SANTOS; orientadora Carla Luciana Souza da
Silva. -- Marechal Cândido Rondon, 2025.

131 p.

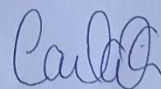
Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Marechal
Cândido Rondon) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná,
Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em
História, 2025.

1. Ferdinando de Carvalho. 2. Anticomunismo. 3. Doutrina
de Guerra Revolucionária. 4. Ditadura de Segurança Nacional.
I. Souza da Silva, Carla Luciana, orient. II. Título.

Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE **PAULA ELOISE DOS SANTOS**, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

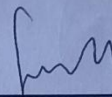
Ao(s) 26 dia(s) do mês de agosto de 2025 às 18h30min, no(a) Auditório da Pós-graduação, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação do(a) candidato(a) Paula Eloise dos Santos, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em História - nível de Mestrado, na área de concentração em História, Poder e Práticas Sociais. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Carla Luciana Souza da Silva, Gilberto Grassi Calil, Leomar Rippel. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Carla Luciana Souza da Silva. Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) aluno(a) foi admitido(a) à Defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, intitulada: "Uma "ádua " missão: trajetória política do general Ferdinando de Carvalho no combate ao comunismo (1960-1980)". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Dissertação. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Gilberto Grassi Calil, Leomar Rippel. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Dissertação. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. E, para constar, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon, lavra a presente ata, e assina juntamente com os membros da Comissão Examinadora e o(a) candidato(a).



Orientador(a) - Carla Luciana Souza da Silva
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon
(UNIOESTE)

Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE **PAULA ELOISE DOS SANTOS**, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

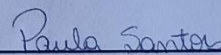


Gilberto Grassi Calil

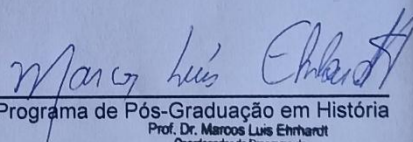
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon
(UNIOESTE)

Leomar Rippel

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)



Paula Eloise dos Santos
Aluno(a)



Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História

Prof. Dr. Marcos Luis Ehhardt
Coordenador do Programa de
Pós-Graduação em História
Mestrado e doutorado
Portaria nº 05462/2015-GRF

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DA DEFESA
DE MESTRADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR
VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, Prof. Dr. **Leomar Rippel**, declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de Defesa de Mestrado em História da candidata Paula Eloise dos Santos, deste Programa de Pós-Graduação em História.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro externo**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que a candidata pode ser considerada APROVADOA, na banca realizada na data de 26/8/2025.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

A dissertação de mestrado intitulada "**Uma 'ádua' missão: trajetória política do general Ferdinando de Carvalho no combate ao comunismo (1960-1980)**", de autoria de Paula Eloise dos Santos, apresenta notáveis contribuições ao campo de estudos. Dentre seus méritos, é possível destacar: a) **A relevância e originalidade do tema**: A investigação aborda uma questão de significativa importância para os estudos sobre a temática militar no Brasil, particularmente no que se refere à construção e atuação do pensamento anticomunista no interior das Forças Armadas e no estado do Paraná, preenchendo assim, uma lacuna historiográfica com uma abordagem necessária e pertinente; b) **O rigor teórico-metodológico**: O trabalho demonstra sólido domínio do referencial teórico, mobilizando-o de forma consistente e articulada com o corpus documental, o que evidencia um cuidadoso processo de extrair as categorias e conceitos do objeto investigado; c) **A clareza e a contribuição da análise**: A metodologia empregada, desde o primeiro capítulo, permite uma análise crítica e minuciosa da interface entre o aporte teórico e as fontes primárias. Essa articulação resulta em uma exposição clara, objetiva e coesa, que facilita a compreensão do leitor. Portanto, a dissertação oferece uma contribuição substantiva para a compreensão do pensamento militar brasileiro, elucidando suas complexas relações com as esferas do poder econômico, político e cultural, com foco específico no contexto do estado do Paraná.

Atenciosamente,

gov.br

Documento assinado digitalmente
LEOMAR RIPPEL
Data: 02/09/2025 15:01:14-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

LEOMAR RIPPEL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RONDONIA

A todos que resistiram e combateram a Ditadura.

*Ao vô Lau, que pelos infortúnios da vida não pôde estudar, e ainda assim me
ensinou o valor dos estudos.*

*E ao Dudu, sempre vivo em minhas memórias. Você me manteve nesse mundo
quando ninguém mais conseguiu.*

AGRADECIMENTOS

O processo de escrita é solitário, mas há poesia na solidão de estar rodeada por livros e anotações, escrevendo enquanto converso com meus próprios pensamentos, na companhia da minha gata Mia e de energéticos *Monster*. Entretanto, há momentos em que a escrita se torna difícil, um fardo que parece impossível de carregar. Como um paradoxo, vivenciei essa solidão acompanhada de pessoas especiais, que foram essenciais para a conclusão desta pesquisa.

Primeiramente, agradeço aos meus pais, Ivanete e Paulo, pelo amor, dedicação, apoio incondicional, incentivos, suporte emocional e financeiro e, sobretudo, por acreditarem no meu potencial. Vocês são a minha base. Estendo meus agradecimentos, com igual amor e carinho, aos meus avós, Laudelino e Terezinha. Sou profundamente grata pelo incentivo aos estudos, pelos cuidados e pelo amor que dedicaram ao longo da minha criação, junto aos meus pais. Tenho muito orgulho de ser filha e neta de vocês. É uma honra ser a primeira da família a concluir uma graduação e um mestrado. Obrigada por terem me proporcionado o acesso ao ensino superior, o sacrifício de vocês não foi em vão.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da Unioeste, Campus de Marechal Cândido Rondon, pela estrutura e oportunidades oferecidas durante essa trajetória. À minha orientadora, Profa. Dra. Carla Luciana Silva, pelo apoio, pela paciência diante dos desafios inerentes à pesquisa e pelas contribuições que foram fundamentais para a construção deste trabalho. Espero ser uma grande pesquisadora como você.

Aos docentes do PPGH, com quem tive o privilégio de aprender, em especial ao Prof. Dr. Gilberto Calil, ao Prof. Dr. Marcos Nestor Stein e a Profa. Dra. Ângela Meirelles de Oliveira. Aos membros da banca de qualificação e defesa, Prof. Dr. Leomar Rippel e, novamente, Prof. Dr. Gilberto Calil, pelas sugestões que contribuíram para o aprimoramento desta pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo suporte financeiro que possibilitou minha dedicação ao programa. Cheguei à cidade sem emprego, com poucos recursos, mas determinada a realizar o sonho de me tornar Mestra em História.

Ao Lucas, meu melhor amigo da graduação, pelo apoio incondicional, mesmo distante, e por ser fonte de inspiração. Obrigada por ter me inserido no caminho da ciência imortal do proletariado. Ainda faremos doutorado juntos, piizada!

Ao Pier, pelo carinho, pelo incentivo, pela disposição em ler meus escritos e por viver esse e outros sonhos comigo. A Gabi e a Ana, amigas de longa data, pelas conversas, fofocas e momentos de descontração. Espero visitá-las em breve. Ao Bruno e ao Cleiton, pelo incentivo e por acreditarem no meu potencial. Ao Daniel, meu primo querido, pelas conversas, confidências e desabafos.

A todos os amigos e colegas que, mesmo não mencionados aqui, fizeram parte da minha jornada, meu sincero agradecimento.

Por fim, agradeço a mim que, em meio a crises depressivas, consegui me manter firme e continuei, mesmo quando a vontade foi desistir de tudo.

*Ainda há muito que fazer para que toda a verdade venha à tona. Ainda há muito que
fazer para que nossa juventude jamais se esqueça destes tempos duros e injustos.
Ainda há muito por esclarecer para que a verdade nos liberte e para que não
tenhamos “aquele” Brasil nunca mais.
(Dom Paulo Evaristo Arns)*

RESUMO

Esta dissertação investiga a trajetória política do general Ferdinando de Carvalho durante a Ditadura de Segurança Nacional, destacando seu papel como ideólogo do anticomunismo e agente executor da repressão ao Partido Comunista Brasileiro. O estudo examina como Carvalho operacionalizou a Doutrina de Segurança Nacional e a Doutrina de Guerra Revolucionária, transformando princípios teóricos em práticas de perseguição política, que combinavam formalismo jurídico e violência arbitrária. Sua atuação no Inquérito Policial Militar nº 709 e na desarticulação do Comitê Estadual do PCB no Paraná exemplifica esse método, com registros de tortura sistemática. A análise de sua trajetória contribui para compreender os mecanismos do Terrorismo de Estado no Brasil e os desafios persistentes na superação do legado autoritário, já que, após a ditadura, sua impunidade evidencia as limitações da redemocratização brasileira. Ao elucidar as relações entre produção intelectual e violência de Estado, a pesquisa dialoga com os debates acadêmicos e públicos sobre memória, justiça de transição e as estruturas de poder que continuam a moldar as relações sociais no presente.

Palavras-chave: Ferdinando de Carvalho; Inquérito Policial Militar 709; Ditadura de Segurança Nacional; Anticomunismo; Doutrina de Guerra Revolucionária.

ABSTRACT

This dissertation investigates the political trajectory of General Ferdinando de Carvalho during the National Security Dictatorship, highlighting his role as an ideologue of anti-communism and an agent of repression against the Brazilian Communist Party. The study examines how Carvalho operationalized the National Security Doctrine and the Revolutionary Warfare Doctrine, transforming theoretical principles into practices of political persecution that combined legal formalism and arbitrary violence. His role in Military Police Inquiry No. 709 and in dismantling the State Committee of the PCB in Paraná exemplifies this method, with records of systematic torture. The analysis of his trajectory contributes to understanding the mechanisms of State Terrorism in Brazil and the persistent challenges in overcoming the authoritarian legacy, since, after the dictatorship, his impunity and highlight the limitations of Brazilian redemocratization. By elucidating the relationships between intellectual production and state violence, the research engages with academic and public debates on memory, transitional justice, and the power structures that continue to shape social relations in the present.

Keywords: Ferdinando de Carvalho; Military Police Inquiry 709; National Security Dictatorship; Anti-Communism; Revolutionary War Doctrine.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Ferdinando de Carvalho.....	22
Figura 2 – Cel. Ferdinando de Carvalho visita Reitor da UFPR.....	86
Figura 3 – Cel. Ferdinando expõe obras de arte na Biblioteca Pública do Paraná.....	114

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Notícias que vincularam Ferdinando de Carvalho aos casos de violações dos Direitos Humanos.....	94
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

3ª RM	Terceira Região Militar
5ª RM	Quinta Região Militar
AD	Análise de Discurso
ADN	A Defesa Nacional
AI	Ato Institucional
APH	Aparelhos Privados de Hegemonia
BIBLIEx	Biblioteca do Exército
BNM	Brasil Nunca Mais
CC/PCB	Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro
CE/PCB	Comitê Estadual do Partido Comunista Brasileiro
CEIs	Comissões Especiais de Inquéritos
CEV-PR	Comissão Estadual da Verdade do Paraná
CGI	Comissão Geral de Investigações
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CIE	Centro de Informações do Exército
CGSOC	<i>Command and General Staff Officer Course</i>
CM/PCB	Comitê Municipal do Partido Comunista Brasileiro
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CPOR	Centro de Preparação dos Oficiais da Reserva
DGR	Doutrina de Guerra Revolucionária
DHPaz	Sociedade Direitos Humanos para a Paz
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	Departamento/Delegacia de Ordem Política e Social
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
ECEME	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
EMA	Escola de Estado-Maior
ESG	Escola Superior de Guerra
FA	Forças Armadas

FEB	Força Expedicionária Brasileira
GR	Guerra Revolucionária
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPM	Inquérito Policial Militar
JID	Junta Interamericana de Defesa
LSN	Lei de Segurança Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OEA	Organização dos Estados Americanos
PCB	Partido Comunista Brasileiro
SNI	Serviço Nacional de Informações
STM	Supremo Tribunal Militar
TDE	Terrorismo de Estado
UFPR	Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 DITADURA, SEGURANÇA NACIONAL E A LÓGICA DA GUERRA REVOLUCIONÁRIA: CONTEXTO E CONEXÕES.....	20
1.1 <i>Ditadura de Segurança Nacional: fundamentos históricos e implicações políticas</i>	28
1.2 <i>Entre doutrinas e práticas: a segurança nacional e o Terrorismo de Estado.....</i>	37
1.2.1 A Doutrina de Guerra Revolucionária.....	41
2 DA TEORIA À REPRESSÃO: A GUERRA REVOLUCIONÁRIA NA VISÃO E NA PRÁTICA DE FERDINANDO DE CARVALHO	47
2.1 <i>As interpretações de Ferdinando de Carvalho sobre a Guerra Revolucionária.....</i>	49
2.2 <i>As consequências políticas e institucionais do IPM do PCB.....</i>	63
3 A “CRUZADA” ANTICOMUNISTA DE FERDINANDO DE CARVALHO NO PARANÁ (1967-1969).....	75
3.1 <i>A atuação de Carvalho no CPOR de Curitiba.....</i>	77
3.2 <i>A educação como fonte de doutrinação: as relações entre Ferdinando de Carvalho e a Reitoria da UFPR</i>	84
4 A ATUAÇÃO DE FERDINANDO DE CARVALHO NA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	91
4.1 <i>As denúncias contra Carvalho na imprensa</i>	93
4.2 <i>A lista de torturadores e os depoimentos para a CEV-PR e DHPaz.....</i>	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
FONTES.....	119
REFERÊNCIAS	123
ANEXO A – REPORTAGEM DE IRAM FREJAT NO ÚLTIMA HORA.....	130
ANEXO B – QUADRO DE TORTURADORES	131

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objeto a trajetória política do general Ferdinando de Carvalho, com ênfase em seu papel como ideólogo anticomunista durante a Ditadura de Segurança Nacional. Ao longo das décadas de 1960 e 1970, Carvalho ocupou funções estratégicas no aparato repressivo, além de produzir discursos que justificavam a perseguição a militantes, intelectuais e estudantes sob a alegação de combate ao comunismo. O trabalho dá continuidade a uma pesquisa de Iniciação Científica realizada entre 2018 e 2019, durante a graduação em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste. O recorte temporal abrange desde os antecedentes imediatos do golpe de 1964 até os anos 1980, com destaque para a atuação de Carvalho no Inquérito Policial Militar (IPM) nº 709 e, posteriormente, no comando do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) de Curitiba/PR. Essa delimitação permitiu analisar tanto a formulação quanto a aplicação prática de suas concepções sobre o combate ao denominado inimigo interno.

O objetivo da investigação consiste em analisar a trajetória política de Ferdinando de Carvalho no âmbito do aparato repressivo, situando-a no contexto mais amplo da consolidação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e da Doutrina de Guerra Revolucionária (DGR), fundamentais para compreender a organização do regime ditatorial no Brasil. Especificamente, buscamos: 1) contextualizar os fundamentos teóricos e históricos da DSN e da DGR, explorando suas conexões com a formação e atuação de Carvalho; 2) investigar o papel do militar na legitimação ideológica da repressão, por meio de seus escritos e práticas institucionais; 3) e examinar o impacto de sua atuação, na qual seu comando esteve articulado a práticas como tortura, censura e perseguição política.

A hipótese que orienta esta investigação sustenta que a trajetória de Ferdinando de Carvalho exemplifica como a DSN e a DGR foram instrumentalizadas para justificar ações repressivas e para constituir um discurso voltado à produção do inimigo. Nesse processo, a repressão política foi sistematizada em discursos que associavam o comunismo a uma ameaça existencial, legitimando práticas de violência extrema em nome da preservação da ordem nacional. Como destaca Eni Orlandi, no prefácio à obra de Bethania Mariani:

Na instância do político, a “direita” sofre um processo de naturalização pelo qual é normal ser-se de direita; a esquerda, ao contrário, é um exercício de alteração do normal, sendo posto como aquilo que pode fazer o mal. Aí, nesse lugar, constituem-se os sentidos da negação da história, separando o Bem do Mal, fazendo com que esse lugar dificilmente possa se significar já que dele podem vir a violência, a destruição da ordem, a falência da paz (Orlandi *apud* Mariani, 1998, p. 11).

Essa lógica de exclusão operava não apenas no campo físico da repressão, mas também no plano discursivo, sustentando o poder militar. Assim, o comunista passou a ser percebido como o “mau outro”, aquele que, por não partilhar dos valores atribuídos à identidade nacional – cristã, pacífica, cordial –, deveria ser combatido e eliminado.

O referencial teórico deste trabalho ancora-se no conceito gramsciano de intelectual orgânico, que nos permite compreender Ferdinando de Carvalho como um ativo formulador de uma visão de mundo que servia aos interesses da classe dominante, sobretudo aos setores da extrema-direita. Complementamos esta abordagem com o aporte metodológico da Análise de Discurso (AD), que concebe o discurso como efeito de sentidos entre interlocutores e como materialidade linguística atravessada por relações de poder e memória histórica (Mariani, 1998). A escolha por essa abordagem se justifica não apenas pelo interesse em compreender o que foi dito nas entrevistas, nos documentos oficiais e nos escritos de Carvalho, mas, principalmente, pela necessidade de apreender as condições de produção desses discursos, seus silenciamentos e sua função política. Segundo Mariani (1998, p. 26), a AD não se limita à descrição linguística, mas “representa uma tomada de posição que se quer crítica quanto aos sentidos já-constituídos e dados como óbvios”, permitindo interrogar os mecanismos pelos quais o Estado produziu, disseminou e legitimou o terror.

A crítica historiográfica aqui desenvolvida se alinha, portanto, aos estudos que problematizam a naturalização da repressão e a impunidade dos agentes ditatoriais. Carvalho não apenas participou ativamente da repressão política, mas buscou ressignificá-la em seus escritos, posicionando-se como defensor de uma cruzada moral e patriótica contra o “perigo vermelho”. No âmbito dessa lógica repressiva, práticas como tortura, desaparecimentos e prisões arbitrárias não eram desvios, mas parte orgânica do funcionamento do regime. Carvalho atuou diretamente nesse mecanismo, presidindo o IPM nº 709 contra o Partido Comunista Brasileiro (PCB), além de colaborar com o Grupo Secreto, uma organização paramilitar, e com as Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS) da Guanabara e do Paraná em interrogatórios e prisões ilegais. Como destaca o pesquisador Jaime Valim Mansan (2013, p. 18), a lógica da suspeição que orientava o funcionamento desses órgãos “acabava fazendo de qualquer pessoa um potencial inimigo”, ampliando o alcance da repressão para além dos militantes organizados e atingindo intelectuais, artistas, estudantes e trabalhadores.

Do ponto de vista da delimitação histórica, a dissertação se concentra entre o golpe de 1964 ao final da década de 1970, com incursões pontuais em períodos anteriores e posteriores para contextualização das práticas e discursos analisados. A escolha desse recorte se justifica

pela centralidade das ações de Carvalho nesse período e pelo auge da institucionalização das doutrinas repressivas.

Diante disso, no primeiro capítulo, intitulado **Ditadura, Segurança Nacional e a lógica da Guerra Revolucionária: contexto e conexões**, examinamos as condições históricas e ideológicas que possibilitaram a consolidação do Terrorismo de Estado (TDE) durante a Ditadura de Segurança Nacional, com ênfase na articulação entre a DSN e a DGR como pilares da repressão.

Já no segundo capítulo, **Da teoria à repressão: a Guerra Revolucionária na visão e na prática de Ferdinando de Carvalho**, a partir da trajetória de Carvalho, analisamos a difusão de suas ideias e práticas, bem como o uso político do IPM 709, que exemplifica a instrumentalização de mecanismos militares para fins de controle social e propaganda. Discutimos, também, como as estruturas repressivas foram utilizadas para combater a militância comunista e intervir no campo político, atingindo opositores em diferentes esferas institucionais.

No terceiro capítulo, **A “cruzada” anticomunista de Ferdinando de Carvalho no Paraná**, investigamos as estratégias políticas e os desdobramentos de sua atuação no CPOR de Curitiba, buscando compreender suas ações institucionais, conexões e influências no contexto local. Além disso, exploramos sua relação com setores influentes da sociedade paranaense, em especial sua interação com a Reitoria da Universidade Federal do Paraná (UFPR), revelando como grupos locais se articularam ao projeto político-militar.

Por fim, no quarto capítulo, **A atuação de Ferdinando de Carvalho na violação dos direitos humanos**, avaliamos seu envolvimento em práticas sistemáticas de torturas físicas e psicológicas. A partir de documentos da Comissão Estadual da Verdade do Paraná (CEV-PR), depoimentos de vítimas e registros da imprensa, demonstramos como essas ações ultrapassaram os sujeitos diretamente afetados, impactando famílias e contribuindo para a disseminação do medo na sociedade.

Ao estudar a trajetória de um agente específico do regime ditatorial, buscamos contribuir para a compreensão dos mecanismos de poder e dominação que sustentaram a Ditadura de Segurança Nacional, ressaltando que a repressão não foi obra de entes abstratos ou forças anônimas, mas de sujeitos históricos concretos, cuja atuação deve ser analisada, compreendida e responsabilizada historicamente.

1 DITADURA, SEGURANÇA NACIONAL E A LÓGICA DA GUERRA REVOLUCIONÁRIA: CONTEXTO E CONEXÕES

Desde o tempo do meu inquérito que digo o seguinte: não sou contra os comunistas; sou contra o comunismo. Concordo que o cidadão possa ter a ideia que quiser, adotar concepções de qualquer espécie. Existem verdadeiras aberrações, e nós não podemos impedir que apareçam minorias simpáticas a essas doutrinas. Nem por isso vamos matar ou perseguir alguém, mas procurar mostrar que o caminho não é esse, e deixar essas pessoas de lado, para que não influam. Só isso.

(Ferdinando de Carvalho, 2003)

Ao longo da história republicana brasileira, o anticomunismo se consolidou como uma força central nas ações governamentais e de organizações militares e civis conservadoras, transformando o comunismo no inimigo principal das Forças Armadas (FA)¹. No início da década de 1960, uma parcela significativa do Exército se mobilizou em resposta ao que considerava uma ameaça iminente de revolução comunista, mesmo sem evidências concretas de um processo revolucionário em curso. Essa mobilização, aliada a uma crise política e institucional, culminou no golpe de 1964 e na subsequente instauração de uma Ditadura de Segurança Nacional.

Nesse contexto, o general Ferdinando de Carvalho emergiu como um dos principais expoentes do anticomunismo militar, cuja atuação no IPM nº 709 refletiu a complexidade do regime ditatorial. O IPM 709, instaurado após o golpe de 1964, foi uma investigação direcionada ao PCB, com o objetivo de reprimir suas atividades. Carvalho, que presidiu o inquérito, se destacou não apenas por sua liderança na repressão ao comunismo, mas também pelas contradições entre suas declarações públicas e suas ações práticas.

Essas contradições revelam a complexidade da postura de Ferdinando de Carvalho em relação ao comunismo e ao combate ideológico promovido pela “linha-dura”² da Ditadura de

¹ De acordo com a quarta edição do *Manual de Abreviaturas, Siglas, Símbolos e Convenções Cartográficas das Forças Armadas* (2021), a abreviatura correta para Forças Armadas é “FA”. O manual pode ser consultado em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/manual-md33-m-02-manual-de-abreviaturas-siglas-simbolos-e-convencoes-cartograficas.pdf/view>.

² O termo linha-dura foi empregado para designar militares de extrema-direita que defendiam o uso da violência como ferramenta de manutenção do poder. Embora amplamente difundida, a divisão entre setores “moderados” e “duros” nas FA e no governo militar é questionada por autores como João Roberto Martins Filho (1996), que aponta para a complexidade e pluralidade de posições políticas no interior dessas instituições. Essa categorização simplificada não abarca as particularidades e disputas internas que moldaram a ditadura. Ainda que o aparato repressivo seja frequentemente associado aos militares da chamada linha-dura, não se pode ignorar o apoio implícito de setores considerados moderados. Esse suporte reforçou a institucionalização da repressão no âmbito das FA como um todo, evidenciando que as ações repressivas não eram exclusivas de um grupo, mas parte de um esforço amplamente aceito para assegurar a estabilidade do regime ditatorial (Joffily, 2013).

Segurança Nacional. Embora Carvalho tenha alegado, em 2003, não defender a perseguição direta aos comunistas, as evidências de sua atuação prática indicam o contrário: seu envolvimento com o Grupo Secreto, uma organização terrorista de extrema-direita, e sua liderança no IPM 709 demonstraram um compromisso com a erradicação do inimigo interno, justificada pela lógica da segurança nacional.

Inserido no grupo de nacionalistas de extrema-direita, Carvalho exerceu influência durante boa parte da Ditadura. De acordo com o historiador Ricardo Antonio Souza Mendes (2021), o oficial era contrário à democracia e defendia o controle estatal pelos militares, acreditando que o poder político deveria ser reservado a um grupo seletivo. Apesar de crítico ao capitalismo de mercado, Carvalho propunha um nacionalismo “autêntico”, distinto tanto das propostas de esquerda, que considerava inconsequentes, quanto do liberalismo econômico. Sua visão englobava um reformismo social autoritário, de caráter paternalista e com viés de messianismo militar, que visava “salvar a nação”. Esse projeto incluía a moralização social e política, condenando o que considerava um excesso de individualismo advindo da modernidade.

Complementando essa caracterização, o general Gustavo Moraes Rego Reis, em entrevista concedida aos pesquisadores Gláucio Ary Dillon Soares e Maria Celina D’Araújo³, descreveu Ferdinando de Carvalho como “um bom oficial, mas metido a literato” (Reis, 2005, p. 103). A fala do general ilustra a percepção ambígua de seus pares sobre Carvalho:

[...] Há um famoso inquérito aí, que deu muito dissabor. O encarregado desse IPM foi o coronel Ferdinando de Carvalho. O Prestes cometeu uma falha incompreensível. Um sujeito treinado, articulado, tarimbado em ações clandestinas, o Prestes, logo depois de 1964, escapando lá do esconderijo dele, deixou uma caderneta com nomes, endereços, codinome, não sei o quê. Quer dizer, isso era uma coisa indesculpável. Há quem alegue até a traição dele... Eu não acredito nisso. O Prestes era um sujeito muito conceituado, muito correto. Tinha um carisma messiânico, porém sem pragmatismo e carente de objetividade para liderar. O que não aconteceu com ele na Coluna Prestes. E isso, a caderneta, deu margem a um inquérito. O Ferdinando era um bom oficial, mas metido a literato e querendo aparecer. Então, fez render esse inquérito. O Castelo dizia: “O Ferdinando está pesquisando agora para ver se a mãe... [risos] do Karl Marx já era comunista”. Não acabava o inquérito. Muito exibicionismo e personalismo (Reis, 2005, p. 103).

O depoimento do general Reis levanta questionamentos sobre a figura controversa de Ferdinando de Carvalho. Quem foi esse oficial descrito como “metido a literato”? A extensão

³ A entrevista faz parte do projeto *1964 e o Regime Militar* desenvolvido pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) e se encontra disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/historia-oral/entrevistas-para-download>.

do IPM 709 refletia apenas seu desejo pessoal de destaque, ou havia motivações ideológicas e políticas mais profundas em sua atuação? Essas questões guiaram nossa análise.

*

Figura 1 – Ferdinando de Carvalho



Fonte: Diário de Notícias (1968)

Nascido em 21 de agosto de 1918, na cidade do Rio de Janeiro, Ferdinando de Carvalho iniciou sua carreira militar como cadete em abril de 1937, ao ingressar na Escola Militar de Realengo. Em 2000, aos 82 anos, concedeu uma entrevista ao Exército no contexto do projeto *História Oral do Exército*. Sobre sua origem, Carvalho relatou:

Muitos de nós, que pertencemos às Forças Armadas, viemos de origens civis. Na minha família, eu sou o único militar. Depois, minhas irmãs casaram-se com militares. Sou filho de um guarda-livros, homem trabalhador, humilde e honesto. Fiz exame para a Escola Militar, concorrendo com milhares de outros civis. Não tinha nenhuma origem nobre, era uma pessoa como outra qualquer, e a Escola Militar sempre esteve aberta. É assim nas Forças Armadas. Elas estão sempre abertas ao acesso de qualquer brasileiro, desde que tenha competência para vencer aquele exame (Motta, 2003, p. 164).

De acordo com o verbete biográfico do CPDOC⁴, Ferdinando de Carvalho foi designado aspirante da arma de artilharia em dezembro de 1939 e, no ano seguinte, promovido ao posto de segundo-tenente. Em outubro de 1942, alcançou a patente de primeiro-tenente; em junho de 1945 ascendeu a capitão; e, em janeiro de 1952, chegou ao posto de major. No que se refere à formação militar, Carvalho cursou a Escola de Artilharia da Costa, a Escola de

⁴ Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/carvalho-ferdinando-de>. Acesso em: 17 fev. 2019.

Aperfeiçoamento de Oficiais, a Escola de Estado-Maior (EMA), a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e a Escola Superior de Guerra (ESG).

Entre 1953 e 1954, foi designado para cursar o *Command and General Staff Officer Course* (CGSOC)⁵, em Fort Leavenworth, Kansas, nos Estados Unidos. Essa designação, além de suas condecorações na Força Expedicionária Brasileira (FEB), consolidou seu prestígio entre seus superiores e o preparou para atuar como um dos principais ideólogos do anticomunismo militar. Esse reconhecimento também é evidenciado por sua atuação como Chefe da Divisão de Planejamento do Estado-Maior da Junta Interamericana de Defesa (JID) em 1969, sua nomeação como Assessor Militar da Delegação Brasileira na Organização dos Estados Americanos (OEA) e sua integração como membro permanente da ESG.

Na década de 1960, já na patente de tenente-coronel, Carvalho participou de uma iniciativa para traduzir textos franceses sobre a DGR, colaborando com um grupo de oficiais que defendiam a inclusão desses textos no currículo militar. Paralelamente, publicou artigos em revistas como a *Revista do Clube Militar* e *A Defesa Nacional* (ADN), consolidando-se como um teórico do anticomunismo. Após o golpe de 1964, integrou o corpo permanente da ESG e, à semelhança de outros militares formados na década de 1920, defendia uma participação ativa no processo político e uma ação mais ofensiva das FA contra o comunismo. Nessa condição, seu discurso pessoal, registrado em entrevista posterior, buscou enquadrar a participação militar no processo golpista como uma reação patriótica e necessária:

A minha participação pessoal ocorreu da seguinte forma: eu e um grupo numeroso de oficiais, preocupados com a situação nacional, começamos a nos reunir, não propriamente para conspirar ou estabelecer uma base revolucionária, mas para acompanhar a evolução da situação e nos manter informados de tudo que estava acontecendo e por acontecer. Eu me filiei a esses grupos. No momento em que se declarou a crise nacional, com a reunião no Automóvel Clube do Brasil, no dia 30 de março de 1964, no Rio de Janeiro, tomou-se a decisão de que as Forças Armadas deveriam reagir. Começamos, então, a percorrer as Unidades, para angariar adeptos, e eu tive participação nesse trabalho. Nos primeiros dias, procurou-se obter adesão de Unidades do Exército e, também, neutralizar certas reações que surgiram. Lembro-me até de que fui a uma Unidade e o Comandante me disse: – Estou de acordo, mas, se houver algum problema, vocês assumem a responsabilidade? Respondi que assumiríamos a responsabilidade. Eu era um Tenente-Coronel, mas dei aquela resposta para elevar o moral, ali, naquele momento. Realmente, depois apareceram problemas, e fui conselheiro para adoção de certas providências (Motta, 2003, p. 152).

⁵ Segundo o *Command & General Staff College*, o CGSOC tem duração de dez meses e visa a formação de oficiais de Estado-Maior de campo. O programa busca capacitar os militares para o comando de formações de armas combinadas, de modo que o Exército possa executar operações terrestres unificadas em múltiplos domínios, em ambientes contestados e contra adversários de capacidades equivalentes. A estrutura curricular divide-se em três fases: Núcleo Comum, Curso de Operações Avançadas e Fase Eletiva, sendo todas ministradas em nível de pós-graduação. Para mais informações, consultar: <https://armyuniversity.edu/cgsc/cgss/inboundclass>.

Essa construção discursiva, que enfatiza a vigilância e reação, em detrimento de uma conspiração premeditada, ilustra como Carvalho se consolidou como porta-voz da doutrina de segurança nacional. Seu relato naturaliza o golpe como um movimento defensivo, minimizando suas implicações éticas e políticas. Contudo, uma matéria jornalística contemporânea ao regime ditatorial, publicada em 1968, oferece um contraponto ao seu discurso retrospectivo, detalhando um envolvimento muito mais ativo e estratégico na conspiração. A reportagem descreve uma articulação metódica:

Ferdinando foi oficial do Gabinete do Ministério da Guerra por várias vezes. Mas a sua maior ligação foi com o marechal Denys, ministro por ocasião da renúncia de Jânio. E foi exatamente a partir dessa época que começou, juntamente com outros civis e militares, a montar o esquema revolucionário que culminaria com o Movimento de 31 de Março. “Havia uma certeza de que o País caminhava celeremente para um processo perigoso de comunização e precisávamos fazer alguma coisa”, afirma ele. Ferdinando disse que começaram montando um pequeno grupo, mas todos dispostos a lutar de arma na mão para estancar o processo, acelerado no governo Goulart. Sua posição foi de planejador. Escolheram alguns civis de destaque que serviriam como “testas” do movimento (os militares não podiam aparecer, temerosos de que uma cadeia pudesse interromper ou abortar os planos) entre eles Bilac Pinto, Adauto Cardoso, Lopo Coelho e o professor Moniz de Aragão. Em três meses a organização estava montada. Sua função era assessorar os civis em seus pronunciamentos. Escrevia discursos com que Bilac atacava Jango e, por ser profundo conhecedor de guerra psicológica, traçava os esquemas de ação. Aos poucos passaram à ofensiva, através de ação ostensiva de condução de massas (Marcha da Família com Deus), movimento de imprensa, pronunciamentos etc., até à eclosão do Movimento, pelo general Mourão Filho, em Minas. Naquela ocasião, a tarefa de Ferdinando foi revoltar a Fortaleza de São João, na Guanabara. Entrou às 3 horas da manhã na Fortaleza e às 4 horas já tinha adesão de todos: a Fortaleza era revolucionária. Vitorioso o movimento, o coronel Ferdinando de Carvalho participou ativamente na redação do Ato Institucional e, depois, foi designado para presidir os Inquéritos envolvendo o Partido Comunista, os quais lhe deram a notoriedade que se conhece dele: admiração, aplausos, ódios e injúrias, fatores que ele considera com a máxima tranquilidade pois está consciente de que nada mais fez que cumprir o dever (Souza, 1968, p. 25).

A transição entre a fase conspiratória e a atuação institucional pós-golpe ocorreu de forma imediata para Carvalho. Foi nesse contexto que, após o golpe de 1964, ficou encarregado de conduzir o inquérito relacionado ao PCB. No período de repressão que se seguiu, a polícia apreendeu 20 cadernetas pertencentes a Luís Carlos Prestes, então secretário-geral do PCB, que continham informações relevantes sobre as atividades do partido. Esse material serviu como base para a instauração do IPM nº 709, presidido por Carvalho com o auxílio de vinte oficiais⁶. Sobre o IPM, o oficial relatou:

⁶ A organização do IPM 709 foi composta pelos oficiais Major Paulo Cesar Chaves de Amarante (assistente de Ferdinando de Carvalho); Major Jairo Lery Santos e 2º Sargento Antonio Ferreira (Seção de Justiça); Major Cesário Corrêa de Arruda Filho, Major Paulo Machado de Lacerda, Major Luiz Gonzaga Costa de Araújo, Capitão Eri Maia Gonçalves, Capitão Bernardino Nazareth Machado de Souza, Capitão Tiburcio Geraldo Alves Ribeiro, Capitão Adilson Falcão da Mota, 2º Sargento Osmir Fausto da Fonseca, 2º Sargento Airton dos Santos

A minha participação foi bem grande, como encarregado do Inquérito do Partido Comunista, cujos detalhes talvez não tenham lugar nesta entrevista. O interessante é que a Revolução foi em 31 de março, mas só em agosto é que perceberam que o principal inquérito não tinha sido instaurado: o Inquérito do Partido Comunista, que era ilegal e atuava na clandestinidade, a fim de conhecer a sua participação no período que precedeu a Revolução de Março de 1964. Fui encarregado, então, de um inquérito sobre um partido, do qual não sabíamos onde era a sede e nem quais eram os seus integrantes. O trabalho foi muito árduo, durante dois anos. Inicialmente, com muita dificuldade, depois, contamos com a colaboração do Exército e da Marinha. Percorremos o Brasil inteiro, levantando dados e ouvindo pessoas. Não nos interessava prender “A” ou “B”, ou perseguir alguém, nem transformar o inquérito em meio de vingança, ou qualquer coisa dessa natureza. O que valia era levantar as informações existentes, ouvir o que os elementos, tidos como comunistas, tinham a dizer. Uns negavam, outros confessavam. [...] Ao final do mesmo, depois de concluído o relatório, somavam-se mais de 150 volumes. Foi preciso um caminhão para o transporte até o Superior Tribunal Militar. Ali estava consubstanciada, com clareza, toda a participação dos comunistas, mostrando os principais elementos envolvidos. Procurei dar uma forma tal ao relatório final de modo que não pudessem desintegrá-lo, mais tarde. Parece, contudo, que conseguiram fazê-lo. Essa foi uma participação muito grande. Confesso que a minha firmeza, em levar a efeito este inquérito, me trouxe consequências prejudiciais. Tive que me indispor com alguns elementos, alguns chefes, porque queriam terminar o inquérito de “qualquer maneira”, e eu não queria isso. Mas, entreguei o relatório e cumpri o meu dever militar (Motta, 2003, p. 153).

Em consequência de seu trabalho nesse inquérito, foi promovido a coronel em 1965. O periódico *Última Hora* noticiou a promoção:

O Marechal Castelo Branco assinou decretos, ontem, efetuando dezenas de promoções de oficiais do Exército. Um dos promovidos a coronel é o Tenente-Coronel Ferdinando de Carvalho, que prendeu o Vice-Governador Elói Dutra e, mais recentemente, foi responsabilizado pelas torturas de que foi vítima o jornalista José Fernandes Rêgo. [...] A promoção foi feita a título de merecimento (Prêmio, 1965, p. 3).

O relatório final do inquérito foi apresentado à Procuradoria-Geral da Justiça Militar em agosto de 1966. Nesse mesmo ano, a Biblioteca do Exército (BIBLIEx) publicou uma coleção de livros escrita por Carvalho, que buscava apresentar ao público a visão do militar sobre o golpe de 1964 e justificar os eventos sob uma perspectiva institucional. Intitulada *Inquérito Policial Militar nº 709: O comunismo no Brasil*, a coleção foi composta por quatro volumes contendo informações, investigações e relatórios, considerados fragmentos do IPM do PCB. Esses volumes apresentam um relato detalhado das atividades do partido, com análises de seus fundamentos doutrinários. O argumento central para essa publicação era combater os supostos crimes contra a nacionalidade, conforme propagado pela ideologia de segurança nacional.

Ribeiro e 3º Sargento Walter Luiz Bonfim (Seção de Estudos e Investigações); Capitão Darci Carmen de David e 3º Sargento Roberto Telles da Silva (Seção de Depoimentos); e Capitão Hilton da Rocha Villarinho, 1º Sargento Humberto José Barbosa, 2º Sargento Geraldo Alves de Souza, 2º Sargento Adalberto Casas Mendonça e 2º Sargento Josué Casado da Silva (Seção de Administração).

Assim, a obra de Carvalho integrou-se ao esforço de promover uma visão do comunismo no Brasil que reforçasse a ideologia ditatorial e o discurso da extrema-direita em torno dos eventos repressivos de 1964.

Ao longo de sua carreira militar, Ferdinando de Carvalho consolidou-se como um especialista na repressão ao comunismo. Promovido a general-de-brigada em julho de 1973, passou para a reserva em 1978. Mendes (2021) observa que, mesmo após a transição para a reserva, Carvalho continuou a exercer influência no cenário político. Suas obras de ficção, como *Os Sete Matizes do Vermelho* (1977) e *Os Sete Matizes do Rosa* (1978), buscaram alertar a juventude brasileira contra o comunismo. Essas obras apresentavam diferentes perspectivas sobre o tema, com o objetivo de deslegitimar essa ideologia perante os leitores⁷. Além disso, publicou livros como *O Arraial* (1978) e *Lembrai-vos de 1935* (1981), direcionados às elites político-militares. Publicados pela BIBLIEx, seus livros indicavam receptividade de suas ideias entre segmentos das FA.

Já a sua atuação no Grupo Secreto, uma organização terrorista de extrema-direita, evidenciou sua disposição para adotar medidas clandestinas na luta anticomunista. Esse grupo, marcado por um desenvolvimentismo nacionalista e um anticomunismo virulento, contava com Carvalho, além de outros generais reformados, como um de seus teóricos e ideólogos. Ele esteve envolvido, ainda que indiretamente, nos atentados promovidos pelo Grupo entre as décadas de 1960 e 1980. A reportagem de José Mitchell, publicada no *Jornal do Brasil* em março de 1996, menciona o envolvimento de militares torturadores nessa organização terrorista, incluindo Ferdinando de Carvalho:

Dois militares citados no livro *A direita explosiva no Brasil* – o general Ferdinando de Carvalho e o coronel Fredde Perdigão Pereira –, estiveram diretamente envolvidos na tortura de presos políticos, segundo denúncia da coordenadora do Grupo Tortura Nunca Mais, Cecília Coimbra. O grupo relacionou todos os nomes citados no livro, comparando-os com os levantamentos dos 12 volumes da obra *Brasil Nunca Mais*, realizado por entidades de direitos humanos. [...] Já o general Ferdinando de Carvalho aparece na lista do *Brasil Nunca Mais*, segundo Cecília, “participando de vários cercos policiais e da prática de torturas em presos políticos, conforme denúncia de Hiran Ramos de Oliveira, torturado em 1967” (Mitchell, 1996, p. 6).

O estudo realizado por José Amaral Argolo, Kátia Ribeiro e Luiz Alberto Fortunato (1996) sobre o Grupo Secreto revelou que a estrutura da organização terrorista se baseava na Teoria dos Círculos Concêntricos, ou seja, setores distintos, mas vinculados a um eixo

⁷ As obras ficcionais de Carvalho não fazem parte das nossas fontes de pesquisa. Para análises sobre elas, consultar: SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. **Os sete matizes do rosa ou o mundo contaminado pela radiação comunista: homens vermelhos e inocentes úteis**. Tese (Doutorado). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

ideológico em comum. De acordo com os pesquisadores, no anel externo estava aqueles que não participavam diretamente das incursões violentas. Ferdinando de Carvalho situava-se no anel intermediário, conforme descreveram os autores:

No anel intermediário, ficavam aqueles que frequentavam as reuniões políticas na residência de Hilário José Corrales, ofereciam sugestões, discutiam planos..., mas não se envolviam na preparação e colocação das bombas. Alguns desses “teóricos” sequer conheciam as dependências onde ficavam armazenados os dispositivos de destruição: dinamite comum e gelatinosa, cordéis detonantes, espoletas elétricas, pavios, munição e outros produtos inflamáveis. Entre estes, destacavam-se Pedro Maciel Braga, general Camilo Borges de Castro [...]. E os generais reformados Gérson de Pina (médico) e Ferdinando de Carvalho (autor de livros bastantes conhecidos do público: *Os sete matizes do vermelho* e *Os sete matizes do rosa*, ambos publicados pela Biblioteca do Exército Editora), que atuava como ideólogo (Argolo; Ribeiro; Fortunato, 1996, p. 243).

Já o anel interior era reservado aos “iniciados”, que estavam cientes das atividades operacionais do Grupo, mantendo comunicação com os demais integrantes, mas permanecendo em silêncio sobre suas ações⁸ (Argolo; Ribeiro; Fortunato, 1996). Nesse contexto, os autores relatam o envolvimento indireto de Ferdinando de Carvalho em uma operação de baixa intensidade ocorrida em 26 de setembro de 1968:

A segunda explosão (com a “chancela” do CIE) foi na Escola de Belas Artes, na Avenida Rio Branco esquina com Araújo Porto Alegre (Centro), local onde lecionava Ferdinando de Carvalho, outro participante do Grupo Secreto. Neste caso, o propósito era impressionar as pessoas e (possivelmente) afastar suspeitas sobre o companheiro (Argolo, Ribeiro; Fortunato, 1996, p. 240).

A explosão na Escola de Belas Artes, um local associado a Carvalho, exemplificou o poder e a capacidade de ação do Grupo Secreto e provavelmente protegeu o oficial ao desviar o foco das investigações. A participação de Ferdinando de Carvalho nesse grupo revela uma intensificação de suas táticas, evidenciando sua disposição para adotar medidas clandestinas na luta contra o comunismo, em defesa de seus ideais autoritários.

No decorrer de sua trajetória, Carvalho também ocupou posições de destaque, como o comando do CPOR, em Curitiba, no Paraná, e da Artilharia Divisionária da 6ª Divisão do Exército, no Rio Grande do Sul.

**

⁸ Para uma análise aprofundada sobre o Grupo Secreto, consultar: ARGOLO, José Amaral; RIBEIRO, Kátia; FORTUNATO, Luiz Alberto. **A direita explosiva no Brasil: a história do Grupo Secreto que aterrorizou o país com suas ações, atentados e conspirações.** Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

A biografia de Ferdinando de Carvalho, marcada por sua atuação no IPM 709 e sua participação em grupo anticomunista, serve como ponto de partida para compreender as dinâmicas repressivas da Ditadura de Segurança Nacional. Neste capítulo, contextualizaremos o período de atuação de Carvalho, explorando os fundamentos históricos e as implicações políticas de sua luta anticomunista. Para isso, abordaremos a relação entre a prática do TDE, da DSN e da DGR – teorias que fundamentaram a vigilância constante das FA em nome da segurança nacional – e demonstraremos como essas doutrinas legitimaram as práticas repressivas do governo ditatorial.

1.1 Ditadura de Segurança Nacional: fundamentos históricos e implicações políticas

O golpe de 1964 foi um marco fundamental da nossa história. Resultado da articulação entre a burguesia e uma operação militar de caráter cesarista, o processo golpista afirmou o predomínio do capital monopolista com forte controle estatal, que serviu como ferramenta para a implementação de uma modernização autocrática em benefício das classes dominantes. Essa nova dominação burguesa foi consolidada pelo bloco de poder em resposta a uma crise de hegemonia ocasionada pela luta de classes.

Durante o período republicano, os setores conservadores e liberais da sociedade civil se posicionaram constantemente contra a expansão das liberdades políticas e dos direitos sociais das classes subalternas. Após a renúncia de Jânio Quadros em 1961, essas forças reacionárias intensificaram suas tentativas de golpe, embora suas articulações tenham começado já na década de 1950. De acordo com o historiador Caio Navarro de Toledo (2004), o golpe de 1964 não apenas desmantelou organizações políticas, mas também reprimiu movimentos sociais, representando o ápice de diversas tentativas golpistas anteriores que não obtiveram sucesso.

Entendemos o processo do golpe como uma iniciativa das classes dominantes e suas elites ideológicas para conter e reprimir as forças sociais que buscavam ampliar a democracia política e promover reformas sociais e econômicas. Como ressaltado nas análises do historiador Gelsom Rozentino de Almeida (2016), a crise política durante o governo de João Goulart se manifestou pela ascensão das forças populares e suas demandas por reformas, o que pressionou os interesses do capital internacional no Brasil e, de forma abrangente, ameaçou o poder hegemônico dos Estados Unidos.

A ampla coalizão de forças internas e externas que se uniram para apoiar o golpe de 1964 revela a complexa teia de interesses que convergiram para derrubar o governo então

vigente. O apoio financeiro e logístico, especialmente de entidades estrangeiras como a CIA e o governo estadunidense, sublinha a dimensão internacional do golpe. A Operação *Brother Sam* exemplifica a disposição dos Estados Unidos em intervir direta e indiretamente em assuntos internos do Brasil para garantir a instalação de um governo alinhado aos seus interesses estratégicos. Embora uma guerra civil não tenha se materializado, a preparação para esse cenário demonstra o nível de comprometimento dos EUA com a mudança de regime em território brasileiro (Almeida, 2016).

Nessa perspectiva, a tese de Vicente Gil da Silva (2020) demonstra que a política estadunidense exigiu a eliminação de obstáculos existentes para a expansão imperialista no Brasil, valendo-se da atuação de grupos anticomunistas que respondiam aos interesses de dominação de classe. O historiador destaca que para consolidar sua hegemonia, a organização governamental dos EUA afetou a situação política interna brasileira, de modo que

as ações condizentes com esse planejamento foram executadas em conjunto com atores locais, tanto públicos como privados. Foi observado que o governo norte-americano buscou influenciar indivíduos e grupos já predispostos a colaborar com sua linha política. Por essa razão, o exercício da influência externa não foi resultado de mera imposição e manipulação dos atores locais, embora tenham sido utilizados meios para exercer controle sobre certos indivíduos e grupos em determinados momentos (Silva, 2020, p. 695).

Nota-se, portanto, que o anticomunismo foi uma ferramenta versátil na política estadunidense durante a Guerra Fria. Internamente, ajudou a moldar o discurso político e a justificar medidas de segurança nacional. Externamente, a ameaça comunista foi usada como argumento para interferir em países que adotavam políticas nacionalistas e desafiavam os interesses econômicos e políticos dos EUA.

No Brasil, o anticomunismo foi influenciado por uma interação entre contextos nacionais e internacionais. O intercâmbio de ideias e estratégias com outros países anticomunistas criou uma dinâmica em que as experiências internacionais contribuíram para moldar políticas e práticas locais. Esse processo envolveu o compartilhamento de táticas de repressão, propaganda anticomunista e estruturas organizacionais destinadas a controlar e combater a influência comunista (Silva; Schwarz, 2022).

É crível dizer que as diversas organizações anticomunistas analisadas na tese de Silva (2020) compartilhavam uma preocupação em comum: a articulação com integrantes dos aparatos públicos de repressão. Isso demonstra que suas ações iam além da simples disseminação de um ideário anticomunista e de um discurso conservador ou reacionário. A relação estreita com policiais e militares indica que esses grupos privados anticomunistas

precisavam do apoio dos aparelhos estatais para executar uma parte significativa de suas atividades. A luta contra o comunismo, portanto, não era apenas um esforço ideológico, mas também operacional. Essa cooperação sugere um vínculo entre atores privados e públicos, em que os primeiros dependiam dos recursos e da legitimidade dos segundos para ampliar o alcance de suas ações.

Desse modo, o anticomunismo desempenhou um papel fundamental na consolidação da elite orgânica brasileira enquanto bloco. O discurso anticomunista encontrava-se presente tanto entre civis quanto entre militares, à medida que justificava o golpe de Estado e garantia a hegemonia do crescente capital nacional. Assim, a política do anticomunismo, juntamente com a disseminação da DGR entre os militares e sua imposição à sociedade, instituiu as bases para estabilizar a correlação de forças em favor do capital, uma vez que os militares, ao utilizarem da repressão, facilitaram a continuidade da exploração e da acumulação, agindo conforme os interesses do capitalismo (Passos, 2017).

No que tange as propensões multinacionais e associadas, seus principais representantes não enxergavam a viabilidade de convivência com o governo de João Goulart. Era necessário fortalecer os grupos de oposição às políticas de Jango, a fim de criar um ambiente favorável para um possível regime sucessor, caso fosse necessário romper com a ordem constitucional. Para o governo dos Estados Unidos, a questão central era “garantir uma aparência de legitimidade para a derrubada de Goulart, com o objetivo de fazer parecer que não se tratava de um golpe de Estado, mas de uma reação a um suposto golpe do presidente brasileiro” (Silva, 2020, p. 690).

Há de se ressaltar que o aprofundamento da interferência estadunidense na América Latina envolveu ações governamentais que operaram ao nível legal, por meio de programas de ajuda como a Aliança para o Progresso⁹, lançada pelo presidente John F. Kennedy em 1961; e

⁹ A Aliança para o Progresso foi desenvolvida como parte dos esforços dos Estados Unidos para combater movimentos e forças sociais contrárias aos seus interesses na América Latina. Essa iniciativa refletia a preocupação com o avanço dos movimentos comunistas, nacionalistas e de esquerda na região. Vicente Gil da Silva destaca que a principal preocupação dos estrategistas estadunidenses era enfrentar qualquer ameaça às relações socioeconômicas que sustentavam a dominação dos EUA, além de deslegitimar ideias que questionavam a posição privilegiada do país como líder do sistema capitalista. Nesse contexto, a Aliança para o Progresso e a luta contra o inimigo interno foram vistos como parte do projeto imperialista estadunidense de dominação global. Em relação ao Brasil, a administração Kennedy empregou a lógica de ação no subterrâneo, exemplificada pela relação entre o governo dos EUA e o complexo IPES/IBAD. Devido ao desacordo com a política de Jango, o governo Kennedy adotou várias estratégias para influenciar o presidente brasileiro a mudar sua abordagem. Nesse cenário, a Aliança para o Progresso desempenhou o papel de fortalecer políticos e grupos de oposição ao governo brasileiro, evidenciando que o programa foi utilizado como meio de intervenção política, apesar de essa não ter sido a intenção original de seus idealizadores. No entanto, a proposta da Aliança para o Progresso não foi completamente subvertida, pois, desde a propaganda anticomunista até o uso como

ao nível clandestino, com as iniciativas encobertas da CIA¹⁰, agência central de inteligência norte-americana. A atuação da CIA, alinhada com as missões militares do Departamento de Estado, abrangeu espionagem, orquestração de campanhas desestabilizadoras de governos democráticos, financiamento clandestino de organizações da extrema-direita e patrocínio de ações terroristas e criminosas. Além disso, essa intervenção envolveu a colaboração com os conspiradores do continente e com as ditaduras por eles implantadas, em articulação com os interesses das empresas imperialistas norte-americanas, que se sentiam ameaçadas pelas medidas nacionalistas adotadas por alguns governantes latino-americanos (Netto, 2014).

A historiadora Carla Luciana Silva argumenta que as ligações internacionais da lógica repressiva e anticomunista revelaram uma origem comum das ditaduras latino-americanas, além de um *modus operandi* semelhante. Para a pesquisadora, “as ditaduras de Segurança Nacional são regidas por um sentido amplo manifesto na Aliança para o Progresso, que temia a possibilidade de organizações revolucionárias no Terceiro Mundo” (Silva, 2023a, p. 173). Como já explicitado, a Aliança para o Progresso teve um propósito econômico e ideológico, visto que o papel dos EUA estava intimamente ligado ao desenvolvimento das relações sociais capitalistas.

Posto o envolvimento do imperialismo ianque no processo golpista, o pesquisador marxista José Paulo Netto frisa que

o golpe não começou em Washington: foi na dinâmica interna das lutas de classes no Brasil que se armou o seu cenário e se gestaram as condições do seu êxito em 1964. Foram responsáveis pelo golpe as franjas burguesas vinculadas ao grande capital nativo e estrangeiro que, associadas aos latifundiários, arrastaram política e ideologicamente segmentos expressivos da pequena burguesia urbana para o seu campo (Netto, 2014, p. 67).

Para compreender a dinâmica dessas lutas, é preciso considerar as conspirações promovidas pelos Aparelhos Privados de Hegemonia (APH)¹¹ das classes dominantes. De

instrumento de intervenção política, o programa sempre serviu como meio de intervenção nas lutas sociais da América Latina (Silva, 2008, 2020).

¹⁰ O exercício da hegemonia dos EUA na América Latina, incluindo o Brasil, foi baseado em operações indiretas para influenciar a política interna dos países, evitando confrontos bélicos e encobrindo a participação estadunidense. A partir dos anos 1950, os interesses norte-americanos no Brasil foram defendidos por meio de negociações públicas e acordos sigilosos, utilizando operações encobertas lideradas pela CIA em colaboração com outras agências. A CIA serviu como ferramenta para atingir os objetivos da política externa dos EUA, influenciando entidades locais e criando instrumentos sob seu controle, como o IBAD. Essas operações visavam proteger os investimentos privados norte-americanos, mostrando um alinhamento de interesses entre a CIA e as organizações empresariais (Silva, 2020, 2021).

¹¹ A categoria de APH está fundamentada no conceito gramsciano de hegemonia. Antonio Gramsci caracteriza a hegemonia pela combinação da coerção e do consenso, equilibrando-se de diversas maneiras, sem permitir que a coerção prevaleça sobre o consenso. Pelo contrário, busca-se fazer com que a coerção seja amparada pelo consenso da maioria. Assim, a capacidade de uma classe para construir sua hegemonia deriva da elaboração de

acordo com as historiadoras Sonia Regina de Mendonça e Virginia Fontes (2001), o complexo formado pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foi responsável por empreender uma intensa campanha contra o que consideravam a “bolchevização” do país, com foco na segurança interna e no desenvolvimento¹². Seu escopo de atuação era nacional, abrangendo setores industriais urbanos nacionais e associados e alcançando as oligarquias rurais com o pretexto da reforma agrária. Segundo as historiadoras, o complexo IPES/IBAD defendia: “a) que obstáculos ao capital internacional significariam uma brecha para restrições mais amplas a qualquer capital; e b) que as manifestações populares desorganizavam a produção e, no limite, subvertiam a ordem e até mesmo a hierarquia militar” (Mendonça; Fontes, 2001, p. 15).

Sublinhamos que a desaceleração do crescimento econômico, em meio ao contexto inflacionário, esteve diretamente relacionada aos desafios enfrentados na conjuntura do pré-golpe. Na perspectiva de Netto (2014, p. 69), “a ausência de uma orientação macroeconômica coerente, por parte do governo Jango, expressava exatamente a correlação de forças então estabelecida”. Salienta-se, a partir do que dispõem Mendonça e Fontes, que

as dificuldades econômicas foram vistas através de uma ótica ampliada pela participação crescente das camadas trabalhadoras e pela luta entre os grupos dominantes, no sentido de definir quem teria maior peso político, vale dizer, conduziria o Estado na direção da satisfação de seus interesses (Mendonça; Fontes, 2001, p. 5).

Para além de um projeto econômico centrado no grande capital, o historiador Marcelo Badaró Mattos argumenta que o golpe também se caracterizou como um esforço para conter o potencial das mobilizações sociais dos trabalhadores urbanos e rurais. O pesquisador acentua que foi “um temor derivado da natureza autocrática da dominação de classes típica do capitalismo periférico e dependente, mas também nas dificuldades internas às diferentes frações burguesas para construir uma base estável de dominação” (Mattos, 2015, p. 51).

A crise resultou, portanto, de uma combinação entre a desaceleração do ritmo de acumulação e as contradições sociais decorrentes da contenção salarial, intensificada pela inflação e pelo aumento dos preços de produtos agrícolas que compunham o custo de

sua própria visão de mundo. Desse modo, a construção da hegemonia de uma classe é estruturada e intermediada por um complexo de APH. Esses aparelhos, criados na esfera da sociedade civil, tencionam consolidar uma visão de mundo e, conseqüentemente, disputar a hegemonia. No entanto, é importante destacar que, embora denominados privados, os aparelhos estão dialeticamente vinculados à sociedade política e são considerados parte integrante do Estado, visto que seu objetivo é a disputa hegemônica, ou seja, a luta pelo poder (Dias, 1996; Gramsci, 2022b; Silva, Calil, 2021).

¹² Sobre o complexo IPES/IBAD, ver: DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

reprodução da força de trabalho. O antagonismo social resultante desse processo marcou a crise de hegemonia que derrubou o populismo, rejeitado pela burguesia e pressionado pelos trabalhadores, levando as classes dominantes a optarem por um desenvolvimento capitalista dependente e associado, que estabeleceu a ditadura como instrumento de dominação e afirmação burguesa sobre a sociedade (Maciel, 2004).

A historiografia marxista mostra que o capital, em sua busca por reprodução e expansão, encontrou nas FA um aliado estratégico. Em uma relação dialética com a burguesia, as FA garantiram a manutenção de um *status quo* favorável aos interesses das classes dominantes. Essa aliança entre capital e FA não apenas facilitou a execução do golpe de Estado, mas também consolidou o regime ditatorial, que priorizava a ordem econômica e política alinhada aos interesses do grande capital, tanto nacional quanto internacional. Nessa direção, os estudos de Eurelino Coelho (2016) indicam que a ação armada foi uma alternativa política desejada e planejada durante um longo período por segmentos significativos da classe dominante brasileira, que mantinham estreitas relações com as lideranças militares. Para o historiador,

a opção autoritária refletia justamente a radicalidade da crise política, isto é, a impossibilidade de compor e articular um consenso minimamente capaz de assegurar, simultaneamente, a unidade política entre os diferentes segmentos dominantes e a coerção legitimada dos grupos subalternos antagônicos (Coelho, 2016, p. 19).

Dessa forma, o golpe preservou os interesses da burguesia e resultou na autonomização dos militares, que passaram a gerenciar o Estado capitalista de forma tecnocrática. Coelho (2016) ressalta que a ditadura perdurou enquanto conseguiu alavancar a acumulação de capital, apesar das contradições internas, criando as bases materiais para um consenso entre as principais frações da classe dominante, ao mesmo tempo em que os movimentos sociais dos setores subalternos eram reprimidos pela violência estatal.

Diante desse cenário, entre 1964 e 1974, consolidou-se uma nova fase de dominação burguesa, que emergiu como resposta do bloco de poder a uma crise de hegemonia. Durante esse período, as classes subalternas, ao tentar romper com as antigas formas de dominação, precipitaram uma crise que demandou intervenção militar. Essa intervenção tinha como objetivo reprimir os subalternos e prevenir que as contradições internas da burguesia ameaçassem sua unidade. Nesse contexto, a DSN foi responsável por assegurar a lealdade dos aparelhos de hegemonia da burguesia, ao mesmo tempo em que excluía da arena política formal os aparelhos das classes subalternas, que buscavam uma nova hegemonia (Maciel, 2004).

Em termos conceituais, observa-se que, segundo Felipe Demier (2014), em períodos históricos nos quais nenhuma das facções do capital consegue estabelecer sua hegemonia, ou

seja, não consegue exercer seu domínio político sobre toda a nação, as chances de manter a exploração capitalista através da democracia burguesa são reduzidas. Em outras palavras, nas situações de crise de hegemonia – que podem ocorrer quando a classe dominante falha em algum empreendimento político significativo de busca ou imposição de consenso às grandes massas, ou quando essas massas passam a ser ativas politicamente, apresentando reivindicações que, embora desorganizadas, constituem uma forma de revolução –, as bases sociopolíticas do regime democrático-burguês tendem a desmoronar rapidamente. Segundo o historiador,

uma dominação do tipo hegemônica implicaria, portanto, a existência de uma ou mais frações burguesas que lograssem colocar sob sua direção política não só os demais segmentos proprietários, mas também, e principalmente, as ameaçadoras classes subalternas. Essa capacidade hegemônica alcançada por certas frações do capital, conferindo à burguesia um papel de classe dirigente no cenário nacional, criava, na perspectiva gramsciana, as condições para uma forma de dominação político-social calcada numa combinação relativamente equilibrada de elementos coercitivos e consensuais. Embora a coerção ocupasse o papel determinante na estrutura de dominação hegemônica [...], seria a forte dosagem consensual contida nesta que a distinguiria das formas de dominação não hegemônicas, nas quais a violência é nitidamente predominante e, em alguns casos, é quase exclusiva (Demier, 2014, p. 171).

A crise de hegemonia, portanto, desenvolve um ambiente propício para soluções de força. Em sociedades de massas na qual o proletariado se estabelece como uma força política independente, a crise do regime democrático-burguês ou a dificuldade de sua consolidação pode levar, em determinado estágio de luta de classes, ao surgimento de formas de dominação política não hegemônicas. Essas formas de dominação recorrem mais à coerção do que ao consenso e servem como uma solução temporária e excepcional para a incapacidade hegemônica dos grupos dominantes. Nos momentos de intensificação da luta de classes e crise de hegemonia, a burguesia tende a romper com a democracia liberal para instaurar formas abertas de ditadura com o intuito de garantir a manutenção da dominação social (Demier, 2014).

A obra de David Maciel oferece uma perspectiva teórica importante para compreender essa dinâmica durante a Ditadura de Segurança Nacional. Para o historiador, a articulação dialética entre a evolução do padrão de acumulação capitalista e o processo de preservação e aprofundamento da autocracia burguesa explicam a crise do poder burguês e a subsequente institucionalização autoritária. Essa institucionalização seguiu as contradições sociais e políticas dentro das relações interburguesas e entre as classes dominantes, lideradas pela burguesia dependente-associada, e as classes subalternas, que possuíam um projeto reformista e um relativo poder de mobilização social (Maciel, 2004).

Essas contradições já eram evidentes durante o colapso do populismo e continuaram após 1964, com o aumento da concentração de riqueza e poder nas mãos de poucos. A partir daquele ano, a configuração ditatorial do Estado burguês consolidou a autocracia burguesa no país. Nessa perspectiva, o historiador Samuel Fernando da Silva Junior (2023) argumenta que a ditadura “foi a expressão por excelência da autocracia burguesa, pois associou, ao contrário do período populista, modernização máxima com democratização mínima ou ausente”, revelando a dominação burguesa em sua forma mais transparente, sem disfarces ou mediações. Portanto, o compromisso com o avanço do desenvolvimento capitalista determinou não apenas a reafirmação da dominação burguesa sobre a sociedade, mas também a conquista do Estado pelas classes dominantes. Conforme Maciel,

a institucionalização da ordem política autoritária era, então, um componente fundamental do processo de preservação da autocracia burguesa, que articulava organicamente os determinantes econômico-sociais e políticos da dominação burguesa (infraestrutura e superestrutura) num só movimento histórico, e expressava uma estratégia de revolução passiva (Maciel, 2004, p. 29).

Para o autor, a revolução passiva evitou o aprofundamento da crise ocasionada pelas contradições sociais e permitiu a manutenção da ordem autoritária. Segundo a teoria gramsciana, as revoluções passivas ocorrem em contextos históricos onde as novas classes dominantes promovem projetos de modernização capitalista sem romper completamente com os interesses dominantes anteriores. Isso acontece porque essas novas classes evitam mobilizar as massas, temendo a ação política das classes subalternas. As revoluções passivas, portanto, emergem em meio a situações sociais que adquirem o conteúdo de uma crise de hegemonia¹³.

Dessa forma, a institucionalização da ordem autoritária desempenhou um papel essencial na passivização da ordem social, uma estratégia característica da revolução passiva. Essa abordagem impediu que as contradições sociais, decorrentes do desenvolvimento do capitalismo monopolista, desencadeassem uma crise catastrófica. A função passivizadora foi exercida não apenas por meio da repressão e do controle militar, mas também através de

¹³ Por meio da noção de revolução passiva, Gramsci desenvolveu seu método histórico-dialético de interpretação social para descrever os processos históricos nos quais a transição para uma sociedade burguesa industrial moderna ocorreu sem uma revolução de cunho democrático-burguês. Nesses processos, a ausência de uma liderança hegemônica por parte das classes dominantes, incapazes de integrar e direcionar os setores subalternos, leva o Estado a assumir um papel central na condução dessas transições, promovendo transformações econômicas e sociais que as classes dominantes, por si só, não conseguem implementar. Essa crise de hegemonia sugere que, embora as classes dominantes possam exercer hegemonia entre si, elas falham em conquistar o consentimento das classes subalternas. Em contextos de revolução passiva, o Estado torna-se centralizado e fortalecido, adquirindo uma autonomia relativa em relação às frações dominantes, comandando a aliança entre elas por meio de sua lógica e métodos burocrático-militares, com o objetivo de proteger a ordem vigente (Demier, 2020; Gramsci, 1978).

instrumentos de cooptação e domesticação do conflito político. Isso demonstra que “a institucionalidade autoritária expressou o amadurecimento da autocracia burguesa no Brasil em uma nova etapa, nuclearmente marcada pela direção política dos militares e configurada por uma situação de cesarismo militar” (Maciel, 2004, p. 31).

Antonio Gramsci compreende o conceito de cesarismo como um fator mediador nas transições entre diferentes tipos de Estado e na preservação de um Estado existente. Ele relaciona o cesarismo à dialética da revolução passiva, que inclui elementos de revolução-restauração, percebendo-o como uma solução arbitral, que pode ser progressiva ou regressiva. Nas palavras de Gramsci,

o cesarismo expressa uma situação na qual as forças em luta se equilibram de modo catastrófico, isto é, equilibram-se de tal forma que a continuação da luta só pode terminar com a destruição recíproca. [...] Pode haver um cesarismo progressista e um cesarismo regressivo; e, em última análise, o significado exato de cada forma de cesarismo só pode ser reconstruído a partir da história concreta e não de um esquema sociológico. O cesarismo é progressista quando sua intervenção ajuda a força progressista a triunfar, ainda que com certos compromissos e acomodações que limitam a vitória; é regressivo quando sua intervenção ajuda a força regressiva a triunfar, também neste caso com certos compromissos e limitações, os quais, no entanto, têm um valor, um alcance e um significado diversos daqueles do caso anterior (Gramsci, 2022b, p. 77).

Pautando-se nas considerações de Gramsci, Maciel (2004) assegura que a partir de Napoleão III, o cesarismo moderno desempenhou um papel fundamentalmente regressivo na sociedade burguesa, agindo de maneira policial para preservar a ordem vigente. Isso ocorre ao manter a fraqueza da força progressiva antagonista ou ao explorar as possibilidades de desenvolvimento ainda não esgotadas dentro da ordem social existente.

No contexto brasileiro, o cesarismo assumiu um caráter militar, com o Exército desempenhando o poder arbitral e a direção política da institucionalidade autoritária como grupo dirigente dentro do Estado. O cesarismo militar, portanto, surgiu como uma resposta as contradições, funcionando como um mediador que implementou a ordem autoritária necessária para preservar os interesses da burguesia. Para o historiador, “a tendência ao cesarismo militar no interior da autocracia burguesa transformava toda crise política, necessariamente, numa crise militar, e vice-versa” (Maciel, 2004, p. 47), ou seja, durante o processo de construção e consolidação da institucionalidade autoritária, essa dinâmica tornou a questão militar um fator primordial na disputa política.

Tecidas essas considerações, compreendemos a Ditadura de Segurança Nacional como uma construção consciente e planejada, destinada a reconfigurar a estrutura econômica e social do Brasil em favor dos interesses do capital monopolista. Na historiografia marxista, a ditadura

é interpretada não como um fim em si, mas como uma forma específica de organização do capitalismo. Assim, a tendência cesarista e a institucionalização autoritária surgem como elementos intrinsecamente ligados ao projeto de desenvolvimento capitalista adotado pelos militares. Sob esse olhar, utilizamos a tese do TDE, que oferece um ponto de diálogo relevante com as teorias do cesarismo militar e da autocracia burguesa, conforme argumenta Carla Luciana Silva (2023a).

1.2 Entre doutrinas e práticas: a segurança nacional e o Terrorismo de Estado

O intervencionismo militar na América Latina durante os anos 1960 foi amplamente moldado por influências externas, em especial pela DSN dos Estados Unidos e pela DGR¹⁴, desenvolvida pelos militares franceses. Essas doutrinas forneceram as bases teóricas para justificar práticas repressivas em nome da segurança nacional.

Conforme analisou a historiadora Jussaramar da Silva (2017), a aplicação dessas ideias pelas ditaduras latino-americanas resultou da convergência de diversas forças interessadas na manutenção do domínio capitalista, integrando tanto a DGR quanto a DSN, com o apoio de assessores franceses que colaboraram com a intervenção norte-americana na região. Esse processo deu origem ao Estado de Segurança Nacional, que se estruturou a partir da combinação dessas doutrinas, concebendo uma guerra interna e criando a figura do inimigo interno, frequentemente identificado como subversivo. A política repressiva adotada pela ditadura brasileira, marcada pela prática do TDE, refletiu diretamente essa abordagem e deve ser compreendida como um esforço coletivo que integrou diferentes estratégias de controle. O TDE, modalidade extrema de Estado capitalista, é

um sistema de dominação e disciplinamento ao qual recorrem os setores economicamente dominantes, em determinadas conjunturas, quando fortemente questionados e ameaçados. A intensificação da ação das instituições coercitivas estatais e do crescimento do fluxo de informação produzido pelos serviços de inteligência – cada vez mais centralizado pelo centro decisório estatal – são concomitantes ao desequilíbrio na relação entre poderes e ao enfraquecimento dos meios de fiscalização e de informação da sociedade civil. Uma administração implementa um TDE quando potencializa todos os mecanismos, âmbitos e recursos que estão a sua disposição, a partir de uma lógica de uso ostensivo de medidas repressivas, atropelando os limites constitucionais democraticamente estabelecidos sem sofrer controle ou restrição de nenhuma instituição que ainda responda, de alguma forma, à sociedade civil (Padrós, 2007, p. 1).

¹⁴ Na literatura, a DGR também é conhecida como Guerra Moderna, Guerra Contrarrevolucionária, Guerra de Contra Insurgência, Guerra Suja e Guerra Irregular. Para nossa redação, optamos pelo termo Doutrina de Guerra Revolucionária, frequentemente encontrado nos manuais de treinamento.

O conceito de TDE é fundamental para compreender a natureza das ditaduras no contexto latino-americano. Historiadores têm explorado esse conceito para descrever o caráter violento e assassino do Estado, que implementou políticas de extermínio e eliminação de opositores, demonstrando como a ditadura se enraizou profundamente na sociedade (Silva, 2023a). Nesse sentido, Silva argumenta que

o conceito de TDE se fundamenta na indissociabilidade entre Estado e sociedade e que as formas que o consenso assume na ditadura são eivadas de incorporação de modos constantes de coerção e repressão. Ele expressa a ideologia sendo materializada como parte de mecanismos de medo social, imposto através de coerção e repressão (Silva, 2023b, p. 68).

Essa perspectiva revela como a ditadura manteve o controle social e político, incorporando táticas de repressão que se tornaram parte integrante do cotidiano. A combinação dos princípios da DSN com as práticas da DGR ampliou, no contexto do TDE, elementos centrais do regime repressivo, como a identificação do inimigo interno, a imposição hierárquica de fronteiras ideológicas e a consolidação de uma cultura do medo (Silva; Cañón, 2023).

A identificação do inimigo interno permitiu que a ditadura justificasse a repressão violenta contra dissidentes políticos e movimentos sociais, classificando qualquer oposição como uma ameaça à segurança nacional. A imposição de fronteiras ideológicas, que iam além dos limites políticos tradicionais, demonstrou a tentativa do regime ditatorial de controlar não apenas o território físico, mas também o espaço ideológico e cultural. Para manter o controle social, a criação de uma cultura do medo foi fundamental, utilizando o terror como ferramenta para silenciar e garantir a submissão da população. Ao materializar a ideologia por meio do medo, o Estado buscou não apenas suprimir a dissidência, mas também estabelecer uma atmosfera em que a obediência se tornou uma norma social internalizada. Essa combinação de táticas repressivas gerou um ambiente de desconfiança e insegurança, cujos impactos persistem nas sociedades afetadas.

Sobre a dinâmica de poder durante as Ditaduras de Segurança Nacional e a Guerra Fria, o historiador Walter Lippold pontua que

quando o consenso é quebrado, quando o *soft power* deixa de ser efetivo, entram em jogo as tecnologias de poder que usam da violência para implementar seus projetos políticos, como por exemplo o uso do Terrorismo de Estado para implementar a Doutrina de Segurança Nacional e buscar uma modernização dependente e conservadora, como no caso das ditaduras do Cone Sul. O terror colonial de herança francesa pôde ser exportado, ele circulou, suas ideias foram reelaboradas e aplicadas como terror de Estado e Doutrina de Segurança Nacional aqui em *Nuestra America*, serviu de *know-how* básico para a agressão imperialista dos Estados Unidos ao povo do Vietnã, tudo amalgamado pelo anticomunismo que mobilizava o ocidente em plena Guerra Fria (Lippold, 2023, p. 15).

O TDE, portanto, está intimamente associado à DSN, cujas raízes remontam ao papel dos Estados Unidos na disseminação do medo social. Essa doutrina foi inicialmente concebida como um conjunto de princípios formulados por civis norte-americanos do *National Security People*. Conforme analisou o historiador Ricardo Antonio Souza Mendes (2013), a DSN teve um impacto significativo na política externa dos Estados Unidos, refletindo a ascensão de sua hegemonia global. A disseminação da ideia de uma ameaça comunista serviu para justificar e reforçar o novo papel dos EUA no cenário internacional, legitimando intervenções e alianças estratégicas sob o pretexto de conter o comunismo. Segundo o autor,

a Doutrina foi transmitida aos militares norte-americanos através do *National War College*. Gradativamente uma política de contenção do comunismo estabelecida pelos EUA, ao longo das décadas de 1950 e 1960 propagou-se para a Europa, Ásia e para a América Latina. Nessa última região difundiu-se sob duas formas. A primeira, a partir das escolas militares que se destinavam a “melhor preparar” os oficiais latino-americanos no combate ao comunismo. Através dos programas de assistência militar (MAP) o *Southern Command* coordenou e supervisionou uma influência crescente da assistência militar dos Estados Unidos, com a disseminação de uma série de “escolas” que visavam “colaborar” com a formação dos oficiais das Forças Armadas dos mais diversos países da América Latina. Dentre estas escolas, citamos: a *US Army School of the Americas* (em Fort Gullick), a *Inter-American Geopolitic Survey School* (Fort Clayton), cursos de infantaria de Fort Benning ou os cursos de Estado-Maior de Fort Leavenworth, no Kansas (Mendes, 2013, p. 12).

A ESG foi um dos instrumentos mais eficazes de influência política e ideológica dos Estados Unidos no Brasil. Fundada em 1949, durante a Guerra Fria, a Escola foi inspirada no modelo do *National War College*, com o objetivo de desenvolver uma doutrina para as FA. Marcada por um caráter híbrido, a ESG envolvia tanto civis quanto militares, tanto em relação aos seus servidores quanto aos participantes de seus cursos. Essa característica refletia uma integração entre diferentes setores da sociedade, indicando uma abordagem multifacetada em sua estrutura e funcionamento.

No entanto, a instituição diferenciava-se do *National War College* em aspectos importantes, especialmente em suas preocupações com o desenvolvimento e a GR. O papel proeminente assumido pelos militares no Estado e na sociedade brasileira antes de 1964 também resultou de transformações internas na corporação militar, articuladas pela ESG e pela DSN. Essas mudanças redefiniram o conceito de segurança, trazendo-o para o plano interno, com o comunismo sendo visto como um inimigo capaz de capturar facilmente a população brasileira, dada a precariedade econômica, política e cultural do país. Em resposta, a DSN e a ESG priorizaram o binômio desenvolvimento-segurança, buscando fortalecer o Estado e as Forças Armadas para enfrentar a “ameaça subversiva” (Mendonça, Fontes, 2001; Rippel, 2020).

Destacamos que a ESG desenvolveu uma visão globalizante e organicista da sociedade, buscando superar os divisionismos e encontrar soluções para a crise brasileira antes do golpe de 1964. A ESG treinava oficiais e procurava aliados na sociedade civil, especialmente entre empresários que compartilhassem sua doutrina. Embora estivesse ligada a uma instituição repressiva, a instituição difundia ideologias que apresentavam a segurança como condição para o desenvolvimento, defendendo o controle global da sociedade e priorizando questões econômicas sobre políticas. Essa abordagem visava redefinir a função dos militares, reforçando a predominância do grande capital, especialmente estrangeiro, como fundamental para o desenvolvimento e a integração do Brasil no bloco ocidental (Mendonça; Fontes, 2001).

Neste contexto, de acordo com o pesquisador Enrique Serra Padrós (2007), as FA foram posicionadas como pilares do regime ditatorial, justificando sua intervenção como essencial para a segurança nacional. Essa alegação frequentemente envolvia a criação de um estado de paranoia, no qual o inimigo interno era percebido como uma ameaça constante e difusa, legitimando ações repressivas¹⁵. Simultaneamente, a contradição entre o discurso de defesa da democracia e a prática de suprimir liberdades democráticas emergia como um aspecto crítico da DSN. A democracia era vista como um risco à ordem estabelecida, pois permitia a expressão de descontentamento e oposição. Nas palavras de Padrós,

a aplicação das premissas da DSN destruiu as bases da democracia representativa com o fechamento do Parlamento, o controle sobre o Poder Judiciário, a interdição dos partidos políticos, a imposição generalizada da censura, a violação sistemática dos direitos humanos e uma repressão brutal contra toda oposição. O cenário da “guerra interna” descoberta pelos setores golpistas extrapolou as ruas, as fábricas ou as universidades. Assim, o TDE de SN se apoiou fortemente no reconhecimento da existência de uma “guerra interna” contra um inimigo hipotético, mutável, infiltrado no conjunto da sociedade, o que foi utilizado como justificativa para uma atitude de

¹⁵ A paranoia, a desconfiança e a desumanização foram elementos importantes da lógica repressiva. A necessidade de desconfiar de todos, de interpretar obsessivamente sinais e de estar sempre alerta transformou a paranoia em uma estratégia de sobrevivência. Esse clima de medo e desconfiança era alimentado pela presença de agentes repressores infiltrados e pela prática da delação, que tornavam qualquer gesto ou palavra potencialmente perigoso. Nesse contexto, a lógica repressiva não admitia a existência de inocentes; todos eram categorizados como “patriotas”, “inocentes úteis” ou “subversivos”, dentro de uma visão maniqueísta que dividia o mundo entre o bem (associado à civilização cristã ocidental) e o mal (identificado com o comunismo subversivo). Além disso, a prática de tortura combinava estratégias militares e morais. Por um lado, a tortura servia para extrair informações e mapear redes de “subversão”; por outro, tinha um caráter inquisitorial, buscando produzir arrependimento e transformar os perseguidos em “cidadãos” alinhados com o regime ditatorial. Essa dupla função revela uma lógica despótica e paranoica, que buscava um controle absoluto sobre a realidade e sobre os sujeitos, anulando qualquer singularidade e humanidade dos perseguidos. A tortura, nesse sentido, não era apenas física, mas também psicológica e moral, visando à submissão total. Os agentes da repressão eram treinados para adotar uma postura paranoica, vendo inimigos em todos os lugares e desconfiando até mesmo de suas próprias emoções. A compaixão ou qualquer afeto que surgisse durante a tortura era interpretada como uma manipulação do “subversivo” e, portanto, deveria ser suprimida (Faria, 2015; Joffily, 2013).

alerta constante, por parte do Estado, que escondeu, na prática, um clima de ameaça contínua sobre toda a sociedade (Padrós, 2007, p. 2).

Esse ambiente de constante vigilância e repressão não apenas silenciou vozes dissidentes, mas também gerou uma cultura de medo e conformidade. A implementação dessas medidas demonstrou como a segurança nacional foi utilizada como justificativa para violações de direitos humanos e para a centralização do poder. Sob o pretexto de proteger a nação, o regime ditatorial consolidou um aparato repressivo que sufocou liberdades individuais e coletivas, reforçando o controle autocrático e a submissão da sociedade.

1.2.1 A Doutrina de Guerra Revolucionária

A ideologia de segurança nacional, que fundamentou o pensamento na ESG, articulava-se em torno de quatro formas de poder almejadas tanto por civis quanto por militares: o econômico, o político, o militar e o psicológico. Segundo o historiador Rodrigo Nabuco Araujo (2017), essa ideologia posicionou as FA na linha de frente da luta contra o comunismo, concebido como uma versão modernizada do inimigo interno que os militares procuravam combater ideologicamente. Essa concepção deriva do pensamento conservador predominante entre os militares, que encaravam os conflitos sociais como fontes de desordem e os consideravam incompatíveis com o projeto de desenvolvimento econômico do capital.

Além disso, a segurança nacional atribuía aos militares o papel de sustentação do Estado, conferindo-lhes a responsabilidade de atuar como intérpretes do interesse nacional. No entanto, o conteúdo dessa ideologia era amplo e impreciso, abrangendo desde operações táticas, que incluíam tortura e massacre de opositores, até estratégias que apoiavam ideais contrarrevolucionários. Logo, a doutrina francesa de GR foi o pilar central da segurança nacional (Araujo, 2017).

Essa doutrina surgiu historicamente como resposta à derrota francesa na Indochina e ao crescimento das lutas anticoloniais na Argélia. Os militares franceses reconheceram que a doutrina militar clássica era inadequada para enfrentar o novo tipo de guerra emergente no contexto da Guerra Fria, caracterizada pela combinação de elementos políticos, ideológicos e operações bélicas. Nesse sentido, conforme observou o pesquisador e oficial do Exército Alessandro Visacro,

a partir do término da Segunda Guerra Mundial, em 1945, muito embora a ocorrência de confrontos entre exércitos nacionais permanentes ainda fosse grande, os conflitos irregulares tornaram-se cada vez mais comuns. Graças ao impasse estratégico gerado

pelo equilíbrio do poder atômico norte-americano e soviético, ao desmoronamento do Império Colonial europeu e à disseminação da ideologia marxista, a guerra irregular foi, aos poucos, superando as formas tradicionais de beligerância, particularmente na África, Ásia e América Latina. Nesse contexto, a vitória dos comunistas chineses, em 1949, reveste-se de especial valor, não só por suas grandes proporções e consequências, como também por sua significativa contribuição para o desenvolvimento da guerra não convencional (Visacro, 2009, p. 91).

Convém destacar que a guerra irregular pode ser definida, em termos práticos, como um conflito conduzido por uma força que não possui uma organização militar formal e, principalmente, carece de legitimidade jurídica e institucional. Em outras palavras, trata-se de uma guerra travada por grupos não regulares, que operam fora das estruturas convencionais do Estado e das normas internacionalmente reconhecidas (Visacro, 2009). Dessa forma, houve uma mudança na forma de compreender a guerra que, tradicionalmente, era travada em campos de batalha entre exércitos inimigos. Agora, o inimigo passou a utilizar tensões políticas, ideológicas, sociais e econômicas para disputar a hegemonia. Essa transformação exigiu uma redefinição das estratégias militares, adaptando-as a um cenário em que a guerra não se limitava ao confronto armado, mas também envolvia a conquista psicológica. De acordo Lippold,

a Batalha de Argel, ocorrida entre janeiro e setembro de 1957, se tornou um laboratório do que já se ensaiava na Indochina: o uso massivo de tortura, esquadrões da morte, execuções sumárias e desaparecimentos. Sob o nome de doutrina francesa, guerra moderna, guerra contrarrevolucionária e seus desdobramentos conceituais adaptados, esta tecnologia de poder baseada em violência, que abriga concomitantemente o racional e o irracional, estava calcada no anticomunismo, no conservadorismo, e muitas vezes aparentemente beirava a paranoia (Lippold, 2023, p. 14).

O objetivo da DGR, portanto, era equipar os militares franceses com as ferramentas necessárias para enfrentar o “comunismo ateu”, ou seja, as teorias marxista-leninistas, consideradas como o principal inimigo do Ocidente. Um dos pressupostos fundamentais dessa doutrina era o controle de informações sobre o inimigo, o que exigia um comando político-militar que atuasse tanto na esfera civil quanto militar. Assim, a doutrina francesa configurava-se como um projeto de intervenção militar na sociedade, no qual a guerra psicológica desempenhava um papel central como estratégia para derrotar os subversivos (Martins Filho, 2008; Pinto, 2012).

A inovação da doutrina francesa – elaborada pelo coronel francês Roger Trinquier em *La guerre moderne* –, consistiu na institucionalização e justificação teórica do uso da tortura. Conforme explica Lippold (2023), Trinquier defendia o emprego de técnicas não convencionais em resposta aos métodos que ele considerava imorais do inimigo, agora identificado como interno e difuso entre a população. Entre essas técnicas, destacava-se o interrogatório que

envolvia tortura, integrando a ação militar com a ação policial. Em relação à base teórica da doutrina francesa, a jornalista Leneide Duarte-Plon pontuou que

foi Roger Trinquier o primeiro militar francês a se debruçar sobre os textos de Mao Tsé-Tung para entender a estratégia da “guerra revolucionária” na Argélia, semelhante à que os franceses haviam enfrentado (e perdido) na Indochina. Depois dele, Charles Lacheroy também leu Mao e criou em Paris cursos sobre a “guerra contrarrevolucionária”. Lacheroy foi o primeiro a utilizar o termo “guerra revolucionária” para qualificar a guerra feita pelo Viet Minh. No livro de Mao, *La stratégie de la guerre révolutionnaire en Chine*, publicado em 1936, e traduzido para o francês em 1950, o jovem coronel Lacheroy viu pela primeira vez o conceito de “guerra revolucionária” e a partir dele criou o seu antídoto, a “guerra contrarrevolucionária”, que os militares sul-americanos adotariam depois com entusiasmo (Duarte-Plon, p. 50, 2016).

A adaptação de métodos militares para combater inimigos internos refletiu uma mudança na estratégia militar, que passou a priorizar a repressão sobre a ação militar convencional. A influência dos escritos de Mao Tsé-Tung, tanto para a esquerda revolucionária quanto para as forças colonialistas e imperialistas, ilustra a complexidade do cenário político da época. Essa complexidade foi intensificada pela combinação de influências internacionais e regionais que emergiram após a Revolução Cubana, demonstrando como a DSN foi moldada por diversas correntes ideológicas. Essa conjuntura criou uma justificativa para intervenções militares e repressão, sob o pretexto de garantir a segurança nacional.

A DGR, então, constituiu a base teórica que sustentou a tese do inimigo interno e reformulou a DSN no Brasil. Através da circulação de ideias e da presença de adidos militares franceses¹⁶ que treinaram oficiais e disseminaram suas obras, os estudos sobre a GR forneceram às FA uma tecnologia política que permitia sua atuação direta na sociedade. Oficiais de alta patente, como Ferdinando de Carvalho, motivados pelo temor de uma suposta ação comunista, organizaram-se em grupos de trabalho espalhados por todo o país. Nesses grupos, militares colaboravam com civis no planejamento estratégico, refletindo as experiências adquiridas na ESG (Araujo, 2017).

¹⁶ Os adidos que serviram no Brasil durante o período ditatorial eram especialistas em DGR. Entre eles, Yves Boulnois, Jean-Louis Guillot e Paul Aussaresses ministraram cursos para militares sul-americanos na Argentina, França e Estados Unidos, respectivamente. No Brasil, esses adidos participaram de reuniões com a alta cúpula militar e assessoraram o embaixador, na sede da Embaixada, onde se encontravam com militares, diplomatas, jornalistas e políticos. Esses adidos eram observadores privilegiados da política interna e externa do Brasil, trazendo consigo uma experiência consolidada em guerra revolucionária. Esse conhecimento contribuiu para a formação e o aperfeiçoamento das estratégias repressivas adotadas pelo regime ditatorial brasileiro. Além disso, análises realizadas por figuras como Paul Aussaresses sobre o clero brasileiro destacam como diferentes setores sociais eram monitorados e avaliados como parte da estratégia de segurança nacional. Essa colaboração internacional evidencia a complexidade das redes de apoio que sustentaram a ditadura nesse período. Para uma análise mais completa, ver: DUARTE-PLON, Leneide. **A tortura como arma de guerra**: da Argélia ao Brasil. Como os militares franceses exportaram os esquadrões da morte e o terrorismo de Estado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

Contrariando os princípios do Estado de direito democrático ao priorizar a segurança em detrimento dos direitos fundamentais, a DGR criou um ambiente em que a repressão e controle social eram considerados essenciais para a manutenção da estabilidade. As estratégias militares e políticas evoluíram para incluir a sociedade civil como alvo das operações de controle, redefinindo a luta de classes e os conflitos sociais como formas de guerra. Assim as FA ampliaram o conceito de guerra para englobar não apenas a dimensão física, mas também as esferas ideológica e psicológica¹⁷ (Silva; Cañón, 2023). Conforme observou Visacro (2009, p. 99), “a guerra revolucionária não se restringe aos aspectos militares, ela é, antes de mais nada, uma luta psicológica, política e social e deve ser vencida prioritariamente nesses campos”.

Dessa forma, a ênfase na guerra interna e na necessidade de defesa nacional servia como uma estratégia para consolidar o comando militar sobre a sociedade. Esse enfoque justificava a vigilância e o controle ideológico como medidas essenciais para garantir a segurança. Assim, para suprimir a ameaça comunista, argumentava-se que a sociedade civil deveria seguir as diretrizes do Exército, visto que a defesa nacional exigia uma colaboração estreita entre civis e militares em um esforço conjunto de desenvolvimento (Rippel, 2020). De acordo com o pesquisador João Roberto Martins Filho (2008), a DGR, ao se inserir nas relações civis-militares, sustentava que, se a sociedade democrática não pudesse fornecer o apoio necessário ao Exército, seria a sociedade, e não o Exército, que precisaria ser transformada. Essa premissa reforçava a ideia de que a adaptação social aos ideais militares era essencial para manter a ordem e a segurança.

Na prática, essa doutrina apresentava desafios específicos, especialmente no que diz respeito à identificação do inimigo. Como destacado por Lippold (2023), o adversário não era facilmente reconhecível, pois se camuflava entre a população, adotando uma postura clandestina e difusa. Isso resultava em um cenário onde não havia uma divisão clara ou uma fronteira física entre lados em conflito. Em vez disso, a separação era ideológica, exigindo estratégias complexas para localizar e neutralizar o inimigo. Segundo Visacro (2009), o significado psicológico de uma ação não convencional não se limitava à natureza do alvo escolhido. Aspectos como o local (onde), o momento (quando), o método (como) e os autores (por quem) eram determinantes para compreender a relevância de um ataque irregular.

¹⁷ A guerra psicológica foi uma estratégia abrangente que mobilizou recursos estatais e civis para moldar a opinião pública e o comportamento social. As operações psicológicas foram implementadas para alinhar a sociedade aos preceitos da DSN. Essas ações visaram conquistar ideologicamente a população ao provocar alterações em áreas sensíveis da sociedade, utilizando o medo e a doutrinação como as principais ferramentas de controle (Padrós; Silva; Cañón, 2023).

Para lidar com essa dinâmica, o setor de inteligência e informação assumiu um papel central, funcionando como a espinha dorsal da GR. Sua atuação era essencial na identificação e monitoramento de ameaças, assegurando a eficácia das ações. Assim, a GR não se destacava apenas pela violência física, mas também por uma dimensão psicológica e informacional, na qual o controle do conhecimento e da narrativa era fundamental para o êxito.

A flexibilidade do conceito de inimigo interno, conforme argumentado pelo historiador Alessandro Batistella (2021), ampliava os círculos de terror, tornando qualquer cidadão potencialmente suspeito de subversão. Essa indefinição permitia que a repressão estatal se justificasse continuamente, mantendo o controle sobre a sociedade por meio do medo e da incerteza. Como demonstrado no estudo clássico de Joseph Comblin, a segurança nacional

talvez não saiba muito bem o que está defendendo, mas sabe muito bem contra quem: o comunismo. Sua indefinição é que faz sua eficiência: o comunismo pode aparecer em todos os setores da sociedade; para lutar contra ele é preciso um conceito muito flexível. Em qualquer lugar onde se manifeste um aparente comunismo, o Estado está presente e faz intervir a segurança nacional. [...] à onipresença do comunismo responde-se com a onipresença da segurança nacional. Seria difícil compreender esse conceito fora do contexto da guerra generalizada, da guerra fria e da guerra revolucionária que o viram nascer (Comblin, 1978, p. 55).

Por fim, a adaptação do Exército brasileiro às estratégias francesas demonstrou sua capacidade de integrar o oficial de informação e o oficial de ação psicológica como elementos centrais. Esses agentes tornaram-se símbolos da nova forma de guerra promovida pelo Ministério de Guerra, que buscava implementar essa doutrina em todo o território nacional. Nesse contexto, a informação passou a ocupar um papel prioritário nas ações do governo militar, que estruturou serviços de inteligência com infiltrados em diversas organizações oposicionistas e grupos clandestinos armados. A guerra, portanto, não se limitava ao enfrentamento militar direto, mas envolvia uma intensa batalha informacional, onde conhecer e controlar o inimigo era essencial para a manutenção da segurança (Araujo, 2017).

A influência da DGR sobre o pensamento estratégico das FA continuou a se manifestar após o golpe de 1964. Como destacado por Martins Filho (2008), a permanência desses princípios é exemplificada pelo relatório final do IPM nº 709, que investigou o comunismo no Brasil. Presidido por Ferdinando de Carvalho e publicado em fevereiro de 1967 pela BIBLIEx, o relatório em quatro volumes evidencia a constante preocupação com a ameaça percebida do comunismo internacional, interpretada como uma questão de segurança nacional.

No próximo capítulo, aprofundaremos a discussão sobre a guerra revolucionária, relacionando-a com a análise dos escritos de Ferdinando de Carvalho e do relatório do IPM

709. Este relatório, que reflete a constante preocupação com a segurança nacional, serviu como justificativa para a adoção de medidas repressivas e para o fortalecimento dos dispositivos de segurança interna. Examinaremos como esses elementos foram integrados à estratégia militar, consolidando um aparato de controle e vigilância que buscava combater o comunismo. Essa análise permitirá uma compreensão mais detalhada das implicações da DGR para a política militar e a sociedade, revelando a profundidade de seu impacto durante o período ditatorial.

2 DA TEORIA À REPRESSÃO: A GUERRA REVOLUCIONÁRIA NA VISÃO E NA PRÁTICA DE FERDINANDO DE CARVALHO

As Forças Armadas conscientes de suas responsabilidades em todos os campos de interesse da Segurança Nacional mantêm-se vigilantes. O Inquérito Policial Militar 709 é uma das provas concretas dessa permanente, dessa indormida preocupação das instituições militares. Esse esforço constante há de assegurar à nossa Pátria o direito de progredir em paz, de elevar a cultura de seus cidadãos de evoluir inflexivelmente para adaptar-se às condições decorrentes dos verdadeiros objetivos nacionais.

(Ferdinando de Carvalho, 1966)

Ao apresentar o IPM 709 como resultado de uma vigilância permanente e uma “preocupação indormida”, Ferdinando de Carvalho não descreveu uma ação pontual, mas a inscreveu em um projeto político mais amplo de segurança nacional. Esse projeto, sob a égide de “progredir em paz”, legitimava-se publicamente como guardião da ordem e do progresso.

O contexto da Guerra Fria potencializou um anticomunismo virulento na política brasileira, que se intensificou na década de 1960. Esse período foi marcado pela consolidação de um bloco conservador e direitista, que uniu grandes proprietários fundiários, empresários, banqueiros, empresas imperialistas e setores militares em torno do objetivo comum de barrar as reformas do governo João Goulart. Embora heterogêneo, esse bloco rapidamente se articulou em função de interesses convergentes e de um discurso elitista, conservador, antidemocrático e antipopular, no qual o anticomunismo atuava como elemento unificador (Netto, 2014).

A renúncia de Jânio Quadros, em 1961, e o receio em relação à ascensão do vice-presidente João Goulart desencadearam uma intensa disputa pelo poder. Nessa conjuntura, grupos conservadores e anticomunistas passaram a se organizar com maior intensidade, temendo o fortalecimento das organizações de trabalhadores urbanos e rurais, bem como a reestruturação do PCB. Esses fatores fomentaram um ambiente de polarização ideológica que pavimentou o caminho para a reação golpista de 1964.

Comícios, passeatas e protestos anticomunistas aumentaram após a posse de Goulart, fortalecendo a política anticomunista ao se oporem diretamente às reformas de base propostas pelo presidente. Essas reformas visavam implementar mudanças tributárias, educacionais e agrárias, com o objetivo de reduzir as desigualdades econômicas e sociais no Brasil. Nesse processo, Jango adotou medidas que confrontaram os interesses da elite, como a concessão de subsídios à indústria nacional e restrições à circulação de capital estrangeiro (Mattos, 2003).

Tais ações provocaram uma reação intensa por parte das forças conservadoras e organizações políticas, que viam seus interesses e privilégios ameaçados. Como observou Netto,

a alternativa concreta de uma transformação qualitativa do regime democrático brasileiro – e era exatamente isso o que estava ocorrendo: os limites de uma democracia restrita estavam sendo forçados, para abrir o passo a uma democracia de participação ampliada – horrorizava as “classes produtoras”. É preciso esclarecer bem esse aspecto: à diferença do que se alardeava à época, na realidade não estava em jogo, no Brasil, a alternativa entre capitalismo e socialismo (ou “comunismo”, como então pregava a grande imprensa) – Jango, como já sublinhamos, defendia uma proposta de reformas de viés nacionalista e democrático, procurando uma via menos elitista e concentradora para o desenvolvimento do capitalismo no país [...]. Mas era exatamente esta via nacionalista e democratizante que as forças de direita e do conservadorismo extremado temiam. E também elas se ativaram, se mobilizaram (Netto, 2014, p. 42).

João Goulart planejava implementar seu projeto reformista por meio de uma ampla coalização política, que incluía setores da esquerda e adeptos do reformismo conservador. O processo seria gradual, com o objetivo de evitar confrontos diretos com os opositores. Segundo Netto (2014), não havia, na perspectiva de Jango, intenções revolucionárias, devido tanto à sua concepção de transformações sociais quanto à percepção da correlação de forças na sociedade brasileira. O presidente rejeitava soluções baseadas no uso da força, considerando os interesses nacionais e internacionais que seriam afetados por suas propostas. Entretanto, as frações anticomunistas instigaram a sociedade a se posicionar contra o comunismo, temendo que as propostas de Jango facilitassem uma suposta invasão comunista, o que ameaçaria o capital (Passos, 2017). Na mesma linha, parte dos oficiais das FA receava que João Goulart realizasse um golpe de Estado com o apoio do PCB, razão pela qual acreditavam ser necessário impedi-lo de permanecer no poder.

É nesse contexto de radicalização ideológica e redefinição das fronteiras do político que a atuação de Ferdinando de Carvalho ganha relevância. Neste capítulo, analisaremos seu pensamento intelectual, buscando entender como ele construiu e difundiu suas percepções sobre o comunismo e a GR. Ademais, exploraremos o IPM 709 que, sob sua liderança, materializou-se como uma ferramenta política, ultrapassando a esfera estritamente militar para alcançar a sociedade, por meio da publicação de seu relatório pela BIBLIEx. Essa divulgação estratégica não apenas reforçou o discurso oficial sobre a ameaça comunista, mas também serviu para justificar a repressão como uma necessidade nacional.

Para integrar a análise, investigaremos as implicações políticas e institucionais das prisões, amplamente noticiadas pela imprensa da época, que evidenciam a abrangência do aparato repressivo. Essa investigação incluirá o caso Negrão de Lima, demonstrando o

envolvimento de Carvalho na esfera política com o intuito de enfraquecer adversários do regime ditatorial, mesmo aqueles eleitos democraticamente, revelando assim a face concreta da “preocupação indormida” das instituições militares.

2.1 As interpretações de Ferdinando de Carvalho sobre a Guerra Revolucionária

A lógica bipolar da Guerra Fria influenciou profundamente a percepção e a atuação de setores militares e governamentais. Na visão de Ferdinando de Carvalho (1967, p. 1), as atividades comunistas obedeciam a “uma estratégia que se dispõe nos quadros de um fenômeno atual e atuante que se chama Guerra Revolucionária e se desenvolve em quase todos os recantos do globo”. Essa interpretação reflete a internalização do discurso de segurança nacional, que passou a associar movimentos sociais e políticos da oposição a uma suposta ameaça à ordem estabelecida. Nas palavras do oficial,

o conceito de Guerra Revolucionária Comunista é amplo e abrange um sem-número de ações políticas, econômicas e militares para a implantação do comunismo, em escala mundial. Várias definições têm sido tentadas para o fenômeno, mas, em geral, se limitou a apreciar características parciais, falhando em situar o problema com a amplitude que merece. No entanto, uma definição simples poderia exprimir facilmente a natureza global do fenômeno; “Guerra Revolucionária é a ação comunista pela conquista do mundo”. Este simples enunciado abarca todos os aspectos, todas as formas que apresenta, todas as modalidades de que se reveste (Carvalho, 1967, p. 6).

Alinhada à geopolítica do período, essa visão justificou a militarização da política doméstica, transformando a segurança interna em um pilar central da defesa nacional. A redefinição do conceito de segurança nacional não apenas ampliou o papel das FA na repressão ao inimigo interno, mas também reconfigurou as estratégias de controle estatal, substituindo conflitos bélicos convencionais por mecanismos indiretos de contenção ideológica (Mendes, 2021; Pinto, 2021). Dessa forma, a crise socioeconômica e as greves do período foram interpretadas sob o prisma da GR, reforçando a ideia de que a estabilidade interna dependia da neutralização de qualquer movimento associado ao comunismo, mesmo que isso implicasse a supressão de direitos e a intensificação da repressão política. Segundo Ferdinando de Carvalho,

sem dúvida, o grande objetivo da Guerra Revolucionária é o domínio comunista em escala universal. Sobre esse fato, explícito e evidente, há perfeita concordância de todos os analistas da política mundial. Muitos estudiosos da estratégia do comunismo internacional procuram, entretanto, associar direções e alvos geográficos sucessivos, elaborando uma série de hipóteses grandiosas sobre o desdobramento das gigantescas ofensivas do marxismo-leninismo, imaginando-as a propagar-se como verdadeiras ondulações, originárias de centros em Moscou e Pequim, num vultoso movimento

para isolar os Estados Unidos e o Oeste Europeu, pela conquista do Sudeste Asiático, da África e da América Latina. Cremos que tais hipóteses não deixam de ser, no fundo, especulações teóricas. O que está ocorrendo, na verdade, é uma Guerra Revolucionária que abrange toda a superfície do planeta e que, mercê das circunstâncias da atualidade, transforma em críticas determinadas áreas mais vulneráveis a seu desenvolvimento. A estratégia comunista é na realidade uma estratégia de objetivos limitados que se executa através de ofensivas restritas, com objetivos sucessivos. Isso lhes permite constantes avanços, sem se exporem demasiadamente, sem provocarem uma guerra geral, conservando a possibilidade de recuos táticos. Essa estratégia de objetivos limitados manifesta-se constantemente nos surtos revolucionários que explodem, aqui e ali, deixando os governos democráticos embaraçados e perplexos. É característica própria da Guerra Revolucionária essa flexibilidade extrema que a permite assumir a mais variada configuração, adaptando-se às condições ambientes e disfarçando-se sob os aspectos mais diversificados (Carvalho, 1967, p. 70).

Ao argumentar que a GR era flexível e adaptável, capaz de se disfarçar e se infiltrar em diferentes contextos, Carvalho destacou que o comunismo agia de forma calculada e gradual, adaptando-se às condições locais e assumindo diversas configurações. Essa característica reforçava, segundo ele, a necessidade de uma resposta igualmente estratégica por parte dos governos ditos democráticos.

Visacro (2009) ressalta que, embora a sistematização de conceitos e doutrinas fosse útil para fornecer um quadro teórico inicial, a dinâmica e a complexidade desse tipo de conflito exigiam uma constante revisão e atualização das estratégias. A GR, influenciada por mudanças políticas, sociais, científicas e tecnológicas, demandava que métodos e definições anteriormente eficazes fossem reavaliados, pois poderiam se tornar inadequados em novos contextos. Carvalho complementa:

Antes de mais nada, devemos repetir que a Guerra Revolucionária não admite qualquer sistematização ou estereotipagem. Em cada país, em cada época, em cada momento adquire uma forma diferente e imprevista. Mao Tsé-Tung mostra esse aspecto da Guerra Revolucionária, em seus estudos sobre os problemas estratégicos da revolução chinesa. [...] Está perdido aquele que enfrentar uma guerra revolucionária, alheio às peculiaridades do local e do tempo em que ela se desenvolve. Os franceses estudaram profundamente este tipo de guerra. E foram derrotados na Indochina e na Argélia. Não podemos absolutamente aplicar ao Brasil, o padrão indochinês ou argelino. Temos que considerar a guerra revolucionária, como ela se realiza no Brasil e nos dias de hoje. O fundamental é reconhecer a sua existência, é discernir a sua natureza, é perceber seus objetivos. Quanto às fases de seu desenvolvimento, à tática empregada e à técnica de sua execução, tudo passa a depender das condições vigentes. Dessa maneira, tudo o que considerarmos sob o ponto de vista doutrinário, tem um valor essencialmente relativo. Cabe-nos, entretanto, buscar um mínimo de conhecimentos peculiares, sem nos prendermos todavia a fórmulas padronizadas (Carvalho, 1967, p. 84).

Percebemos no discurso do militar a preocupação com a ameaça representada pelos movimentos populares no contexto da década de 1960. A menção às derrotas francesas na Indochina e na Argélia serviu como um alerta para os riscos de subestimar a GR e de aplicar

estratégias inadequadas. Isso porque, na interpretação dos militares, a flexibilidade da GR a tornava particularmente desafiadora para o Estado e para as forças convencionais, que lutavam para compreender e combater um inimigo que não se enquadrava nas formas tradicionais de guerra. Portanto, para além de um fenômeno militar, a GR deveria ser compreendida como um processo complexo, que envolvia dinâmicas históricas, culturais e econômicas (Visacro, 2009). Ferdinando de Carvalho continua:

A Guerra Revolucionária é substancialmente uma guerra de fundo ideológico e político. Pretende conquistar as populações de forma duradoura e irreversível. As ações psicológicas e políticas têm, em consequência, a maior prioridade. Mesmo, durante as ações violentas e as operações armadas, os motivos psicológicos e políticos constituem uma preocupação básica. As ações psicológicas e políticas utilizadas pelos comunistas na Guerra Revolucionária, enquadram-se principalmente no trabalho de agitação e propaganda e no trabalho de educação comunista. Visam destruir, em suas bases, toda a ordem política, econômica e social vigentes e construir em seu lugar, uma nova ordem segundo o modelo e a orientação socialista (Carvalho, 1967, p. 85).

Dessa forma, todas as atividades e setores da sociedade passaram a ser alvo de fiscalização, crítica e desarticulação, na busca pelo inimigo interno: o comunista infiltrado. Essa ideia justificou a vigilância e a repressão a grupos e sujeitos considerados subversivos, especialmente aqueles associados a setores intelectuais e artísticos, como professores, estudantes, jornalistas e artistas (Souza, 2009).

Através da guerra psicológica, o regime ditatorial estabelecido buscou combater a influência ideológica, a mobilização social e as ações armadas. Essa perspectiva ajuda a compreender por que as FA adotaram táticas repressivas e de controle da informação, visando neutralizar a capacidade dos revolucionários de conquistar apoio popular. Entretanto, esse discurso também serviu para alimentar o medo e a paranoia, comuns na ideologia anticomunista, e justificar a necessidade de vigilância constante e ações preventivas.

Nesse sentido, Araujo (2017) oferece uma estrutura analítica que demonstra como a GR foi aplicada de forma gradual e planejada, não apenas como reação a suposta ameaça comunista, mas como projeto político-militar de controle social, organizado em quatro fases distintas, cada uma correspondendo a um estágio de preparação das FA: o primeiro estágio teria se iniciado ainda no período pré-golpe, com uma intensa campanha de propaganda política nas principais cidades industriais do país. Essa campanha buscava deslegitimar o governo de João Goulart, associando-o ao Movimento Comunista Internacional e apresentando-o como ameaça à soberania nacional; o segundo estágio se consolidou após o golpe, com a reestruturação e centralização dos serviços de inteligência, que ampliaram o aparato de segurança interna e controle territorial; o terceiro estágio caracterizou-se pela expansão das operações psicológicas,

incluindo as Ações Cívico-Sociais (ACISO) – iniciativas que combinavam assistência social com propaganda ideológica – e pelo treinamento de batalhões de choque das polícias militares com táticas de forças especiais; por fim, o quarto estágio consistiu no engajamento direto das FA em operações de contraguerrilha, tanto em áreas urbanas quanto rurais, marcadas pela repressão sistemática e pelo extermínio de militantes de esquerda.

Além disso, os oficiais identificaram a necessidade de adaptar a linguagem dos documentos militares, traduzindo-a para o mundo civil, e, idealmente, dotando-a com o apelo retórico típico do discurso parlamentar. Para Martins Filho (2008), essa adaptação foi fundamental para legitimar suas percepções de ameaça e justificar a intervenção militar como uma defesa dos valores nacionais diante de um cenário que, na visão deles, comprometia a estabilidade do país. Portanto, a publicação de textos sobre a GR não se limitava somente à divulgação doutrinária. Essa prática já configurava uma ação psicológica, direcionada tanto a fortalecer a convicção ideológica das próprias FA, quanto a promover a coesão nacional. O objetivo era cultivar, em cada indivíduo, a determinação para enfrentar as ameaças percebidas.

É importante destacar que, nessa perspectiva, o ato de escrever, conforme demonstrou a linguista Freda Indursky (2016), confere corpo e materialidade aos saberes que já circulam, inscritos tanto no interdiscurso quanto na memória das formações discursivas. A escrita, mais do que uma prática social, constitui uma prática política, pois o sujeito-autor é interpelado pela ideologia, e sua atividade discursiva ocorre sob a influência de sua orientação ideológica. Desse modo, a dimensão política direciona a escrita, que inevitavelmente incorpora os traços dessa orientação. Nessas circunstâncias, a DGR emergiu como tema recorrente nas análises de conjuntura antes do golpe de 1964 e se consolidou como a principal doutrina promovida pelo governo ditatorial após a conquista do Estado (Araujo, 2017).

Foi nesse contexto, em outubro de 1964, que Ferdinando de Carvalho publicou o artigo *A Guerra Revolucionária Comunista no Brasil*¹⁸ na revista *A Defesa Nacional* (ADN)¹⁹.

¹⁸ O artigo também foi publicado no *Caderno Especial do Jornal do Brasil*, na edição de 21 de junho de 1964 e pode ser consultado em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pesq=%22Ferdinando%20de%20Carvalho%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=54817.

¹⁹ A revista ADN, lançada em 10 de outubro de 1913, foi fundada por um grupo de oficiais brasileiros conhecidos como “jovens turcos”. Após realizar estágios no Exército Imperial Alemão entre 1905 e 1910, esses militares retornaram ao Brasil com o intuito de modernizar as FA. Motivados pela vontade de instituir uma cultura militar profissional adequada às demandas da guerra moderna, os oficiais, ao perceberem o risco de perder os conhecimentos adquiridos devido à inércia da estrutura burocrática do Exército brasileiro, decidiram fundar uma revista que refletisse as ideias de um “novo Exército” e servisse como “um órgão de combate e um instrumento de trabalho” (Nascimento, 2010, p. 10). A publicação foi inspirada na *Militär Wochenblatt*, uma revista militar alemã, e contou com o apoio do Clube Militar, que forneceu seu título e espaço para as atividades iniciais. No primeiro editorial, a ADN estabeleceu seus objetivos: defender o fortalecimento do Exército, a proteção da soberania nacional e o desenvolvimento de uma sociedade moderna e militarizada, nos moldes europeus, com

Segundo o oficial, o artigo teve como objetivo esclarecer e alertar a população sobre a suposta preparação subversiva realizada pelos comunistas brasileiros:

A celeridade dos acontecimentos que se sucederam quando se precipitou, a partir de 13 de março, a campanha para o golpe comunista no Brasil, pode inspirar a falsa impressão de inconsistência e despreparo da guerra revolucionária. É preciso, entretanto, estudar mais detidamente a conjuntura e distinguir, com nitidez, os dois fatores que se entrelaçaram no emaranhado dos interesses demagógicos e das paixões egoísticas: um governo de inépcia e corrupção e uma ofensiva persistente, difusa e penetrante do comunismo internacional. Aliados nos conluíus imediatistas, nem por isso a deposição do primeiro significará a definitiva contenção da última apoiada em bases profundas e invulneráveis às ações de alcance tático. [...] Não existe, hoje, em dia, nenhuma nação latino-americana onde a Guerra Revolucionária comunista não esteja presente, sob formas e intensidades as mais diversificadas. Embora não fosse inicialmente o nosso País o principal objetivo, a ascensão do Sr. João Goulart à Presidência motivou sensível alteração nos planos, passando o Brasil a representar o mais saliente papel na estratégia do expansionismo vermelho na América e, possivelmente, em todo o mundo. Realmente, em nenhum outro país do planeta dispuseram, os promotores comunistas do assalto ao poder, das facilidades que lhes foram proporcionadas pacificamente pelo Governo Goulart. O fato é de um impressionante ineditismo (Carvalho, 1964, p. 49-50).

Ao distinguir entre a crise política do governo João Goulart e a suposta ofensiva do comunismo internacional, Carvalho sugere que o golpe, embora tenha derrubado o governo, não teria resolvido o problema estrutural representado pela suposta infiltração comunista. Para o militar, o Brasil estava sob domínio comunista, em um estado de corrupção e degeneração tão avançados que um golpe não seria o suficiente para resolvê-lo. A ideia de uma reestruturação política servia, na realidade, como um véu para um regime de exceção permanente, no qual a soberania civil estaria sempre subordinada ao controle militar (Souza, 2009).

Dessa forma, os militares buscaram nas próprias doutrinas a justificativa para a sua intervenção na política. De acordo com Martins Filho (2008), a sequência de eventos políticos, como a crise da renúncia de Jânio Quadros, a posse de Jango sob o parlamentarismo, o retorno

foco na Alemanha. A revista rapidamente conquistou adeptos dentro dos quartéis, embora enfrentasse controvérsias e oposição de alguns setores civis e militares, que a consideravam excessivamente alinhada ao modelo militar germânico. Com um conteúdo predominantemente técnico, a ADN incluía traduções de publicações alemãs e análises sobre táticas e armamentos de origem germânica, mas também discutia temas econômicos e políticos do Brasil, que seus idealizadores consideravam uma nação em formação. Defendia, ainda, a implementação do serviço militar obrigatório e a educação militar nas escolas. Para os “jovens turcos”, a modernização do Exército estava intrinsecamente ligada ao desenvolvimento nacional e era condição essencial para o fortalecimento das indústrias e do comércio brasileiros. A ADN é publicada até hoje pelo Exército, com um foco mais teórico e acadêmico, e sua coleção encontra-se preservada no Arquivo Histórico do Exército (AHEx) e na BIBLIEx, no Rio de Janeiro. Edições digitalizadas podem ser acessadas no site da revista: <http://ebrevistas.eb.mil.br/ADN>. Para mais informações sobre a ADN, consultar: LUNA, Cristina. A Defesa Nacional. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DEFESA%20NACIONAL,%20A.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2023.

ao presidencialismo e o acirramento do debate em torno das reformas de base, consolidaram as visões doutrinárias acerca do avanço da GR no Brasil. Conforme Carvalho:

A crise revolucionária que dominou o período presidencial de João Goulart e se amorteceu transitoriamente com a revolução de 31 de março, enquadra-se no processo da Guerra Revolucionária comunista que procurou desenvolver na América Latina uma estratégia expansionista visando a dominar esse continente e isolar os Estados Unidos da América do Norte. Essa estratégia encontrou um campo de ação extraordinariamente favorável após a renúncia do presidente Jânio Quadros, quando as forças esquerdistas que haviam sido derrotadas nas eleições de outubro de 1960, conseguiram ascender ao poder por força de injunções constitucionais, embora com uma séria reação das Forças Armadas. A ação comunista desenvolveu-se abertamente, com o apoio do governo federal e a aliança de políticos demagogos, conduzindo a nação a uma “crise revolucionária” que se manifestava pelos sintomas característicos apontados por Lênin e Stalin como promissores para uma transformação socialista. Tal situação foi amplamente denunciada, na época, pela imprensa e na tribuna por parlamentares e autoridades preocupadas com os destinos nacionais (Carvalho, 1967, p. 361).

Ferdinando de Carvalho caracteriza o governo de João Goulart como um momento de crise revolucionária, interpretada dentro de uma suposta estratégia expansionista do comunismo na América Latina. Ao recorrer a figuras como Lênin e Stalin, o autor busca fundamentar sua análise em uma aparente objetividade, ainda que seu discurso revele um claro viés ideológico. Paralelamente, exalta as FA, conferindo-lhes o papel de salvaguarda da ordem frente à desestabilização atribuída ao governo e seus aliados, rotulados como “demagogos”.

O texto evidencia, portanto, uma articulação entre o discurso político e os interesses materiais das classes sociais que se sentiam ameaçadas pelas propostas de reformas de base e pela crescente mobilização dos trabalhadores urbanos e rurais. Ao apresentar o golpe como uma reação a uma ameaça externa, o discurso não apenas naturaliza a ruptura democrática, mas também criminaliza as demandas populares, legitimando a repressão. Desse modo, o fragmento exemplifica como o discurso anticomunista, ao mobilizar representações de ameaça e instabilidade, atuou na construção da ordem autocrática instaurada após 1964, ao mesmo tempo que reproduziu e reforçou relações de poder existentes na sociedade brasileira.

Nessa perspectiva, conforme destacado pela pesquisadora Bethania Mariani (1998), o discurso constitui um dos aspectos materiais da ideologia, funcionando como o espaço em que a língua e a ideologia se entrelaçam. Essa observação reforça a análise de que o anticomunismo, enquanto dispositivo discursivo, não apenas refletia tensões ideológicas, mas também se materializava por meio da linguagem, consolidando as estruturas de dominação. Em seu artigo, o general afirma:

Havia representantes de todas as correntes do Comunismo Internacional enquistados no Governo de João Goulart que se avocava a pretensão ilusória de uma liderança paternalista. Jamais se poderá, destarte, resolver o monturo de iniquidades acumuladas em tão pouco tempo, para trazer à luz as raízes da conspiração vermelha em nosso País, sem nos intrigarmos diante das razões que teriam conduzido esse abastado estancieiro à fatídica aventura do radicalismo esquerdista. Os fatos remontam a decênios, enredam-se numa intrincada ramificação de vícios políticos, de corrupção, de pusilanimidades que se espalharam largamente, em todos os setores da nacionalidade (Carvalho, 1964, p. 52).

Nota-se que esse discurso é profundamente ideológico, ao reduzir as reformas de base e o reformismo trabalhista de Goulart a uma “aventura esquerdista”. Essa interpretação simplifica um processo histórico complexo, reduzindo-o a uma categoria pejorativa, além de ocultar sistematicamente as contradições estruturais do capitalismo dependente brasileiro, o contexto geopolítico da Guerra Fria e seu impacto na polarização política, bem como a própria dinâmica interna do movimento comunista. Nesse sentido, a própria elasticidade do termo comunismo, utilizado de maneira ampla e imprecisa para estigmatizar qualquer forma de oposição ao *status quo*, revela como essa construção discursiva servia para consolidar um imaginário político no qual as reformas sociais eram automaticamente associadas à subversão (Silva, 2000).

Ao recorrer ao argumento dos “vícios políticos”, Carvalho adota um determinismo discursivo que busca deslegitimar qualquer proposta de transformação, uma estratégia típica do pensamento reacionário da época, que encontrava no anticomunismo um instrumento eficaz para bloquear mudanças estruturais, como destacado por Silva (2000) ao demonstrar como essa retórica foi sistematicamente mobilizada pelas elites políticas brasileiras para legitimar agendas conservadoras. Dessa forma, mais do que um fenômeno circunstancial, o anticomunismo tornou-se uma ferramenta discursiva recorrente, mobilizada sempre que os interesses estabelecidos se sentiam ameaçados por demandas de maior igualdade ou participação política.

No quarto volume de *Inquérito Policial Militar nº 709: o comunismo no Brasil*, Carvalho apresenta uma visão distorcida e alarmista da atuação do PCB durante o governo de João Goulart, caracterizando o partido como uma força manipuladora:

Analisando de um modo amplo a tática do partido Comunista durante o governo Goulart verificamos a sistemática aplicação do princípio dos objetivos limitados. O PCB sempre na oposição colocava, após cada ganho obtido, a meta um pouco mais distante dentro do caminho da socialização paulatina do país. As suas frentes legais, semilegais e ilegais, tendo como organismo máximo o CGT, empreendia a constante e incansável mobilização de massas, sob os mais variados pretextos, para tê-las permanentemente à mão, como elementos de pressão: um verdadeiro exército com poucas armas, mas uma força política de rolo compressor. O proletariado era excitado em suas angústias pelas dificuldades de vida que ele próprio agravava num movimento grevista intenso e crescente. Essas dificuldades se multiplicavam quase

automaticamente como uma fogueira cuja combustão criasse o seu próprio combustível. O campesinato, manipulado por agitadores audaciosos, transformara as suas justas reivindicações, em bandeira da agitação armada, intensificando os ódios incompatíveis com o racionalismo das soluções honrosas e legais. Das violências que se praticavam nesses dois campos, aos quais o Partido Comunista se infiltrava como elemento da exacerbação constante, jamais se poderia engendrar uma evolução pacífica e harmoniosa. [...] O Governo Goulart procurou mostrar-se complacente com esse processo, e chegou mesmo a participar dele. Fez constantes entendimentos com os órgãos controlados com o PCB, e, em várias ocasiões, como para a organização da Frente Popular, dialogou diretamente com o próprio Partido. Daí Prestes considerar que o PCB já tinha a sua legalidade “de fato” perfeitamente reconhecida. Os que se apunham ao avanço do comunismo eram afastados e perseguidos. O anticomunismo foi considerado como uma paixão doentia de uns poucos alienados no ambiente geral do avanço inexorável do socialismo. A revolução de 31 de março representou uma reação violenta contra essa evolução quase incontrolável. O Governo deposto firmou-se na memória nacional exatamente como o descreviam os comunistas: o símbolo da conciliação com intenções escusas (Carvalho, 1967, p. 360).

O general retrata os movimentos sociais não como demandas legítimas, mas como frutos de manipulação comunista, descritos em termos beligerantes. Esse discurso ignora completamente as condições materiais que motivaram as greves e protestos, transformando causas estruturais em meros pretextos para agitação. Nessa interpretação, o PCB teria desempenhado um papel central na instabilidade política durante o governo Goulart, atuando como força mobilizadora por meio de movimentos sindicais e organizações de base. Além disso, Carvalho atribuiu ao Partido uma estratégia de aliança com políticos que considerava oportunistas, os quais supostamente colaboravam em troca de benefícios pontuais (Souza, 2009).

Ao acusar Jango de complacência e até de participação ativa nesse processo, o autor constrói uma falsa equivalência entre reformismo democrático e subversão comunista, enquadrando-o como cúmplice de uma GR:

A participação do presidente João Goulart na guerra revolucionária foi constatada através de numerosas comprovações que vêm sendo descritas exaustivamente no presente relatório. Entre essas, poderíamos ressaltar as seguintes, consideradas como as mais notórias: 1ª) Consentimento de uma ampla infiltração de comunistas em todos os setores e escalão da administração do Governo, inclusive no próprio corpo de auxiliares imediatos da Presidência da República; 2ª) Consentimento e apoio à pregação e a preparação subversiva realizada por diversos elementos de projeção política, como Leonel Brizola que iniciou a organização de uma milícia revolucionária, de base comunista denominada “grupo dos 11”; 3ª) Consentimento e apoio de entidades sindicais ilegais, como o CGT e o PUA que, na realidade, sob o controle de comunistas, representavam organismos de mobilização de massas sob a direção do PCB; 4ª) Prestígio e estímulo do movimento grevista que adquiriu incontrolada intensidade; 5ª) Estímulo à indisciplina nas Forças Armadas; 6ª) Estímulo à corrupção nos setores do Governo o que se refletiu em todos os campos da vida nacional; 7ª) Campanha de reformas básicas, em conluio com os comunistas, visando a introdução de modificações radicais no sistema político, econômico e social vigente, em nítida marcha para o socialismo; 8ª) Manifestações preparatórias de “golpes-de-Estado”, indicadas por diversos atos como a tentativa de prisão do Governador da Guanabara; 9ª) Criação de um clima de comoção política e social,

através de comícios e outras atividades, onde se pregava abertamente a subversão; 10ª) formação de uma frente política, em conjunto com todas as forças esquerdistas e comunistas, denominada “Frente Popular”, destinada à implantação de um Governo de tipo socialista. Essas indicações, foram públicas e não há possibilidade de sua contestação (Carvalho, 1967, p. 361).

A argumentação de Carvalho segue uma lógica acusatória circular, típica da propaganda anticomunista, na qual fatos políticos complexos são reduzidos a um discurso simplista de infiltração e subversão, sem contextualização histórica ou comprovação efetiva, conforme analisado anteriormente. Nesse sentido, como aponta Netto (2014), a retórica moralista da extrema-direita não apenas caracterizava o governo como corrupto, mas também se articulava com uma suposta defesa da “democracia” contra o “perigo vermelho” – um alegado risco de subversão dos valores cristãos e ocidentais, entre os quais se destacava a defesa intransigente da propriedade privada. Dessa forma, a linguagem empregada por Carvalho reforça a ideia de que o governo Jango não era apenas incompetente ou corrupto, mas um agente consciente de uma conspiração revolucionária:

Entre os fatos que atestam a participação direta do Presidente da República no processo revolucionário está o seu consentimento e sanção oficial na infiltração comunista da administração pública e entre os seus assessores, exprimindo a sua criminosa cooperação pela nomeação de notórios comunistas para tais cargos. Um outro aspecto é o prestígio e autoridade proporcionados pelo Presidente da República ao Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), órgão ilegal, destinado a coordenar as greves gerais e controlado pelo Partido Comunista. Um terceiro fato também da mais alta relevância é a iniciativa oficial do governo na formação da “Frente Popular” com a participação do Partido Comunista, realizando-se por determinação presidencial, os necessários entendimentos entre Santiago Dantas e Luiz Carlos Prestes. A Frente Popular significava a formação do “governo nacionalista e democrático” preconizada pelo PC, o que significaria praticamente a ascensão direta desse Partido na cúpula governamental. A agitação que o Governo promovia em torno das reformas de base era um outro aspecto da criação do ambiente explosivo, dentro da técnica e da tática da guerra revolucionária (Carvalho, 1967, p. 365).

Ao apresentar como “fatos comprobatórios” medidas como o diálogo com movimentos sociais, a abertura a assessores progressistas e as negociações para reformas estruturais, o texto opera uma estratégia discursiva tripla: primeiro, equipara qualquer política reformista a “infiltração comunista”; segundo, transforma entidades sindicais legítimas em “órgãos ilegais”; terceiro, reinterpreta processos democráticos normais, como a formação de frentes políticas amplas, como etapas de uma suposta “técnica de guerra revolucionária”. Essa retórica revela-se particularmente perversa ao descontextualizar completamente as condições históricas do período, como a efervescência dos movimentos sociais pós 1950 e a própria legalidade do PCB na época, para construir a imagem de um governo supostamente “infiltrado” e “cooptado”.

Fundamentalmente, esse discurso ignora que as reformas de base representavam demandas amplamente debatidas na sociedade brasileira, reduzindo todo o processo político pré-golpe a uma alegada manipulação comunista, uma simplificação grosseira que servia aos interesses dos setores que apoiaram o golpe e que buscavam, precisamente, impedir quaisquer transformações estruturais no país. O oficial continua:

O Partido Comunista desenvolveu no país uma campanha de propaganda e agitação com uma intensidade inaudita. Essa campanha era promovida principalmente através da imprensa. Enquanto o rádio e a televisão eram censurados para a propaganda democrática, estando mesmo alguns líderes democratas sem acesso a estes meios de difusão, havia estações de rádio inteiramente dedicadas, noite e dia, à propaganda subversiva e programas de televisão demorados e custosos eram realizados na pregação insurrecional. Luiz Carlos Prestes teve a oportunidade de ser entrevistado em São Paulo perante às câmeras televisoras. [...] A centralização do comando da ação revolucionária em todo o território nacional, fazia-se principalmente através da organização do Partido Comunista Brasileiro e de sua imprensa. Essa estrutura permitia que as palavras-de ordem e as resoluções pudessem ser levadas aos mais longínquos recantos do país de onde voltavam as reações e sugestões ao Comitê Central. Se procurarmos determinar os focos principais das atividades subversivas vamos localizá-los na Guanabara, em São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Sul. O processo subversivo, apoiado pela conivência das autoridades governamentais, disseminou-se rapidamente, atingindo todas as atividades nacionais (Carvalho, 1967, p. 366).

A estigmatização sistemática do PCB e de seus militantes no discurso de Carvalho revela-se problemática quando confrontada com as evidências históricas. Embora o autor afirmasse que o governo Goulart estaria sob influência comunista, sua própria obra reconhece que “em outubro de 1961, o Partido julgou oportuno baixar uma resolução definindo os rumos de sua linha política. Nesse documento, o PCB se definia em oposição ao governo Jango-Tancredo Neves, cuja ascensão apoiara” (Carvalho, 1967, p. 246). Essa contradição discursiva, em que o militar que alertava sobre o perigo comunista documenta a oposição do PCB a João Goulart, expõe o viés seletivo de sua análise.

Como demonstrou Souza (2009; 2017), longe de controlar o governo, o PCB posicionava-se criticamente contra sua política conciliatória e sua incapacidade de promover reformas estruturais. A autora analisa a complexa relação de Luiz Carlos Prestes com o governo de João Goulart, destacando uma postura crítica, porém estratégica, do líder comunista. Embora Prestes não considerasse Goulart um aliado pessoal, reconhecia a importância política do PTB, partido cuja plataforma apresentava convergências com as pautas do PCB. Sua avaliação era dialética: por um lado, criticava as concessões de Jango ao imperialismo e ao latifúndio, práticas incompatíveis com o projeto comunista; por outro, valorizava os avanços em políticas internas,

especialmente aquelas que beneficiavam a classe operária. Cumpre ressaltar, contudo, que o próprio projeto político do PCB para aquele contexto não era revolucionário.

Essa dualidade revela uma tática de apoio condicional, na qual o PCB simultaneamente pressionava por reformas progressistas e denunciava os limites reformistas do governo, mantendo-se fiel à sua orientação ideológica sem romper com possíveis alianças táticas. Essa estratégia, no entanto, foi distorcida no discurso de Carvalho, que a utilizou como justificativa para o golpe de 1964. Sua retórica é emblemática do pensamento golpista e vincula-se à atuação do general como intelectual orgânico das forças conservadoras.

Por intelectual orgânico, Antonio Gramsci (2022a) compreende como aquele que emerge com a ascensão de determinada classe social, buscando conferir homogeneidade e consciência às classes nas esferas política, social e econômica para exercer a hegemonia de dominação. Gilberto Calil (2021) complementa que, no caso de um intelectual orgânico ligado à classe dominante, sua relevância não reside na originalidade de suas formulações teóricas, mas em sua capacidade de influenciar no processo de dominação, atuando como representante do grupo dominante nas funções subalternas da hegemonia social e do governo político. Desse modo, os intelectuais orgânicos exercem um papel central na sociedade civil e política.

Essa relação entre intelectuais e hegemonia está intrinsecamente ligada ao próprio conceito de sociedade civil em Gramsci. Para o autor (2022b, p. 226), a sociedade civil se caracteriza como a “hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado”. Jacques Texier (2017) ressaltava que essa noção em Gramsci deriva de sua investigação sobre hegemonia, estando diretamente ligada à questão dos intelectuais. No sentido gramsciano, a sociedade civil constitui a esfera fundamental da atividade política, onde surgem as organizações privadas, como sindicatos e outras entidades políticas, voltadas para a transformação do pensamento das pessoas.

Ferdinando de Carvalho descreve o governo Jango como frágil e incapaz de atender às demandas nacionais, atribuindo essa debilidade a uma série de fatores:

As resistências que se opuseram à posse de João Goulart, os compromissos que envolviam o traçado, a um tempo rápido e escuso, de sua trajetória política, marcada pela demagogia e pelas transações equívocas, a fluidez da situação política e econômica, e o agravamento das tensões sociais, excitadas premeditadamente, só poderiam emprestar a seu Governo as condições de debilidade que, aliadas a uma inépcia latente, o incapacitaram diante do vulto dos empreendimentos que o país reclamava. A dubiedade de sua política vacilante custou-lhe ataques de todas as direções. E, ainda mais, piorou-lhe a posição instável, condenada por todas as leis da estática política, as falhas de percepção da conjuntura real que não lhe permitia a análise baseada nas informações manipuladas pelo grupo suspeito de que se cercara.

Foi neste solo contaminado que desenvolveram as raízes da Guerra Revolucionária, com o vigor temível de uma flora parasitária e asfíxiante (Carvalho, 1964, p. 52).

O discurso do general constrói uma visão deliberadamente degradante sobre o governo João Goulart, retratando-o como um “solo contaminado” por incompetência e infiltração comunista, uma metáfora biológica que transformou o golpe de 1964 em “cura” necessária. Carvalho atribuiu artificialmente a crise à “inépcia latente” de Jango, ignorando o contexto real de sabotagem empresarial e interferência estrangeira, enquanto naturalizou a intervenção militar como resposta a uma “flora parasitária” revolucionária. Essa retórica opera por criminalização (associando reformas à subversão), vitimização dos golpistas (como se reagissem a manipulações) e apagamento histórico (omitindo os interesses concretos por trás da deposição). Mais que análise, trata-se de uma construção ideológica que buscou justificar a ditadura como solução sanitária para uma doença política inventada, ocultando assim a natureza violenta do regime e seus reais objetivos de manter estruturas de poder tradicionais sob a máscara do anticomunismo (Souza, 2009).

Percebemos que os intelectuais emergem como atores estratégicos na articulação dos interesses da classe dominante, respondendo às demandas sociais e políticas específicas de seu contexto histórico. Nesse sentido, Ferdinando de Carvalho configura-se como um intelectual orgânico vinculado às elites empresariais, latifundiárias e católicas brasileiras, atuando para promover um projeto de classe burguês que visava à formação de um bloco histórico anticomunista. Como destacou Edmundo Fernandes Dias (1996), os intelectuais desempenham duas funções enquanto agentes do grupo dominante: por um lado, buscam conquistar o consenso “espontâneo” das massas para a política fomentada pelas classes dominantes; por outro, recorrem à coerção estatal para impor legalmente a disciplina sobre aqueles que não concordam, nem ativa nem passivamente, quando o consenso espontâneo falha.

Nessa linha, Pasquale Voza (2017) afirma que, em Gramsci, tanto a ideologia quanto o intelectual orgânico não podem ser reduzidos a meras aparências ou manipulações, sejam vistas de modo negativo ou positivo. O intelectual orgânico exerce uma função de conexão e organização, adquirindo significado nessa função específica. Logo, o consenso não é um efeito adicional, mas está incorporado de diversas formas que se renovam dentro dessa função fundamental. Dessa forma, Ferdinando de Carvalho desempenhou um papel na manutenção de um ideal que favoreceu os interesses da classe dominante. Esse ideal, por sua vez, se destacou em detrimento de outras ideologias, legitimando a posição dessa classe no cenário político e social.

Para Gramsci, as ideologias são historicamente fundamentais e “têm uma validade que é validade ‘psicológica’: elas ‘organizam’ as massas humanas, formam terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam” (Gramsci, 2020, p. 237). Assim, conforme Brandão e Dias (2007), a ideologia possui uma existência material e se manifesta em diversas esferas da vida, representando as visões de mundo das classes sociais e suas racionalidades distintas. Como expressões dessas classes, as ideologias são diversificadas, contraditórias e construídas historicamente. Uma vez que influenciam e determinam as escolhas políticas dos sujeitos, toda mudança estrutural, seja para a manutenção ou modificação das condições de dominação, requer a intervenção de bases ideológicas. Dessa forma, conforme postulou Gramsci (2020), para a fundamentação da ideologia, é necessário que haja um APH para determinar uma mudança nas consciências e nos métodos de conhecimento. Em vista disso, uma nova moral será introduzida à medida que surge uma nova concepção de mundo, promovendo uma reforma filosófica na sociedade.

Seguindo essa linha de raciocínio, o marxista György Lukács (2018) afirma que a ideologia constitui um conjunto de ideias que tem por função resolver os conflitos sociais, influenciando efetivamente na sociedade. Isto é, na perspectiva lukacsiana, a ideologia é essencialmente definida por sua função social, a qual só pode ser plenamente compreendida em sua contextualização histórica e concreta.

De acordo com o historiador Uelber Barbosa Silva (2022), Lukács concebe a ideologia como um elemento categorial fundamental do ser social que cumpre um duplo papel: por um lado, atua como uma forma de elaboração intelectual da realidade, orientando a organização da vida cotidiana; por outro, funciona como mecanismo de mediação dos conflitos inerentes à sociedade, especialmente aqueles derivados das contradições de classe. Essa abordagem ressalta o caráter dinâmico e estruturante da ideologia, distanciando-se de visões reducionistas que a interpretam apenas como falsa consciência. Ao situá-la como mediação necessária, Lukács enfatiza sua materialidade e eficácia prática, vinculando-a às lutas concretas que permeiam a totalidade social e oferecendo um instrumental analítico para a compreensão de fenômenos políticos contemporâneos, como a mobilização dos militares brasileiros no enfrentamento à suposta GR que estaria em curso no país.

Para reafirmar seu posicionamento ideológico, Ferdinando de Carvalho sintetiza sua explicação sobre o golpe de 1964, justificando-o:

Não há dúvida de que a revolução democrática de 31 de março consagrou uma das maiores vitórias que o Mundo Livre obteve contra a guerra fria e o comunismo

internacional. Só uma injustificável e obtusa falha de percepção impedirá que esse fato histórico marcante sirva de base a uma ofensiva política contra o expansionismo sino-soviético. O fenômeno da Guerra Revolucionária é, porém, tão profundo, total e generalizado que a reação democrática brasileira não poderá, na contenção do perigo comunista em nossa Pátria, limitar-se à deposição de um governo comprometido que, em pouco mais de dois anos, agravou, de forma inaudita, a situação nacional, em todos os setores de atividade. Sentimos que a Revolução Democrática terá que firmar-se neste País através de uma tarefa de reconstrução. Terá que consolidar-se pela restauração do clima de segurança, de prestígio internacional, e pela solução consentânea dos graves problemas econômicos e sociais. Temos, diante de nós, uma obra imensa por encetar e a exigir o esforço conjunto de todos os brasileiros. E certamente a empreenderemos sob a luz radiosa da liberdade e da democracia (Carvalho, 1964, p. 60).

Carvalho constrói sua argumentação modificando o sentido dos termos “revolução democrática”, “mundo livre” e “luta contra a guerra fria” para justificar e reforçar seu posicionamento. Nesse contexto, de acordo com o historiador e analista do discurso Rodrigo Oliveira Fonseca (2013), torna-se possível compreender que o posicionamento ideológico-social não é testemunhado ou sofrido passivamente. O autor sustenta que todo discurso é simultaneamente um efeito de filiações a redes de memória e trabalho de deslocamento em seu espaço.

A denominação de um acontecimento confere-lhe significado e contribui para a construção de sentidos que não apenas moldam a história do evento, mas também possibilitam o surgimento de uma narrativa alternativa, muitas vezes silenciada ou negligenciada. O texto, portanto, é compreendido em sua discursividade, pois os acontecimentos históricos, as disputas pelos sentidos e as posições dos sujeitos que sustentam essas disputas estão inscritas na base material da língua. Desse modo, o texto estabelece uma relação constitutiva com a história, participando ativamente na produção de sentidos (Mariani; Leite; Silva, 2021).

Ademais, embora houvesse uma dramatização em torno da ameaça comunista, Carvalho afirmava acreditar genuinamente na ascensão do comunismo. O militar utilizava esse temor como instrumento para disseminar o anticomunismo e consolidá-lo como uma ideologia dominante. Rodrigo Patto Sá Motta (2000) destaca que, apesar desse receio, houve manipulações tanto na representação dos comunistas quanto em suas próprias ações. A tradição de retratar os comunistas como sujeitos malignos tramando um golpe de Estado foi mantida com o objetivo de indignar a população. Portanto, Ferdinando de Carvalho contribuiu para difundir a ideia de uma iminente guerra revolucionária comunista, um risco que, ainda que derrotado, persistiria à espreita e deveria ser combatido continuamente.

2.2 *As consequências políticas e institucionais do IPM do PCB*

Os IPMs constituíram um dos principais instrumentos de perseguição política durante o regime ditatorial. Criados sob a justificativa de investigar supostos crimes de subversão e corrupção, funcionaram, na prática, como mecanismos de repressão sistemática, marcados por arbitrariedades, violações processuais e criminalização da oposição. De acordo com Netto (2014), esses inquéritos foram utilizados de forma massiva já no governo do ditador Humberto Castelo Branco, fase de consolidação da Ditadura de Segurança Nacional. Sob um projeto político autocrático e alinhado aos interesses do grande capital, esse período combinou repressão violenta com medidas ilegais para desarticular movimentos sociais e neutralizar qualquer forma de resistência organizada.

Ainda em abril de 1964, as primeiras medidas repressivas inspiradas na DGR careciam de um ordenamento jurídico específico, apoiando-se provisoriamente na Lei nº 1.802/53, conhecida como Lei de Crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, uma herança do período varguista. Essa improvisação normativa evidencia o caráter gradual de institucionalização da ditadura, que atingiria novo patamar em 13 de março de 1967, com o Decreto-Lei nº 314²⁰. Conforme destaca Pinto (2021), tal medida representou uma dupla centralização de poder: além de restringir a atuação do Legislativo, transferiu à Justiça Militar a responsabilidade pelo julgamento de crimes políticos. O AI-2, de outubro de 1965, foi decisivo nesse processo, ao atribuir ao foro castrense a análise de casos envolvendo civis acusados de crimes contra a segurança nacional, internalizando assim os preceitos da DGR. A medida não só ampliou o escopo da repressão legalizada, como também intensificou a subordinação do sistema judiciário aos interesses ditatoriais.

Nesse contexto, Araujo (2008) argumenta que o controle social constituiu uma função essencialmente política, exercida pela polícia enquanto instituição detentora do monopólio legítimo da violência. No entanto, destaca que, no período analisado, o Exército atuou de forma a manipular o ordenamento jurídico para legitimar suas ações repressivas. Em vez de abolir frontalmente as leis existentes, o regime ditatorial promoveu sua distorção progressiva por meio

²⁰ A DGR, ao enquadrar a subversão como uma ameaça constante, influenciou diretamente a legislação de segurança nacional, transformando qualquer forma de oposição política, protesto ou resistência ao regime ditatorial em potencial crime. Essa lógica materializou-se no Decreto-Lei 314/67, que, seguindo os princípios de um direito penal do inimigo, adotou tipificações amplas e indeterminadas, como “antagonismo” ou “pressão” contra o governo. Essa vagueza deliberada conferiu à Justiça Militar um papel ativo na repressão, já que cabia ao juiz definir se determinada conduta configurava ou não uma ameaça à segurança nacional. Essa flexibilidade interpretativa permitia a criminalização de diversos comportamentos, desde atividades políticas organizadas até meras expressões de dissenso, ampliando o espectro de perseguição (Pinto, 2021).

da edição de atos institucionais, os quais reinterpretavam o marco legal vigente para adequá-lo aos interesses de setores militares. Como ilustração desse processo, o depoimento do coronel José Tancredo Ramos Jubé revela a instrumentalização do aparato legal para suprimir dissidências políticas:

O Congresso sempre fez o que o Governo pediu, embora houvesse exceções. O AI-2, por exemplo, foi editado porque o Senador Daniel Krieger informou ao Presidente Castelo Branco que o Congresso não iria aprovar certas reformas, como desejado e eram necessárias. Além disso, houve a insatisfação, no meio militar, com o resultado das eleições para Governador nos Estados da Guanabara e Minas Gerais. Para esses Estados foram eleitos, respectivamente, Negrão de Lima e Israel Pinheiro. O pessoal não aceitava, mormente porque, em um inquérito feito pelo então coronel Ferdinando de Carvalho, o Negrão de Lima andou implicado. Para acalmar a reação militar e permitir a posse desses dois Governadores, segundo a vontade popular, a Revolução decretou o AI-2. Conheço, porque estava em Brasília e vi quando foi assinado o AI-2. Foi um constrangimento muito grande para o Presidente Castelo Branco. Como, aliás, foi para o Presidente Costa e Silva, ao assinar o AI-5. Ambos sofreram muito com isso (Motta, 2003, p. 342).

Paradoxalmente, embora o AI-2 tenha sido justificado como necessário para conter a subversão e garantir a ordem, também serviu para legitimar a posse dos governadores eleitos, ainda que sob o rígido controle do regime ditatorial.

A Comissão Geral de Investigações (CGI), responsável por supervisionar as Comissões Especiais de Inquéritos (CEIs), documentou a abertura de 1.100 IPMs apenas entre maio e novembro de 1964, demonstrando o caráter sistemático da perseguição política. Integradas por 220 militares (capitães, majores e coronéis), as CEIs conduziram centenas de processos contra professores, parlamentares, servidores públicos, estudantes, militares e operários²¹. No entanto, muitos desses inquéritos foram marcados por graves irregularidades, incluindo acusações infundadas, prisões arbitrárias e tortura. Além disso, os advogados frequentemente tinham seu acesso restrito aos autos do processo e eram impedidos de acompanhar os interrogatórios, comprometendo o direito à ampla defesa (Mattos, 2003).

Segundo Mattos (2003), o Código de Processo Penal Militar (CPPM) determinava que o inquérito policial era instaurado por meio de portaria expedida por um delegado de polícia ou autoridade militar, após a notificação de um crime. O responsável pela investigação tinha a atribuição de realizar buscas e apreensões, ouvir testemunhas e solicitar exames periciais,

²¹ Paralelamente à judicialização da repressão, o governo ditatorial estruturou o aparato repressivo por meio do Serviço Nacional de Informações (SNI) em junho de 1964. Sob o comando do general Golbery do Couto e Silva, o SNI se tornou uma estrutura com ampla autonomia operacional, contando com uma rede de espionagem, orçamento secreto e conexões internacionais, incluindo agências como a CIA, o Mossad israelense e órgãos similares da França, da Inglaterra, da Alemanha e da Argentina. Esse aparato de vigilância, complementado posteriormente pela Escola Nacional de Informações (EsNI) em 1971, formou a base do que seria conhecido como “comunidade de informações”, peça fundamental na manutenção do regime (Netto, 2014).

visando reunir provas que fundamentassem a acusação e identificassem os responsáveis – como demonstra a Portaria do IPM nº 709²², assinada pelo seu encarregado, coronel Ferdinando de Carvalho, em 22 de setembro de 1964:

Tendo-me sido delegadas pelo Exmo. Sr. General de Divisão HUGO PANASCO ALVIM, as atribuições policiais que lhe competem para apurar os “fatos e as devidas responsabilidades de todos aqueles que, nos órgãos dirigentes do extinto PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, tenham desenvolvido atividades capituláveis nas Leis que definem os crimes militares e os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social”, conforme consta na Delegação de Poderes nº 709, de 21 de setembro de 1964 daquela autoridade, investida de todos os poderes legais e regulamentares para esse fim, determino que se proceda aos necessários exames e diligências para esclarecimento dos fatos. Determino ao Sr. Escrivão que autue a presente com os documentos inclusos, juntando sucessivamente, as demais peças que forem acrescendo, e intime as pessoas que tiverem conhecimento dos aludidos fatos a comparecer para prestarem declarações sobre os mesmos e suas circunstâncias, em dia e hora que forem designadas (Brasil, [196?], p. 12).

Além de instrumento repressivo, os IPMs serviram como ferramenta de produção de conhecimento sobre o inimigo interno. Os relatórios apresentavam um discurso padronizado que associava qualquer forma de oposição a uma suposta infiltração comunista internacional, mesmo quando investigavam eventos anteriores a 1964. Essa distorção ideológica reforçava a “equação linguística” que, segundo Mariani (1998), vinculava o comunista à figura do inimigo, consolidando um imaginário político marcado por antagonismos pré-definidos. Essa estratégia de criminalização fica evidente no IPM nº 709, um dos processos mais abrangentes instaurados após o golpe, que investigou as atividades do PCB até a queda do presidente João Goulart, como destacou o próprio Carvalho em sua exposição investigativa:

A latitude dessa missão, em sua expressão genérica e vasta, a inexistência de indiciados específicos, as características notórias da rigorosa clandestinidade da organização visada e as preocupações extremas de segurança em suas atividades que sempre traduzem a férrea disciplina das organizações comunistas, configuram, para o IPM instaurado, requisitos invulgares de uma acurada e completa pesquisa, de condições especiais de sigilo e da integral metodização de todas as tarefas a serem empreendidas. É preciso levar em conta a completa descentralização atual no campo da repressão ao comunismo e principalmente ao fato de que, durante os primeiros dias da revolução vitoriosa, ações altamente desconexas dispersaram a maioria dos possíveis indiciados, hoje exilados ou homiziados, e disseminaram uma preciosa documentação comprobativa, tornando quase inexequível a sua utilização coordenada e proveitosa. cremos que, realmente, esse aspecto terá sido uma das causas dominantes para a abertura do presente inquérito, no interesse de assegurar, através de medidas coordenadas e efetivas, as condições essenciais de segurança interna, no que respeita à permanente ameaça do perigo comunista (Brasil, p. 1043).

²² Denominado como Processo BNM 279, o inquérito encontra-se disponibilizado pelo *Projeto Brasil Nunca Mais* em: https://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_03&pesq=279&pasta=bnm_279.

Conforme o levantamento feito por Czajka (2009), o IPM nº 709 possuía 157 volumes e 25.100 páginas, tendo investigado 942 pessoas, embora apenas 117 tenham sido formalmente indiciadas, sendo elas: Aarão Steimbruck, Adalberto Timóteo da Silva, Adalgiza Rodrigues Cavalcanti, Adão Manuel Pereira Nunes, Adelino Nogueira Cerqueira, Afonso Celso Nogueira Monteiro, Agliberto Vieira de Azevedo, Alberto Neder, Ângelo Arroyo, Aníbal Fernandes Bonavides, Antonio Chamorro, Aristeu Nogueira Campos, Armando Mazzo, Armando Siller, Armindo Marcílio Doutel de Andrade, Assis Lemos, Benedito de Carvalho, Calil Chaad, Carlos Lima Aveline, Carlos Marighela, Carlos Montarroyos, Carlos Nicolau Danielli, Cícero Targino Dantas, Cid Feijó Sampaio, Cláudio Antonio Vasconcelos Cavalcanti, Cláudio Tavares, Dante Leonelli, David Capistrano da Costa, Demistoclidés Batista, Dinarco Reis, Djalma Maranhão, Eloi Martins da Silva, Emílio Bonfarte Demaria, Fernando Pereira Christiano, Fernando Santana, Fragnon Carlos Borges, Francisco Alves da Costa, Francisco Antonio Leivas Otero, Francisco Gomes Filhos, Francisco Guimarães Ximenes, Francisco Julião Arruda Paula, Francisco Negrão de Lima, Francisco Walter de Souza Mota, Fued Saad, Gilberto Oliveira Azevedo, Gilvan Queiroz da Rocha, Givaldo Pereira de Siqueira, Glauco da Rocha Frola, Gregório Lourenço Bezerra, Hercules Correia, Hiran Pereira, Humberto Alves Campelo, Humberto Lucena Lopes, Iriceu José Pereira, Ivan Ramos Ribeiro, Jacob Gorender, Jaime de Amorim Miranda, João Adelino Jussela, João Amazonas de Souza Pedroso, João Batista Vasconcelos Torres, João Belchior Marques Goulart, João Massena de Melo, Joaquim Câmara Ferreira, Joaquim Pedro Mayrink Filho, José de Albuquerque Sales, José Francisco de Oliveira, José Gonçalves, Josué Leite Filho, José Maria Crispim, José Pureza da Silva, José Raymundo da Silva, Juscelino Kubitschek de Oliveira, Leonel de Moura Brizola, Lincoln Cordeiro Oest, Lindolfo Silva, Lourival da Costa Vilar, Luiz Carlos Prestes, Luiz Guilhardine, Luiz Rodrigues Corvo, Luiz Tenório de Lima, Manoel Bittencourt Jardim, Manoel Jover Teles, Marco Antonio Tavares Coelho, Maria Segovia Jacobsen, Mario Alves de Souza Vieira, Mario Schemberg, Maurício Grabois, Miguel Arraes de Alencar, Miguel Batista dos Santos, Moisés Vinhas, Nery Reis de Almeida, Nestor Antonio Medina, Nilson de Amorim Miranda, Orestes Timbauba Rodrigues, Orlando da Silva Rosa Bonfim Jr., Oswaldo Pacheco da Silva, Pedro Makovsky Clemachuk, Pedro Ventura Philipe de Araújo Pomar, Pelópidas Silveira, Reinaldo Limeira Santos, Roberto Morena, Roland Cavalcanti de Albuquerque Corbisier, Rubens Guayer Vanderley, Salomão Malina, Sandoval de Queiroz Barbosa, Sebastião Luiz dos Santos, Sérgio Alves Holmes Brandão Rego, Severino Arcoverde Cavalcanti, Severino Teodoro de Melo, Sidney Fik Max Santos, Tomas Mack, Tomushi Sumida, Tulio Vigevam, Valério Regis

Konder, Vulpiano Cavalcanti de Araújo, Waldir Gomes dos Santos, Wenceslau de Oliveira Moraes e Zuleika D’Alambert.

Muitas dessas pessoas não possuíam vínculos orgânicos com o PCB, o que demonstra como critérios subjetivos e inconsistentes eram utilizados para criminalizar opositores. A amplitude desproporcional do inquérito, somada ao baixo número de indiciamentos concretos, revela que o objetivo não era apenas punir, mas também construir um discurso político que justificasse a repressão. Ao enquadrar suspeitos sob a lógica do inimigo comunista, Ferdinando de Carvalho reproduzia um discurso no qual a mera suspeita de vinculação ideológica bastava para estigmatizar indivíduos. Esse mecanismo não só legitimava a perseguição política, como também reforçava, no plano simbólico, a associação entre dissidência e subversão, ampliando o espectro de controle social (Mariani, 1998).

Iniciado em 21 de setembro de 1964, o IPM teve como base documental as chamadas “cadernetas de Prestes”, registros detalhados das atividades, contatos e finanças do PCB mantidos por Luiz Carlos Prestes, apreendidos durante a invasão de sua residência após o golpe²³. A versão publicada pela BIBLIEx em 1966/1967 omitiu os nomes dos envolvidos, apresentando um resumo do relatório final em quatro volumes²⁴ (Czajka, 2009).

O IPM 709 tornou-se um modelo para inquéritos posteriores, reconstruindo redes de relações entre figuras centrais e periféricas do PCB, além de entidades ou indivíduos que de alguma forma contribuíam com suas atividades. A totalidade dos seus 157 volumes foi distribuída da seguinte maneira:

²³ Jacob Gorender (1990, p. 85) relatou que “os comunistas ainda recuperavam o fôlego, quando ocorreu a notícia de que companheiros foram presos pelo DEOPS ou eram procurados para interrogatório a respeito de documentos encontrados na residência de Prestes. [...] a Polícia vasculhou a residência do secretário-geral do PCB somente no dia 9 de abril. Militantes do partido se arriscaram antes a retirar o que puderam. Mas os policiais ainda acharam 54 pastas de documentos e 20 cadernetas de anotações (uma destas inexplicavelmente se extraviou e não consta dos autos do processo judicial). [...] A notícia do ocorrido trouxe dano moral devastador ao partido. Intelectuais foram humilhados nos interrogatórios do DEOPS, outros se esconderam por uns tempos. O material apreendido deu origem a um processo na Segunda Auditoria do Exército em São Paulo, concluído, em 1966, com sentenças de até dez anos de prisão. Mais tarde, ao julgar recurso de um dos réus, o Supremo Tribunal Federal decidiu que as cadernetas não serviam de prova para a sentença condenatória. Porém isto não impediu que vários dos condenados em primeira instância sofressem prisão e alguns até cumpriram a pena integral arbitrada pelo Conselho presidido pelo auditor Tinoco Barreto. [...] O estrago maior resultou do conteúdo das cadernetas. [...] Identificava os oradores pelo nome verdadeiro, pois ninguém usava nomes de guerra. Durante cerca de três anos, a partir de meados de 1961, as cadernetas registraram centenas de reuniões, encontros e informações diversas. Para os órgãos de repressão policial, elementos de primeira ordem sobre a intimidade de uma organização fora da lei”. Para ver mais, consultar: GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1987.

²⁴ Sob o título *Inquérito Policial Militar 709: o comunismo no Brasil*, a versão condensada do relatório final foi publicada nos seguintes volumes: *Introdução* (v. 1), *A construção, a infiltração* (v. 2), *A agitação e a propaganda, a movimentação de massas* (v. 3) e *A ação violenta* (v. 4). Os livros podem ser acessados em: <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bibliotbnm&pagfis=7763>.

Volumes 01 a 19 – documentos de natureza geral (ofícios, depoimentos de indiciados, testemunhas e pessoas referidas, termos e autos diversos); Volumes 20 a 44 – documentos de provas, pastas relativas aos diversos Estados do Brasil e ao país, de modo geral; Volumes 45 a 62 – documentos referentes a pessoas citadas por atividades comunistas, mas não indiciadas no IPM (prontuários); Volumes 63 a 91 – documentos referentes a pessoas indiciadas no IPM (prontuários); Volumes 92 a 121 – Introdução ao relatório e relatório final; Volumes 122 a 156 – Anexos diversos, compreendendo documentação ampla, material de propaganda e relatórios de várias procedências; Volume 157 – Índice geral (Czajka, 2009, p. 57).

O inquérito pretendia ser um “recenseamento” abrangente das atividades comunistas no Brasil, mapeando não apenas a estrutura formal do PCB, mas também organizações e indivíduos que mantinham relações indiretas com o partido, principalmente anteriores a 1964. Conforme mencionado anteriormente, essa ampliação do escopo investigativo resultou na criminalização de pessoas sem ligações orgânicas com o PCB, permitindo que os oficiais responsáveis pelo processo classificassem indivíduos como comunistas com base em critérios subjetivos e inconsistentes.

O processo de perseguição política contra o ex-presidente Juscelino Kubitschek durante o IPM, em 1965, constitui um objeto de análise relevante para a compreensão desses critérios. Conforme documentação da Mitra Arquidiocesana de São Paulo (1988), a tentativa de criminalização de Kubitschek foi barrada pelo próprio Ministério Público, o que revela, por um lado, o ímpeto persecutório de Carvalho e, por outro, as limitações institucionais ao arbítrio, mesmo em contexto ditatorial. As matérias da *Tribuna da Imprensa* sobre os interrogatórios reproduzem a perspectiva do IPM ao mesmo tempo em que revelam as tensões inerentes ao processo:

O ex-presidente Juscelino Kubitschek vai depor novamente, na próxima quarta-feira, às 15 horas, no IPM do Partido Comunista, presidido pelo coronel Ferdinando de Carvalho, no quartel da Polícia do Exército, na Rua Barão de Mesquita. Referindo-se aos protestos dos que dizem que JK está exausto com tantos interrogatórios, uma fonte do IPM disse que ele poderá ser intimado 500 vezes, se se tornar necessário, afirmando que a tática dos advogados do ex-presidente é provocar o cansaço dos inquiridores, pelo esforço físico e mental, que estes não podem evitar. Ao passo que Juscelino se limita a responder “não me lembro”, “não sei”, “não vi” enquanto os seus inquisidores, obrigados a empregar inteligência para que consigam orientar um interrogatório razoável, ficam exaustos, ao término deste, enquanto o interrogado está completamente descansado, uma vez que não despendeu nenhum esforço, já que se limitou a dizer displicentemente que não sabe de nada. Mas as autoridades que interrogaram o ex-presidente estão dispostas a ir até o fim, a despeito da tática dos seus advogados de provocar a resistência dos inquisidores – frisou a mesma fonte –, adiantando que isso já aconteceu, pelo menos nas quatro vezes em que foi ouvido o sr. Kubitschek, que, naturalmente, orientado pelos seus advogados, se limita a negar tudo. Mesmo diante das provas solidamente documentadas – fotos, cópias fotostáticas etc., documentos – JK balança a cabeça, dizendo “não me lembro”, “não sei”. Terminado o interrogatório, está descansado e completamente à vontade, ao passo que o coronel Ferdinando de Carvalho fica, no mínimo, dez vezes mais cansado do que ele, como já confessou a amigos (Kubitschek [...], 1965, p. 4).

O jornal descreve Kubitschek como um depoente evasivo, que se limitava a responder com frases como “não me lembro” ou “não sei”, estratégia interpretada como uma tática deliberada para cansar os interrogadores. Essa construção retórica opera uma inversão discursiva característica dos regimes ditatoriais: os militares são retratados como vítimas do “esforço físico e mental” do trabalho investigativo, como observa-se na notícia do dia seguinte:

[...] Ao que se apurou o ex-presidente da República vem seguindo fielmente as recomendações dos advogados Sobral Pinto e Cândido de Oliveira Neto no sentido de negar tudo e deixar o resto por conta deles. E não apenas negar, mas procurar, também, cansar aos inquiridores, de modo a que eles não possam apurar tudo quanto têm vontade de saber sobre o ex-presidente da República. Sabe-se, que elementos mais cultos do que o sr. Juscelino Kubitschek, mas comunistas confessos, e por esta razão inquiridos com mais facilidade, não deram trabalho aos encarregados dos IPMs, como o sr. Juscelino Kubitschek. Assim foi que não houve nenhum transtorno aos coronéis quando da tomada de depoimento dos srs. Mário Alves, Ivã Ramos Ribeiro, Leivas Otero e Agliberto Azevedo. Mas com o sr. Juscelino Kubitschek já não está acontecendo a mesma coisa. O ex-presidente da República, só raramente se impacienta. Fuma muito. Levanta-se a toda hora. Anda de um lado para o outro, mas é incapaz de responder afirmativamente a qualquer indagação. Quando o faz, é mentindo. Até mesmo, ante à exibição de fotografias suas com elementos comunistas o antigo senador já teve a coragem de tentar negar a autenticidade da foto (JK volta [...], 1965, p. 2).

Nota-se como JK é apresentado como um sujeito passivo, porém astuto, que despende nenhum esforço em suas respostas. A linguagem empregada visa deslegitimar sua postura, transformando uma estratégia de defesa jurídica em prova de suposta culpa. Além disso, a acusação de que Juscelino Kubitschek teria favorecido o PCB durante seu governo é outro eixo central do discurso construído pelo IPM e reproduzido pela imprensa:

O ex-presidente Juscelino Kubitschek voltará, hoje, a depor no IPM do Partido Comunista, podendo o encarregado do inquérito, coronel Ferdinando de Carvalho, indagar de JK porque no seu governo tanto se empenhou para legalizar o PC e anistiar o seu chefe Luís Carlos Prestes. O apoio dos comunistas à candidatura de Kubitschek em 1953 não exigiu apenas o pagamento de vultosa quantia em dólares, mas previa também a reversão de Luís Carlos Prestes ao Exército, que pleiteava promoção a general tendo o direito de receber soldos atrasados desde a época em que foi expulso como capitão, por tradição à Pátria. Assim que o sr. Juscelino Kubitschek chegar ao quartel da Polícia do Exército, às 15 horas, quando terá início a tomada de depoimentos, o coronel Ferdinando de Carvalho continuará apurando até que ponto o ex-presidente da República favoreceu à propagação do comunismo no País, tomando apenas medidas de fachada para evitar a expansão da ideologia da Rússia. Assim foi que mandou fechar a revista “Problema”, sem nenhuma expressão e de baixa tiragem, mas permitindo a livre circulação de jornais diários como a “Voz Operária”, “O Momento”, “Imprensa Popular”, “Notícias de Hoje”, “O Democrata”, “Folha do Povo” e “Jornal do Povo”. Da mesma maneira que os jornais, o sr. Juscelino Kubitschek permitia as atividades de agremiações comunistas. Mas, para disfarçar, determinou o fechamento da “Frente de Novembro”, que era um órgão inspirado no golpe de 11 de novembro de 1955, mas sem qualquer importância. O objetivo verdadeiro do sr. Juscelino Kubitschek, ao proscrever a “Frente de Novembro”, era fechar o “Clube da Lanterna”, uma organização destinada a apoiar o então deputado Carlos Lacerda (JK voltará [...], p. 2, 1965).

O jornal afirma que Kubitschek buscou legalizar o partido e negociou apoio político em troca de benefícios a Luís Carlos Prestes, incluindo sua reintegração ao Exército. Essa associação entre JK e o comunismo não apenas simplifica as complexas alianças políticas do período pré-1964, mas também se insere em uma estratégia mais ampla da ditadura de reescrever a história recente, apresentando o golpe como uma necessária defesa contra a infiltração comunista. A menção a valores em dólares e soldos atrasados acrescenta um componente moralizante à acusação, reforçando a ideia de corrupção e traição. Além disso, o discurso do IPM, ecoado pelo jornal, acusa Kubitschek de uma suposta seletividade repressiva: ele teria fechado organizações menores e “de fachada” (como a revista *Problema* e a *Frente de Novembro*), enquanto permitia a circulação de jornais comunistas. Essa argumentação busca demonstrar que suas ações não eram sinceras, mas sim calculadas para ocultar um suposto alinhamento com a esquerda.

Como observaram as pesquisadoras Bethania Mariani, Milene Leite e Ariana Silva (2021, p. 31), “toda revisitação ao passado produz movimentos no campo dos sentidos, nos modos de se compreender o próprio passado, o presente e o futuro, atualizando sentidos e silenciando outros no processo de significação”. A reconstrução da figura de JK pelo jornal exemplifica esse processo, no qual certos aspectos são enfatizados (como sua suposta proximidade com o comunismo) enquanto outros são apagados (como suas políticas desenvolvimentistas e alianças pluripartidárias). Essa operação discursiva não é neutra, mas sim parte de um projeto político que buscou redefinir a memória coletiva.

Complementarmente, as autoras ressaltam que “o passado não é livre. Nenhuma sociedade o deixa à mercê da própria sorte. Ele é regido, gerido, preservado, explicado, contado, comemorado ou odiado. Quer seja celebrado ou ocultado, permanece uma questão fundamental do presente” (Mariani; Leite; Silva, 2021, p. 31). Dessa forma, a representação de Juscelino Kubitschek no discurso do IPM e no jornal não é apenas uma revisão histórica, mas uma disputa pelo sentido do passado, utilizada para justificar as ações repressivas e consolidar uma determinada visão da história. A crítica à sua gestão, portanto, deve ser entendida como parte de um esforço mais amplo de controle da memória, no qual o passado é instrumentalizado para servir aos interesses do presente.

A resistência de Kubitschek, orientada por seus advogados, consistiu em negar sistematicamente as acusações, recusando-se a legitimar um processo claramente político. Essa postura, embora retratada pelo IPM como prova de sua culpa, pode ser lida como uma forma de contestação silenciosa dentro de um sistema judicial viciado. O fato de o Ministério Público

ter rejeitado a denúncia sugere que as provas apresentadas eram frágeis ou insuficientes, expondo o caráter persecutório do inquérito. Logo, a construção discursiva em torno de JK não se limitou a um debate factual, mas envolveu estratégias de poder que buscaram enquadrar a história dentro de uma retórica específica, silenciando contradições e complexidades inerentes ao período.

Apesar das limitações metodológicas e do viés ideológico que permeou toda a investigação, o IPM 709 estabeleceu padrões para inquéritos subsequentes, articulando formalismo jurídico com perseguição política. Conforme atesta o relato do general e historiador Nelson Werneck Sodré (1994, p. 165), o inquérito constituía-se “entre outros, da mesma natureza, [em] um desconexo e extensíssimo amontoado de tolices enunciadas como verdades transcendentais, de slogans transformados em fatos, de vitupérios arrolados como argumentos”. Servira, assim, “para perseguir desafetos, afastar políticos de que o seu encarregado não era simpaticante, atemorizar pessoas e, [...] na busca de notoriedade de seu responsável, para propaganda ideológica que deveria ter feito delirar de entusiasmo o Pentágono”. Desse modo, o IPM 709 não apenas cumpriu uma função repressiva, mas também atuou como mecanismo de construção de um discurso legitimador da repressão estatal, consolidando um modelo investigativo pautado pela seletividade e pela instrumentalização política (Czajka, 2009).

Ferdinando de Carvalho, em sua atuação como coordenador do inquérito, demonstrou que seu principal objetivo transcendia as formalidades judiciais e punitivas próprias dos IPMs. Conforme destacado por Sodré, as acusações frequentemente se baseavam em conclusões arbitrárias do encarregado, sem fundamentação jurídica sólida:

O Procurador Geral da Justiça Militar teve o espinhoso encargo de dar ordenação melhor a tal mistifório e foi obrigado a excluir desse espantoso IPM numerosas pessoas, qualificadas como comunistas ou de favorecimento ao comunismo tão somente por não serem do agrado do encarregado. Assim, o governador Negrão de Lima, o vice-governador Rubens Berardo Carneiro, o secretário de finanças da Guanabara, Márcio Alves, os ministros do Supremo Tribunal Federal Hermes Lima e Evandro Lins e Silva, o ex-governador Cid Sampaio, etc., pessoas a que as acusações pertenciam, no dizer do Procurador Geral, como “conclusão pura e simples sua”, isto é, do encarregado do IPM, acrescentando: “Aquilo que se perde no deserto das hipóteses é um tipo de prova inominada, ainda não entrou para o elenco do nosso Direito, não ingressou nos tribunais com essa categoria de prova.” O encarregado do IPM, coronel, incluía entre os indiciados alguns generais, inclusive a mim; o Procurador Geral era forçado a remendar mais esse furo: “Entretanto, esses oficiais-generais são apenas citados, mencionados, prontuarizados, mas não incriminados neste IPM, em termos que autorizem a propositura de uma ação penal contra os mesmos. Todos eles, porém, já se encontram vinculados a outros inquéritos, por exemplo: o do ISEB, o do CNTI, o da História Nova e o da Petrobrás, cabendo, assim, na oportunidade, as providências de serem encaminhadas aos respectivos autos as provas aqui obtidas respeitadamente a esses militares” (Sodré, 1997, p. 165).

Essa postura evidencia uma estratégia discursiva e política voltada não apenas para a repressão, mas também para a construção de uma narrativa que legitimasse, perante as autoridades e a opinião pública, a existência de uma ameaça comunista. Carvalho buscava, assim, não apenas investigar, mas também “provar” a atuação do PCB, delineando sua participação no movimento comunista internacional antes e depois do golpe de 1964 (Souza, 2009).

Um dos casos mais emblemáticos de perseguição política no período foi a tentativa de prisão do governador eleito da Guanabara, Francisco Negrão de Lima, articulada por Carvalho no âmbito do IPM 709. Esse episódio explicitou as tensões internas no regime ditatorial, conforme revelam os registros do general Jayme Portella:

O presidente (Castelo Branco) preocupou-se com a posse dos governadores eleitos, porque a área revolucionária agitou-se novamente. O coronel Ferdinando de Carvalho – que era encarregado do Inquérito Militar para apurar as atividades do Partido Comunista, aceitando sugestão dos companheiros, resolveu tentar impedir a posse do sr. Negrão de Lima, com fundamento de que ele teria obtido apoio dos comunistas para a sua eleição. O presidente teve notícia do que estava sendo articulado e ficou indignado. Chamou o General Costa e Silva e conversou sobre aquela informação que havia recebido. Acrescentou que, por trás, estava apoiando a ação do coronel Ferdinando, o general Afonso Albuquerque Lima, chefe do Estado-Maior do 1º Exército (Portella *apud* Argolo, Ribeiro; Fortunato, 1996, p. 282).

A tentativa de prisão de Negrão de Lima tornou-se um caso midiático que expôs publicamente as contradições do governo militar: de um lado, a radicalização repressiva encarnada pelo coronel Ferdinando de Carvalho e apoiada por setores de extrema-direita; de outro, os cálculos políticos do ditador Castelo Branco que, temendo a desestabilização institucional, viu o Superior Tribunal Militar (STM) rejeitar por unanimidade o pedido de prisão preventiva do governador. Conforme noticiou o *Diário do Paraná*:

Por unanimidade de votos, o Superior Tribunal Militar negou, ontem, o pedido de prisão preventiva formulado contra o governador Francisco Negrão de Lima pelo coronel Ferdinando de Carvalho, encarregado do IPM do Partido Comunista. Todos os ministros justificaram longamente seu voto, para concluir de acordo com o parecer do procurador Geral da Justiça Militar, contra a prisão do atual governador da Guanabara. Por maioria de votos, entretanto, o STM determinou o prosseguimento do inquérito. O plenário do Superior Tribunal Militar rejeitou, por sua vez a proposta feita pelo ministro, general Otacilio Terra Ururahy, para que o coronel Ferdinando de Carvalho, encarregado do IPM do PC, fosse ouvido no tribunal.

SEGURANÇA AO PAÍS: Falando aos jornalistas sobre a decisão do STM, negando o pedido de prisão preventiva formulado contra o governador carioca, o ministro da Justiça declarou que “o STM decidiu na sua soberania e nós, do governo, ficamos felizes por ver que a interpretação dos fatos políticos não é privilégio nosso”. Acrescentou que “a decisão dá a segurança ao país de que a vida pública brasileira não retroagirá aos desmandos do passado” acentuando: “Vi na decisão do Superior Tribunal Militar uma clareira de luz para o futuro”.

HOMENAGENS: Por outro lado, na Guanabara, ao tomar conhecimento da decisão do STM o governador Negrão de Lima declarou: “Em nome do povo da Guanabara, que na sua maioria absoluta me elegeu nas urnas livres de 3 de outubro, rendo minhas homenagens ao espírito de justiça da mais alta Corte Militar do Brasil” (Negrão [...], 1965, p. 3).

A resistência do presidente ditador em autorizar a prisão do governador eleito foi interpretada pelos setores da extrema-direita anticomunista como uma concessão política, alimentando o descontentamento entre civis e militares que viam no inquérito um instrumento de “purificação” ideológica. Como destacou o jornalista Elmo Lins na *Tribuna da Imprensa*, a possível transferência de Carvalho para a 3ª Região Militar (3ª RM), em Porto Alegre, em janeiro de 1966, foi recebida como uma derrota simbólica:

Os revolucionários civis e militares e a própria revolução de março de 1964 – que enganou a tanta gente – acabam de sofrer um golpe, dos mais rudes, ao mesmo tempo em que “descontentes” e comunistas conseguiram uma retumbante vitória, muito antes, mas muito mesmo, do que esperavam. O ministro da Guerra interino, general Décio Palmeiro Escobar permitiu que fosse consumada a transferência do coronel Ferdinando de Carvalho, encarregado do IPM sobre as atividades comunistas, para a 3ª Região Militar, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. O ato, que deverá ser publicado nas próximas horas, dispensa comentários. É a pedra de cal no movimento idealista de março, dada pelos oportunistas, carreiristas ambiciosos que só pensam em suas conveniências e casos pessoais que cercam o Presidente Castelo Branco. E – repetimos – a retumbante vitória dos corruptos e subversivos, que souberam do “auspicioso” fato muito antes de nós e dos oficiais do Exército, ainda estupefatos com a inexplicável transferência do coronel Ferdinando de Carvalho, um oficial de honraria a qualquer Exército do mundo, e que, aqui no Brasil, sofre terrível campanha infelizmente acobertada pelos que se apoderaram do Poder a 31 de março (Lins, 1966a, p. 2).

A transferência de Carvalho foi noticiada como uma retaliação por sua atuação no IPM, especialmente após a pressão de aliados de Negrão de Lima, ainda que a interpretemos como uma estratégia de proteção ao general. Paralelamente, já em fevereiro, circulava entre os militares a informação sobre a possível revogação de sua transferência para Porto Alegre. O jornalista Hélio Fernandes (1966, p. 3) registrou em sua coluna: “falava-se, ontem, no Ministério da Guerra, que a sua transferência para Porto Alegre seria anulada, e assinada outra classificando-o no Paraná”. A solução encontrada foi a nomeação de Carvalho para o CPOR de Curitiba, sob condições que refletiam a ambiguidade do regime ditatorial: ele só assumiria o posto após concluir o relatório final do IPM 709, que mantinha Negrão de Lima como principal investigado. A medida, no entanto, não apaziguou os ânimos. Como destacou Lins,

Continua a repercutir, do modo mais negativo possível, em todo o Exército e principalmente entre a “linha dura” e os jovens oficiais, a transferência do coronel Ferdinando de Carvalho para o CPOR de Curitiba. Acontece que Ferdinando não viajará para assumir o seu novo posto, enquanto não terminar o inquérito das atividades do Partido Comunista no Brasil. Portanto, não há motivos para os

assessores do sr. Negrão de Lima estarem tão eufóricos e contando vantagem de que “até já se compuseram com ‘seu’ Artur”, como afirmam, entre risadas, no Guanabara (Lins, 1966b, p. 2).

A relutância de Carvalho em deixar o IPM antes de concluí-lo revelava tanto sua convicção ideológica quanto a instrumentalização do inquérito como arena de disputas internas. Conforme noticiado pela *Tribuna da Imprensa*:

O encarregado do IPM do Partido Comunista, coronel Ferdinando de Carvalho, já iniciou o esboço do relatório do inquérito, só não o fazendo em caráter definitivo por estar recolhendo elementos sobre a volta dos comunistas a determinados sindicatos. Após encaminhar os autos ao I Exército, possivelmente dentro de três meses, o coronel Ferdinando de Carvalho seguirá para Curitiba, onde assumirá o comando do CPOR na capital paranaense.

O PRINCIPAL: No esboço do relatório ou na própria peça definitiva, o principal implicado é o sr. Negrão de Lima, não pelo cargo que ocupa atualmente de governador, mas por ser, realmente, muito grave seu conluio com os subversivos nos dias anteriores às eleições (Retorno [...], 1966, p. 2).

Essa insistência em vincular Negrão de Lima ao comunismo, mesmo após a rejeição do STM, demonstrava como o IPM 709 transcendeu suas funções judiciais para se tornar instrumento de disputa política. Já a sua transferência para Curitiba simbolizou uma preservação de sua influência: afastado do centro do poder no Rio de Janeiro, manteve-se à frente de um órgão formador de oficiais da reserva, onde continuaria a difundir sua visão anticomunista. No próximo capítulo, abordaremos a trajetória de Ferdinando de Carvalho no Paraná, analisando como sua atuação no CPOR de Curitiba refletiu as tensões entre a doutrinação militar e os limites impostos pela recomposição política do regime ditatorial após 1967.

3 A “CRUZADA” ANTICOMUNISTA DE FERDINANDO DE CARVALHO NO PARANÁ (1967-1969)

Durante o tempo que estive no Comando do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) de Curitiba, realizei, em todo o Paraná, uma verdadeira “cruzada” de propaganda da Revolução, mostrando ao povo daquele Estado, além de suas causas, os meios para que eles não se impregnassem de propaganda comunista.
(Ferdinando de Carvalho, 2003)

A trajetória de Ferdinando de Carvalho se insere em um contexto mais amplo de perseguição ao PCB que, desde os primeiros meses da ditadura, foi alvo de inquéritos como o IPM 709 – discutido no capítulo anterior – e, posteriormente, da Operação Radar (1973-1976)²⁵, responsável pela desarticulação de sua direção nacional. No entanto, no Paraná, a repressão ganhou contornos particulares, marcados por uma atuação articulada entre militares e a polícia política, sobretudo após a transferência de Carvalho para Curitiba em 1967.

Ao descrever suas ações como uma “cruzada”, o general não apenas evocava um imaginário bélico e moralizante, mas também revelava a dimensão ideológica de seu projeto: a difusão de um discurso que justificava o golpe como uma “contrarrevolução” necessária diante de uma suposta ameaça comunista. Essa visão maniqueísta foi compartilhada por figuras como o delegado Ozias Algauer, conhecido por sua atuação violenta na DOPS/PR e notabilizado como um dos maiores torturadores do estado, entre as décadas de 1960 e 1970 (Abreu, 2015). A parceria entre os dois, iniciada ainda durante o IPM 709, aprofundou-se após a transferência de Carvalho para Curitiba, transformando o CPOR²⁶ em um centro de interrogatórios e prisões ilegais.

²⁵ De acordo com a documentação da Mitra Arquidiocesana de São Paulo (1988), a Operação Radar resultou na prisão e processamento de centenas de acusados. Nesse contexto repressivo, uma parcela significativa da cúpula nacional do PCB foi assassinada nos porões da ditadura, em episódios que não foram oficialmente reconhecidos ou submetidos a investigações transparentes, caracterizando o *modus operandi* dos desaparecimentos políticos durante o regime ditatorial.

²⁶ De acordo com o portal do Exército Brasileiro, os CPORs têm atualmente a função de instituições de ensino militar de nível médio, especializadas na formação bélica de aspirantes a oficiais da reserva de segunda classe. Sua finalidade é capacitar esses profissionais para integrarem o Corpo de Oficiais da Reserva do Exército (CORE) e contribuírem para o desenvolvimento da doutrina militar em suas respectivas áreas de atuação. No entanto, como destacou Abreu (2015), durante o período ditatorial, essas unidades desempenharam um papel bastante distinto, integrando-se ao aparato repressivo do regime, sendo utilizados como instrumentos de perseguição política, participando ativamente na vigilância, interrogatório, repressão e tortura de opositores. Para mais informações, consultar: <https://ditaduraemcuritiba.com.br/centro-de-preparacao-de-oficiais-da-reserva-da-5a-regiao-militar/>.

Em carta enviada ao delegado em 8 de setembro de 1966, Ferdinando de Carvalho agradeceu a “inestimável” colaboração de Algauer nos trabalhos do IPM 709 no Paraná, destacando o “espírito democrático” e o “sentimento de preservação das instituições” que teriam motivado sua atuação:

[...] este encarregado, ao término do IPM que presidiu, cumpre o dever de agradecer a valiosa e inestimável cooperação de Vossa Senhoria para o cumprimento da difícil missão de que foi investido. [...] como já salientamos na Introdução do Relatório Geral, publicado pela Biblioteca do Exército, este Inquérito contou com a espontânea e eficiente colaboração de milhares de pessoas, cujo espírito democrático e cujo sentimento de preservação das instituições vigentes, superaram, no valor do apoio que nos foi dado, o desempenho simplesmente formal de atribuições rotineiras. [...] Impossível será dizer a real expressão de nosso reconhecimento, mas o que a Pátria recebeu desse esforço conjunto é algo que o futuro há de reconhecer e compensar. [...] aproveito o ensejo para apresentar a Vossa Senhoria os meus sinceros protestos de elevada estima e consideração (Carvalho *apud* Abreu, 2015, p. 129).

Essa relação de cumplicidade permitiu que ambos intensificassem a repressão no estado, com o aval do general Clóvis Bandeira Brasil, então comandante da 5ª RM em Curitiba. Recrutados por possuírem características alinhadas aos interesses ditatoriais, Carvalho e Algauer executavam suas ordens com rigor excessivo e resistiam a qualquer forma de flexibilização, mantendo-se fiéis a doutrinas que defendiam o endurecimento da violência estatal (Abreu, 2015).

O presente capítulo tem como objetivo analisar as estratégias políticas e os desdobramentos da atuação de Ferdinando de Carvalho no Paraná, com ênfase em seu comando no CPOR. Para tanto, recorreremos a fontes como jornais da época, relatórios de inquéritos e depoimentos, buscando compreender não apenas suas iniciativas oficiais, mas também suas redes de influência e os impactos de suas ações.

Conforme registrado em entrevista ao projeto *História Oral do Exército*, Carvalho via sua função não apenas como militar, mas como propagandista do regime ditatorial, responsável por converter a população à lógica da DGR – discurso que legitimou a violência do TDE. Nesse contexto, abordaremos as relações de Carvalho com a elite civil e acadêmica, em especial seu diálogo com o reitor da UFPR, José Nicolau dos Santos, explorando como setores da sociedade se alinharam ao projeto político-militar, seja por adesão ideológica, conveniência ou coerção.

Ao investigar esses eixos, buscamos elucidar o papel de Carvalho na repressão paranaense e compreender os mecanismos que permitiram a perpetuação de um regime fundado na exclusão e no terror. A epígrafe escolhida, portanto, não é apenas uma declaração de intenções, é um indício de como o discurso anticomunista foi operacionalizado na prática, com efeitos duradouros para a história paranaense.

3.1 A atuação de Carvalho no CPOR de Curitiba

Embora o Paraná não ocupasse o centro político do golpe de 1964, as ações repressivas no estado alinharam-se rigorosamente aos parâmetros nacionais, com o objetivo de eliminar qualquer influência ideológica associada ao comunismo. Essa perseguição não se restringiu ao âmbito político-partidário, atingindo a sociedade por meio de afastamentos sumários de cargos públicos, prisões arbitrárias e torturas físicas e psicológicas, consolidando a cultura do medo (Zaparte, 2011). Essa estratégia de terror estatal visava suprimir a oposição organizada e assegurar a submissão da população ao projeto político dos militares.

A posse do coronel Ferdinando de Carvalho ao comando do CPOR em 20 de outubro de 1966, conforme noticiado pelo jornal *Diário do Paraná*, marcou o recrudescimento de uma fase violenta de repressão no estado. A trajetória anterior de Carvalho já anunciava o caráter de sua gestão. Como destacou o periódico à época:

O coronel de Artilharia Ferdinando de Carvalho assumirá o Comando do CPOR de Curitiba em solenidade que será realizada na praça Oswaldo Cruz, marcada para as 7h30m de hoje. O novo comandante veio transferido da 1ª Região Militar para a Guarnição de Curitiba e sua assunção ao Comando daquele estabelecimento de ensino foi retardada em face da conclusão do IPM do Partido Comunista, do qual foi encarregado das investigações. Desde a sua chegada a Curitiba, na última segunda-feira, evitou fazer qualquer declaração à imprensa, recusando-se mesmo a receber repórteres no Quartel do CPOR, onde está hospedado, enquanto procura um local para residir na Capital. Os convites para a solenidade da passagem de comando foram expedidos na tarde de ontem, às autoridades civis e militares (Novo [...], 1966, p. 6).

Esse contexto evidencia como o discurso anticomunista, amplamente difundido pelos golpistas, encontrou no Paraná um terreno fértil para a implementação de medidas repressivas contra qualquer forma de resistência (Oliveira; Sahd; Calciolari, 2014). Assim como em São Paulo e no Rio de Janeiro, a estrutura de vigilância e controle montada no estado mostrava-se organizada e eficiente, contando com a atuação coordenada de instituições como o CPOR e a DOPS, que operavam em nível nacional, mas possuíam ramificações locais. Conforme destacaram os pesquisadores Leandro Brunelo e Marcio Diniz (2024), essa rede repressiva, com sede em Curitiba, mas atuante em todo o território paranaense, mantinha um constante estado de alerta contra supostas ameaças à ordem institucional.

A atuação desses órgãos não se limitava à vigilância. Inúmeros relatos atestam que muitos dos presos políticos foram submetidos a interrogatórios violentos em suas instalações, onde a tortura era empregada de forma sistemática como método de intimidação, punição e obtenção de informações (Brunelo; Diniz, 2024). A repressão no Paraná ganhou contornos

ainda mais violentos com a chegada de Ferdinando de Carvalho, perspectiva corroborada pelo depoimento do advogado Antônio Acir Breda ao jornalista Milton Ivan Heller:

[...] a segunda fase da repressão foi inaugurada no Paraná, quando veio o famoso coronel Ferdinando de Carvalho – que havia interrogado o ex-presidente Juscelino Kubitschek – assumindo o comando do CPOR. Imediatamente ele assumiu a direção do IPM que tinha como principais indiciados o professor Vieira Neto, Aristides Vinholes, Guilherme Karan, Orlando Ceccon, Jacó Schmidt, e outros comunistas históricos. Aí a repressão foi mais contundente. Pessoas desapareciam, sem que ninguém soubesse onde estavam. A incomunicabilidade como regra geral, extensiva aos advogados, como ocorreu no processo dos estudantes presos no Sítio do Alemão (Heller *apud* Abreu, 2015, p. 132).

A predisposição à violência de Carvalho e seus aliados no estado paranaense é ainda mais explicitada no relato de Cecília Helm, filha do histórico comunista do PCB paranaense, o advogado José Rodrigues Vieira Neto:

O coronel Ferdinando de Carvalho conseguiu criar um clima de terror em todo o estado, pois os IPMs e as prisões pareciam não terminar nunca. E o promotor Benedito Felipe Rauhen era um fanático. De rosário nas mãos ele dizia: “Deus é que me deu essa missão para acabar com os comunistas” (Abreu, 2015, p. 132).

Essa dinâmica repressiva silenciou vozes dissidentes e operou ativamente para reforçar um clima de terror generalizado, no qual toda manifestação contrária ao regime era interpretada como uma afronta à segurança nacional. A escalada violenta de Carvalho gerou reações até mesmo entre aliados, como destacou a *Tribuna da Imprensa*:

O coronel Ferdinando de Carvalho, ex-encarregado do IPM do Partido Comunista, conseguiu realmente criar uma situação explosiva no Paraná, onde comanda o CPOR. Tem prendido tanta gente – até um catedrático da Faculdade local – que governistas e oposicionistas se uniram contra ele, apoiando a tomada de posição da Ordem dos Advogados do Brasil, que, em nota oficial, já protestou (Urgente, 1967, p. 3).

A atuação do coronel consolidou um padrão repressivo que combinava eficiência burocrática com violência, tornando-se emblemática da radicalização da ditadura no Paraná. À frente do CPOR, Carvalho liderou uma operação em novembro de 1967 que resultou na desarticulação do Comitê Estadual (CE) do PCB e na instauração de um IPM contra Antonio Albino Ramos de Oliveira, Antonio Mendonça Conde, Aparecido Moralejo, Aristides Oliveira Vinholes, Berek Krieger, Carlos Adauto Vieira, Cláudio José da Costa, Dilma Maria Pereira Lara, Edgard Schatzmann, Elson Costa, Expedito de Oliveira Rocha, Hiran Ramos de Oliveira, João Batista Tezza, Jorge Karam, José Rodrigues dos Santos, José Rodrigues Vieira Neto, Laélcio de Andrade, Leonil Lara, Malaquias Teixeira da Costa, Manoel Jacinto de Oliveira, Otto Bracarense Costa, Paulino Vieira, Paulo Dias de Oliveira, Pedro Francisco de Lima, Ramiro

Luchesi, Romain Roland Pires Leal e Vitório Sorotiuk. Dentre esses militantes, 11 foram condenados a penas de um a quatro anos de prisão²⁷ (Brunelo, 2009).

Essa ação foi desencadeada após a interceptação de material considerado subversivo em Curitiba, quando o major Índio do Brasil Lemes localizou, no depósito da Empresa Transportadora Seta Oriental, pacotes enviados de São Paulo contendo panfletos, exemplares do jornal *Voz Operária* e documentos internos do PCB, em setembro daquele ano (Abreu, 2015). A prisão em flagrante de Aparecido Moralejo, em 6 de setembro, marcou o início da operação, que se estendeu por 40 dias. Sob tortura, Moralejo, descrito nos autos²⁸ como “elemento recuperável” por sua colaboração (Paraná, 1967, p. 724), delatou diversos militantes, incluindo o livreiro Aristides Oliveira Vinholes, figura central na rede de distribuição de material impresso.

A natureza persecutória do processo evidencia-se no teor das acusações, que atribuíam aos militantes atividades como “receber e distribuir material subversivo de orientação estrangeira” e “participar de reuniões clandestinas do PCB” (Paraná, 1967, p. 723). No entanto, como destacou o próprio Vinholes em seu depoimento, jamais foi comprovada a efetiva periculosidade do material apreendido:

Em 1967 apareceu em Curitiba o coronel Ferdinando de Carvalho, que tem uma ideia fixa. O problema dele é combater o comunismo e veio comandar o CPOR depois de presidir o IPM do PCB no Rio de Janeiro. Logo ele prendeu Aparecido Moralejo, que era secretário de organização e propaganda do PCB em Curitiba. E no dia 11 de setembro, quando eu saía de minha casa, fui sequestrado por agentes da DOPS e da Polícia Federal e levado para o CPOR (Heller *apud* Abreu, 2015, p. 130).

Esse relato ilustra o caráter arbitrário das prisões, nas quais instituições militares e policiais atuavam em conluio, frequentemente sem base legal. A fixação ideológica de Carvalho pelo anticomunismo refletia a mentalidade predominante entre setores de extrema-direita das FA, que legitimavam violações de direitos humanos sob o pretexto de combater a “ameaça” comunista.

No âmbito do IPM, a prisão de Aristides Oliveira Vinholes, decretada em 26 de setembro de 1967, decorreu diretamente da denúncia de Moralejo, sendo o livreiro acusado de

²⁷ Foram condenados: Aparecido Moralejo, Aristides Oliveira Vinholes, Berek Krieger, Carlos Adauto Vieira, Edgard Schatzmann, Hiran Ramos de Oliveira, Jorge Karan, José Rodrigues Vieira Neto, Leonil Lara, Otto Bracarense e Vitório Sorotiuk (Paraná, 1967).

²⁸ Durante o inquérito, o indiciado era formalmente identificado e interrogado, muitas vezes sem a presença de um advogado, sobre as acusações que lhe eram dirigidas. Suas declarações eram registradas em um documento denominado “auto de qualificação e interrogatório”. Mattos (2003) ressalta que, nessa fase, o acusado frequentemente sofria coerção para confirmar declarações obtidas sob tortura em etapas anteriores. Essa prática contribuía para que os depoimentos fossem, em sua maioria, auto incriminatórios, levantando sérias questões sobre a legitimidade e a justiça do processo.

ser “receptador e distribuidor de material subversivo” (Paraná, 1967, p. 727). O relatório do inquérito destacava seu histórico de militância, demonstrando como os órgãos repressivos mantinham um aparato de vigilância e fichamento de opositores²⁹. A prisão de Vinholes e de outros militantes foi noticiada pela *Tribuna da Imprensa*:

Ainda está incomunicável o livreiro Vinholes preso em uma das ruas centrais de Curitiba, acusado de subversão no País pelo coronel Ferdinando de Carvalho, atual comandante do CPOR e encarregado de, pelo menos, 3 IPMs sobre subversão e comunismo no Estado do Paraná. Um outro cidadão de nome Moralejo foi surpreendido quando retirava de um caminhão material de subversão e que seria entregue ao livreiro Vinholes, estando, ambos, presos incomunicáveis no quartel da Artilharia Divisionária da 5ª Região Militar. Os advogados dos detidos têm feito várias petições ao general Clóvis Brasil, comandante da Região Militar, a fim de que seus constituintes sejam postos em liberdade, porém, em vão. Os cidadãos, ao que parece, têm mesmo culpa no cartório e serão processados pela Justiça Militar estando com suas prisões preventivas decretadas (Lins, 1967, p. 4).

O viés ideológico do IPM tornou-se ainda mais evidente nas acusações contra figuras como Jorge Karan, membro do CE/PCB do Paraná, descrito como “comunista fichado, altamente perigoso, é ativo doutrinador, sendo juntamente com Agliberto Vieira de Azevedo, um dos responsáveis pelos cursos de Doutrinação Marxista, da qual é conhecedor profundo” (Paraná, 1967, p. 783), e o advogado José Rodrigues Vieira Neto, retratado como “um dos mentores da organização comunista no Paraná”, com os autos destacando que “sua atuação na montagem da Conferência Estadual do Paraná foi decisiva” (Paraná, 1967, p. 791). A ênfase em sua formação intelectual e posição social – “embora situado em elevada posição como conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná” – revelava a desconfiança de Ferdinando de Carvalho em relação a sujeitos capazes de articular resistência intelectual. A prisão de Vieira Neto gerou reações institucionais, como o protesto do Conselho Federal da

²⁹ De acordo com o Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade do Paraná (CEV-PR), o IPM permitiu que os agentes repressivos traçassem um panorama das alas de atuação do partido: “João Tezza, Vitório Sorotiuk e Hiran Ramos de Oliveira eram militantes da Ala Estudantil, com presença muito forte no movimento estudantil da UFPR e na União Paranaense dos Estudantes. Hiran Ramos de Oliveira, membro da direção estadual no inquérito que reconstituiu a direção do PCB, foi caracterizado como sendo um dirigente que trafegava entre os grupos que compunham as alas do Partido Comunista no Paraná, conhecido como Zona 3, que abrangia Curitiba, região metropolitana, o litoral e algumas regiões de Santa Catarina. O Diretório Estadual era assim constituído: Comitê Estadual no Paraná: Aparecido, Laélcio Andrade, José Rodrigues Vieira Neto, Jorge Karan, Dilma, Manoel Jacinto Correia, Hiran Ramos de Oliveira, Antônio Mendonça, Espedito Oliveira Rocha, Marilda, Paulino, Berek Krieger, Malaquias, sendo suplentes, Vinholes, Juca e Pacífico; Eram membros do Comitê Executivo: Laélcio Andrade, Paulinho e Jorge Karan; membros do secretariado: Paulino, Paulo Dias e Aparecido; Membros do Comitê Municipal: Aparecido Moralejo, Marilda, Dilma, Hiran Ramos de Oliveira, Antônio Albino, Vitório Sorotiuk, Wanderlei, Leonil, Serrano e Tezza. A estrutura do Diretório Estadual estava ligada aos comitês municipais de Paranaguá, Londrina, Maringá, Paranavaí, Apucarana, Ponta Grossa, Cornélio Procopio, entre outros” (Comissão, 2017b, p. 299).

Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que responsabilizou o Ministério do Exército pelas violências e arbitrariedades cometidas:

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil decidiu, ontem, em sessão plenária, responsabilizar o ministro do Exército e o comando da V Região Militar pelas violências e arbitrariedades praticadas contra o advogado José Rodrigues Vieira Neto, preso incomunicável por ordem do encarregado do IPM instaurado no Paraná, para investigar atividades subversivas no Estado. A Ordem dos Advogados do Brasil, seção da Guanabara, também reunida, aprovou por unanimidade que fosse enviado um ofício ao Conselho Federal da OAB, solicitando uma série de medidas judiciais contra as autoridades do comando da V Região Militar, que invadiram o escritório do advogado para prendê-lo. O advogado Luís Mendes, membro efetivo da OAB, ao dar seu voto favorável a uma representação contra o ministro do Exército, apontou o general Lira Tavares como responsável pelas arbitrariedades de que foi vítima o sr. José Rodrigues Vieira Neto, e incurso em vários dispositivos da Lei, inclusive mencionou que o advogado ficou privado de defesa, permanecendo incomunicável no quartel militar da V Região, à disposição do encarregado do IPM, coronel Ferdinando de Carvalho. A representação da OAB vai além e é endereçada ao Procurador-Geral da República, para que instrua o processo competente, enquadrando o ministro do Exército no crime de responsabilidade (Conselho [...], 1967, p.2).

Entre os presos em 26 de setembro estava também Hiran Ramos de Oliveira, jovem de 23 anos e membro do CM/PCB de Curitiba. A descrição que Ferdinando de Carvalho fez do jovem é reveladora dos critérios subjetivos que fundamentavam as prisões: “ao depor, Hiran Ramos de Oliveira mostrou-se agressivo e arrogante, revelando-se um indivíduo inadaptado e refratário de condições democráticas do regime vigente. Parece-me um permanente revoltado, vendo nos democratas, adversários implacáveis” (Paraná, 1967, p. 769).

O recrudescimento repressivo atingiu seu ápice em outubro de 1967, quando sete militantes foram convocados a depor, todos já foragidos. Entre eles estava Antônio Albino Ramos de Oliveira, irmão de Hiran, acusado de “integrar o Comitê Municipal (CM) de Curitiba do PCB, de participar de reuniões clandestinas do referido Comitê, [...] e de chefiar uma Organização de Base do PCB, infiltrada na Faculdade de Direito Estadual” (Paraná, 1967, p. 711). A fuga desses militantes, em vez de ser compreendida como estratégia de sobrevivência, era utilizada pelo regime ditatorial como “prova” de culpa, conforme destacado nos autos de Laélcio de Andrade: “o fato de ter furtado a atender a convocação por edital é veemente indicação de culpabilidade que confirma os seus substanciais antecedentes subversivos” (Paraná, 1967, p. 799).

Em 12 de outubro, novos nomes foram somados à lista, como o estudante Vítório Sorotiuk, preso preventivamente por “exercer atividades subversivas comunistas, principalmente no meio estudantil; de pertencer ao CM de Curitiba do PCB; e de representar o PC no 29º Congresso da UNE, como delegado do Paraná” (Paraná, 1967, p. 833). A descrição

de seu comportamento durante os interrogatórios – “adotou uma atitude de desafiador cinismo que se tornava difícil classificar entre o desrespeito preconcebido e a irresponsabilidade” – revela o choque entre a postura crítica da juventude e a rigidez doutrinária da ditadura. Já o advogado Carlos Adauto Vieira teve sua prisão decretada por “cumplicidade em atividades subversivas comunistas, pois permitia que seu escritório profissional de advocacia [...] fosse ponto de entrega e distribuição de pacotes contendo impressos comunistas” (Paraná, 1967, p. 741).

O inquérito presidido pelo coronel Ferdinando não apenas desarticulou a estrutura estadual do PCB no Paraná, mas serviu como peça da estratégia repressiva do regime ditatorial, que combinava ação militar com uma fachada de legalidade judicial. A postura durante os interrogatórios, a formação intelectual, a atuação em movimentos sociais – tudo servia como matéria-prima para a construção de um inimigo a ser combatido. Como observado no caso de Pedro Francisco de Lima, cujo único “indício” de culpa era “o fato de estar foragido” (Paraná, 1967, p. 827), a lógica inquisitorial do processo dispensava provas robustas, operando numa dinâmica em que a mera acusação já equivalia a uma sentença.

Dos 27 indiciados, 13 permaneciam foragidos³⁰ quando o processo foi concluído, circunstância que, longe de representar dúvida sobre sua culpabilidade, era convertida em prova adicional de sua periculosidade nos autos. As certidões emitidas pela DOPS, sob responsabilidade do delegado Ozias Algauer, atestam o caráter burocrático e sistêmico dessa repressão, onde suspeitas transformavam-se em verdades judiciais através de um processo que funcionava mais como ritual de poder do que como investigação criminal genuína.

A cobertura do *Diário do Paraná* sobre o desfecho do caso revela as contradições do sistema repressivo:

O Conselho Permanente de Justiça, da Auditoria da 5ª Região Militar, resolveu por maioria de votos, indeferir a prorrogação de prisão preventiva, solicitada pelo Procurador Militar Alceu Alves dos Santos e determinar a expedição de Alvará de Soltura, dando cumprimento a decisão do Superior Tribunal Militar, a dez dos vinte e quatro indiciados no IPM de nº 51. Em face a decisão da Corte de Justiça, adiada de 2ª feira para a tarde de ontem, foram postos em liberdade os indiciados Aristides de Oliveira Vinholes, Berek Krieger, Carlos Adauto Vieira, Edgard Schatzmann, Hiran Ramos de Oliveira, Jorge Karan, José Rodrigues Vieira Neto, Leonil de Lara, Otto Bracarense Costa e Vítório Sorotiuk. Por outro lado, os autos do IPM presidido pelo coronel Ferdinando de Carvalho, que deu entrada na Justiça Militar na segunda-feira última, foram conclusos ao Juiz Auditor Darcy Risseti, que despachará com vista ao Procurador Militar para oferecimento ou não da denúncia. Em sua última sessão, o

³⁰ Eram eles: Antonio Albino Ramos de Oliveira, Antonio Mendonça Conde, Claudio José da Costa, Elson Costa, Expedito de Oliveira Rocha, José Rodrigues dos Santos, Laélcio de Andrade, Malaquias Teixeira da Costa, Manoel Jacinto Correia, Paulino Vieira, Paulo Dias de Oliveira, Pedro Francisco de Lima e Ramiro Luchesi (Paraná, 1967).

Superior Tribunal Militar, apreciando três habeas corpus impetrados em favor de José Rodrigues Vieira Neto, Berek Krieger e Otto Bracarense Costa, que se encontravam com prisão preventiva no Inquérito Policial Militar presidido pelo coronel Ferdinando de Carvalho, decidiu por 12 votos contra 1, cassar a prisão preventiva decretada pelo Conselho Permanente de Justiça, da Auditoria da 5ª Região Militar, por entender ilegal a medida e absolutamente desnecessária. Na mesma oportunidade, por 9 votos contra 4, estendeu a ordem de soltura aos demais indiciados Aristides de Oliveira Vinholes, Jorge Karan e Hiran Ramos de Oliveira (Côrte [...], 1967, p. 4).

Apesar da soltura determinada pelo STM, o processo cumpriu seus objetivos políticos mais amplos. Primeiro, desmantelou completamente a estrutura partidária comunista no estado, prendendo ou forçando ao exílio seus principais quadros. Segundo, serviu de alerta contundente para toda a sociedade paranaense, demonstrando que mesmo figuras respeitáveis como advogados conselheiros da OAB (no caso de Vieira Neto) não estavam imunes à repressão. Terceiro, consolidou uma cultura do medo onde qualquer forma de dissidência política, desde a distribuição de panfletos até a participação em reuniões estudantis, poderia ser criminalizada como atividade subversiva.

O ministro Peri Bevilacqua teceu críticas à Carvalho em votação ao habeas corpus de Hiran Ramos de Oliveira, como noticiado pelo *Correio da Manhã*:

O ministro Peri Bevilacqua ao votar, ontem, pela concessão de habeas corpus ao civil Hiran Ramos de Oliveira, que se encontra preso desde o último dia 19 em uma unidade militar do Paraná, afirmou que “a prisão de civis por militares constitui constrangimento ilegal para as autoridades estaduais, configurando uma verdadeira intervenção federal nos Estados”. O STM contra o voto do relator e do ministro Ribeiro da Costa negou a ordem, tendo os advogados do paciente esclarecido que “o réu foi preso quando passeava com sua esposa em Curitiba, com quem se achava em lua-de-mel há sete dias”.

INCOMUNICÁVEL: Afirmaram, ainda, os advogados José Borges e Antônio Acir Breda que Hiran Ramos “está em regime de rigorosa incomunicabilidade, por ordem do coronel Ferdinando de Carvalho”. O relator, ministro Peri Bevilacqua disse, ainda, que “desde o dia dois de fevereiro de 1965, deveria ter sido cessado em todo território nacional, a instauração de IPMs por autoridades militares, para apurar crimes políticos praticados por civis capitulados na Lei de Segurança Nacional”. Esclareceu que “naquela data foi extinta a Comissão Geral de Investigações, por decreto do presidente da República” [...]. Afirmou, também, que “o juiz da 5ª Região Militar, de acordo com a Constituição, deveria ter relaxado a prisão desse jovem, por ser a mesma ilegal, mas não o fazendo, incidiu na Lei nº 4.898, de 1965, que define o abuso de autoridade”. O ministro Orlando Ribeiro da Costa disse que concedia o habeas corpus “por entender que militar não tem direito de prender civis” (Peri denuncia [...], 1967, p. 9).

A análise dos autos deste IPM demonstra os mecanismos através dos quais a Ditadura de Segurança Nacional buscou legitimar seu projeto de poder. As acusações vagas e genéricas, a transformação de fugas em provas de culpa, a criminalização de posturas críticas durante interrogatórios (como no caso de Sorotiuk, cujo “cinismo desafiador” foi registrado como

indício de subversão), e principalmente a conversão de suspeitas ideológicas em fundamentos jurídicos, evidenciam como um estado de exceção se apropriou de uma aparência de legalidade.

Ademais, interpretamos a atuação de Carvalho como um marco na institucionalização da repressão no Paraná, demonstrando como o aparato militar local soube articular com eficiência os instrumentos formais da justiça com a violência extrajudicial (torturas, agressões, incomunicabilidade). Esta combinação entre formalismo jurídico e TDE seria aperfeiçoada nos anos seguintes, através da criação do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) em Curitiba e da deflagração das Operações Radar e Marumbi.

3.2 *A educação como fonte de doutrinação: as relações entre Ferdinando de Carvalho e a Reitoria da UFPR*

No contexto ditatorial, o ensino superior foi alvo de intensa vigilância, visto que, para setores militares, representava um espaço de potencial disseminação de ideologias consideradas subversivas. Como destacou o historiador Jaime Valim Mansan (2013, p. 17), a educação “tinha uma função estratégica da mais alta importância, tanto para a estabilidade política do regime (por ter grande potencial para a formação de consensos favoráveis) quanto para o sucesso do projeto de desenvolvimento econômico nacional”. Essa perspectiva se alinhava às diretrizes de guerra psicológica que, segundo a pesquisadora Marla Barbosa Assumpção (2023), orientavam campanhas e práticas repressivas em diversas áreas, incluindo a cultura, a educação e os meios de comunicação, reforçando assim o controle sobre as universidades e instituições de ensino.

Os escritos e ações de Ferdinando de Carvalho exemplificam essa lógica de forma paradigmática. No segundo volume de *O comunismo no Brasil*, o militar afirmava categoricamente que “a infiltração comunista espalhou-se sobre o ensino em todos os seus graus: primário e secundário e universitário, com a orientação e o apoio do próprio Ministério da Educação e Cultura inteiramente penetrado pela ação de líderes marxista-leninistas” (Carvalho, 1966, p. 217). O tom conspiratório de Carvalho fica ainda mais evidente quando detalha as supostas estratégias de infiltração:

O Partido Comunista estabeleceu frações atuantes em todas as associações de estudantes como a UNE, que congrega mais de 150.000 universitários, a UBES e as entidades estaduais. Além disso, infiltrou-se nas escolas e universidades, com a seguinte prioridade: Faculdades de Filosofia – pela duração pequena do curso e pela importância dos professores na doutrinação comunista; Escolas de Jornalismo – pela atuação dos comunistas na imprensa; Escolas de Agronomia – pela ligação com o

movimento camponês; Faculdades de Direito; Faculdades de Medicina; e Universidades Católicas. [...] Nas faculdades, o Partido infiltrou-se e dominou os Diretórios Acadêmicos, onde estabeleceram organizações de base que agitavam os estudantes e os mobilizavam para as manifestações de toda a natureza (Carvalho, 1966, p. 222).

Para o militar, o meio intelectual do magistério era um espaço permeável à infiltração de simpatizantes e criptocomunistas³¹, representando uma ameaça ao ambiente universitário, percepção que foi documentada e investigada no âmbito do IPM 709. Dessa visão alarmista, decorreu a perseguição a professores, pesquisadores e estudantes, assim como a censura violenta e arbitrária contra produções artísticas e intelectuais. Além disso, houve uma aproximação estratégica entre autoridades militares e instituições universitárias, conforme analisado por Padrós:

a educação foi usada como mecanismo de divulgação dos elementos constitutivos da DSN e de redefinição de características, objetivos e práticas autoritárias, através de programas, de normas disciplinares impostas simultaneamente à substituição maciça de professores. Tudo combinado com medidas repressivas, com o constrangimento sofrido pelo corpo docente e com uma quase militarização dos espaços escolares e acadêmicos, o que gerou crescente isolamento e perda de cidadania (Padrós, 2008, p. 146).

No Paraná, a adesão da Reitoria da UFPR à Ditadura de Segurança Nacional fica evidente desde os primeiros momentos do regime. Com a saída de Flávio Suplicy de Lacerda³² para assumir o Ministério da Educação e Cultura (MEC) em 1964, o professor José Nicolau dos Santos³³, reconhecidamente alinhado ao pensamento conservador e reacionário, assumiu a reitoria. Sua gestão foi marcada por medidas repressivas imediatas, como a criação de uma comissão para apurar atividades políticas de docentes, funcionários e discentes, além da suspensão do Diretório Central dos Estudantes (Zaparte, 2024). Esse alinhamento se

³¹ Segundo Carvalho (1966), tanto os simpatizantes quanto os criptocomunistas eram considerados colaboradores do PCB, ainda que não integrados formalmente ao partido. O general definiu os criptocomunistas como comunistas não declarados, que ocultavam sua filiação ideológica por medo ou conveniência, preservando assim suas posições sociais e políticas. Já os simpatizantes eram descritos como indivíduos condescendentes ou parcialmente alinhados ao comunismo, mas sem uma adesão ideológica consolidada.

³² Foi reitor da UFPR entre 1949 e 1964. Em 1964, o ditador Castelo Branco convidou-o para assumir o MEC, onde permaneceu até 1966. Retornou à reitoria da UFPR entre 1967 e 1971. Sua gestão no MEC foi marcada por forte repressão ao movimento estudantil, justificada pelo discurso de “salvação da universidade brasileira” e “combate aos estudantes subversivos”. Em novembro de 1964, Lacerda implementou a Lei nº 4.464/64, conhecida como Lei Suplicy. Esta legislação reformulou a organização das entidades estudantis, subordinando-as diretamente ao MEC e às administrações universitárias, limitando a autonomia do movimento estudantil. Entidades como a União Nacional dos Estudantes, as Uniãos Estaduais dos Estudantes e os Centros Acadêmicos foram extintas e suas atividades proibidas (Campos; Souza, 2019; Silva, 2018; Zaparte, 2024).

³³ Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Paraná, instituição na qual posteriormente atuou como catedrático de Teoria Geral do Estado. Lecionou também Geografia Humana na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná. Exerceu o cargo de reitor da UFPR de 30 de maio de 1964 a 29 de maio de 1967 (Campos; Souza; Costa, 2024).

materializou não apenas na repressão interna, mas também em gestos simbólicos de apoio à ditadura, conforme destacaram os pesquisadores Nívio de Campos e Eliezer Felix de Souza:

Na reunião do Conselho Universitário de 31 de julho de 1964, o reitor José Nicolau dos Santos sugeriu aos conselheiros a concessão do título de Doutor Honoris Causa ao então Presidente. A proposição foi aprovada por unanimidade pelo Conselho Universitário. No ato de entrega desse título, o então reitor José Nicolau dos Santos [...] reiterou a adesão ao regime militar e a necessidade de combate aos estudantes integrantes da ala comunista: “O Comunismo em especial, e o totalitarismo em geral é a tirania exercida por uma super burocracia, que explora e deprime a massa, em nome da própria massa. Temos presenciado perplexos, movimentos sociais estudantis, que são agitações de massa, capazes de destruir a própria Universidade” (Campos; Souza, 2019, p. 172).

Nesse contexto, havia um discurso hegemônico que associava a intervenção das FA à salvação nacional, reiterando a crença que vinculava as esquerdas a projetos de destruição do país. Essa perspectiva é ilustrada pela fala do reitor José Nicolau dos Santos:

O ano de 1964 incide, nos anais dessa casa, com uma sequência de fatos que merecem registro preliminar: apenas iniciando o ano letivo, a 1º de março, não findaria esse mesmo mês, sem profunda alteração na ordem político-constitucional do país. A revolução vitoriosa de 31 de março restaurou, rápida e definitivamente, as diretrizes democráticas brasileiras, que vinham sendo desvirtuadas, por ideologias estranhas e incompatíveis com os sentimentos da alma brasileira, profundamente cristã. A revolução, reorganizando os quadros administrativos do Brasil, formando um governo de alta responsabilidade intelectual e moral, levou a sua Excelência, o Senhor Presidente da República, Marechal Castelo Branco, a confiar a pasta da educação, ao Reitor Magnífico desta velha Universidade, o Senhor professor Flávio Suplicy de Lacerda. Assumindo os encargos de Ministro de Estado, sua Excelência, Reitor Honorário desta casa, com longa experiência administrativa e didática que tanto o credenciaram perante a nova ordem política, a curto prazo, conseguiu dar a vida universitária brasileira, a orientação sadia, inteligente e tranquila que hoje podemos usufruir (Santos *apud* Campos; Souza, 2019, p. 173).

Logo, a aproximação de Ferdinando de Carvalho e a Reitoria da UFPR não foi casual. Em novembro de 1966, Carvalho visitou José Nicolau dos Santos para tratar da transferência do CPOR para o Centro Politécnico da universidade, conforme destacado pela manchete do *Diário do Paraná*:

Figura 2 – Cel. Ferdinando de Carvalho visita Reitor da UFPR



Fonte: Diário do Paraná (1966).

Na ocasião, o então coronel destacou a “cooperação mútua” entre as instâncias civil e militar, enfatizando a importância da proximidade entre as FA e os estudantes:

O comandante do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva, coronel Ferdinando de Carvalho, que recentemente assumiu o comando daquela corporação militar, após presidir o IPM do Partido Comunista no Rio de Janeiro, visitou ontem o reitor José Nicolau dos Santos, da Universidade Federal do Paraná, juntamente com seus assessores. A visita teve por finalidade ultimar os preparativos para instalação do CPOR, no Centro Politécnico no próximo ano. O cel. Ferdinando de Carvalho, falando sobre essas obras disse que “jubilosos encontramos no Paraná, particularmente do reitor, ambiente de cooperação mútua e muita colaboração que redundam certamente em maior benefício desta comunidade. As novas instalações permitirão a corporação desempenhar militarmente seu papel, que tem íntimo contato com o mundo civil e com as novas gerações de estudantes da elite brasileira” (Ferdinando visita [...], 1966, p. 9).

Essa articulação refletia a convicção de Carvalho, expressa em carta pública, de que “o comunismo não se combate nas ruas, mas sim nas escolas, ginásios e faculdades” (Carvalho, W., 1966, p. 4). A aproximação entre o CPOR e a UFPR simbolizava, portanto, um instrumento de vigilância ideológica e propaganda, inserindo-se no contexto mais amplo de militarização do espaço universitário e da criminalização do pensamento crítico (Ilkiu; Renk, 2022). Um exemplo dessa articulação pode ser observado na seguinte matéria do jornal *Diário da Tarde*:

O coronel Ferdinando de Carvalho, comandante do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) de Curitiba disse, ontem, que a Universidade exerce uma função extraordinária na Segurança Nacional porque cabe a ela o maior encargo no desenvolvimento intelectual e técnico das novas gerações. Entende o autor do IPM do Partido Comunista Brasileiro, que a Universidade e o Exército devem unir-se em seus empreendimentos, num sentido de apoio mútuo, de forma a ampliar ao máximo as condições de eficiência e aperfeiçoar, no limite de suas possibilidades, os resultados do esforço conjunto. [...] Disse o coronel que a Universidade exerce extraordinário papel para a Segurança Nacional principalmente no Brasil, que é um País em franco desenvolvimento. Acredita que a educação e a cultura de nossos jovens constituem o maior fator para a valorização de nosso homem. Diante do potencial econômico, dos recursos nacionais, em grande parte inexplorados e incipientes, o baixo índice cultural do povo brasileiro é ainda a maior debilidade do Poder Nacional, cuja solução estaria ao encargo da Universidade. Pronuncia-se inteiramente favorável à reformulação da Universidade e do Exército, por entender que a primeira, é responsável pela formação da elite intelectual do País; e o segundo, junto com as demais Forças Armadas, por constituírem o cerne do Poder Militar que dará à Nação condições para prosperar em Paz. Ambas essas instituições – finaliza – espalham e plasmam moral e fisicamente a nossa mocidade e por conseguinte devem unir-se (Ferdinando diz [...], 1966, p. 8).

Esse discurso revela o projeto de militarização do espaço acadêmico, no qual a presença do CPOR no Centro Politécnico não era meramente logística, mas simbólica e ideológica. A aula inaugural do CPOR em 1967, com a presença do reitor José Nicolau dos Santos, consolidou essa parceria. O evento reforçou a integração entre a formação militar e universitária, conforme noticiou o *Diário do Paraná*:

O professor José Nicolau dos Santos, reitor da Universidade Federal do Paraná, prelecionou ontem pela manhã a aula inaugural do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Curitiba, falando sobre o tema “A Universidade e o CPOR”. O ano letivo de 1967 contou, inicialmente, com a leitura do Boletim Especial nº 1, alusivo ao dia, que foi lido pelo comandante da corporação militar, coronel Ferdinando de Carvalho. Falando a todos os alunos, praças e oficiais, o reitor focalizou a “guerra”, suas fases e seus males para a humanidade e a necessidade da paz. Falou ainda sobre a realidade presente em que o homem enfrenta pressões psicológicas e uma guerra de nervos em deformação de sua consciência e princípios democráticos e cristãos (Reitor [...], 1967, p. 7).

Por sua vez, o coronel Ferdinando, ao abrir o evento, expressou seu desejo de que o CPOR logo ocupasse suas novas instalações, integrando-se plenamente ao ambiente universitário. Em seguida, leu um Boletim Especial, no qual enfatizou o papel estratégico da juventude estudantil na construção do Brasil como uma futura potência mundial. Segundo ele, a formação militar oferecida no CPOR complementaria a educação intelectual e moral dos alunos, preparando-os para assumir lideranças nas FA e contribuir para a defesa nacional:

Inauguramos hoje o Ano Letivo de 1967 neste Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Curitiba. Ao receber-vos nesta Casa tradicional, por onde tem passado legítimos representantes da futura juventude paranaense, sentimo-nos orgulhosos de incorporá-los e certos de que a preparação militar aqui ministrada será um inestimável acervo em vossa formação moral, física e intelectual. A mocidade estudantil representa algo de precioso como depositários da esperança brasileira, nessa terra cujo extraordinário processo de evolução e desenvolvimento exige uma elite competente e entusiástica, adequada a inauditas responsabilidades. É dessa mocidade que surgirão os grandes construtores do Brasil como uma das maiores potências mundiais, destino inevitável de nossa Pátria. Como elementos da reserva de nossas Forças Armadas deveis colocar-vos em condições de preencher os claros que, em qualquer emergência, se poderão criar na mobilização da Defesa Nacional. Como futuros oficiais da Reserva do Exército deveis estar capacitados a assumir funções de liderança nas unidades militares. Aqui, neste CPOR, o objetivo de vossa instrução será formar-vos moral e fisicamente para tais objetivos. Para isto serão concentrados o esforço e a competência de vossos instrutores e monitores. Será um ano de intenso trabalho, apropriadamente planejados e coordenados, que se somarão aos esforços exigidos em vossas atividades estudantis nos colégios, cursos e faculdades. Esperamos que compreendais as razões desses esforços e que coopereis conosco para alcançar as metas previstas. A experiência demonstrou que a execução do ensino em um período contínuo de um ano é a mais eficiente e satisfatória para o adestramento indispensável à formação dos oficiais da nossa Reserva. Tereis que associar, nessa fase transitória, os requisitos prioritários do Serviço Militar aos interesses de vossas atividades civis. Aqui, a disciplina e o espírito militar vos serão inoculados como fundamentos que são da capacidade de combate e de liderança nas Forças Armadas. Desejo que, sem o menor constrangimento, apresenteis os problemas a vossos chefes imediatos. Procuraremos resolvê-los ou encaminhá-los consoante as possibilidades. Mostrai-vos rigorosos no cumprimento de vossos deveres. Obedecei às ordens e aos regulamentos. Sejam dedicados as vossas obrigações, honestos em vossas intenções e em vossos atos. Colocai o interesse da Pátria acima de todas as questões pessoais. A juventude moderna está sujeita a pressões sociais violentas e persistentes. Há, em constante gestação, um processo subversivo que procura aliciar e converter os moços à passiva aceitação de padrões antidemocráticos. Estejam avisados contra essa impregnação traiçoeira. A corrupção, mascarada pelas mais variadas roupagens, procura insinuar e ganhar terreno. Estejam prontos a repudiá-la com energia. A incompetência tenciona sempre sobrepor-se ao mérito de modo sub-reptício ou

descarado. Estejam constantemente em guarda contra essas violações. Aqui neste CPOR encontrareis uma tradição de patriotismo. Encontrareis quadros dedicados e justos. Entrem, pois, nos umbrais desta Casa com máxima confiança e entusiasmo. Sejam bem-vindos (Reitor [...], 1967, p. 7).

Paralelamente, a Reitoria promoveu cursos como a *Pragmática comunista no Brasil e no Mundo*, demonstrando como a universidade foi mobilizada ativamente na campanha anticomunista:

O coronel Ferdinando de Carvalho, Comandante do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), da 5ª Região Militar e autor do IPM do Partido Comunista Brasileiro (PCB), deverá lançar seu livro intitulado: “O Comunismo no Brasil” no mês de janeiro de 1967. Nessa época, o coronel, que já foi condecorado cinco vezes pelo Exército Nacional, estará realizando um curso na Reitoria da Universidade Federal do Paraná (UFPR) sobre a “Pragmática comunista no Brasil e no Mundo”. O curso tem o patrocínio da Reitoria da UFPR, devendo abranger mais de quarenta temas sobre o comunismo (Comd. [...], 1966, p. 5).

No encerramento do curso mencionado, Carvalho pediu para que os participantes “disseminem o que lhes foi ensinado, multiplicando a doutrinação democrática capaz de neutralizar a impregnação comunista” (Coronel Ferdinando [...], 1967, p. 7), uma inversão da acusação que fazia aos comunistas, revelando o caráter doutrinário do projeto educacional ditatorial:

[...] Como um fervoroso democrata, o coronel Ferdinando disse aos participantes do Curso em pauta que todos devem continuar sem descanso na luta contra o comunismo e que ele particularmente o fará até o último instante de sua vida. Depois desse ciclo que constou de vinte conferências e intensos debates, após cada aula, afirma o Militar que procurará através de constante doutrinação democrática cooperar na formação de líderes que sejam capazes de disseminar o trabalho de esclarecimento anticomunista em todo o território nacional. [...] Finalizando, o coronel Ferdinando pede que se dê maior oportunidade aos líderes nacionais, para que possam realizar um trabalho construtivo pelo fortalecimento do regime democrático. “Não dispomos, como todos os países não dispõem também, de um número tão grande de líderes que nos possamos dar ao luxo de ver desperdiçar a sua força de liderança no artificialismo de manobras políticas desgastantes e improficuas. Já é tempo de unir todos os homens de bem em torno dos ideais superiores da nacionalidade. É necessário colocar um ponto final nas divergências mesquinhas para nos elevarmos ao plano comum dos grandes interesses brasileiros” (Coronel Ferdinando [...], 1967, p. 7).

Dessa forma, a relação entre Ferdinando de Carvalho e a reitoria da UFPR demonstra a complexidade da dinâmica entre repressão e cooperação institucional durante a ditadura, revelando como a educação foi interpretada tanto como um campo de batalha ideológico quanto como um instrumento potencial de conformação política. Isso ocorreu porque as FA buscaram manter e expandir sua influência, ampliando seu espaço de atuação formativa por meio de parcerias entre a ESG e as universidades. Em depoimento à CEV-PR, a professora aposentada da UFPR Judite Maria Barboza afirmou que “a Universidade Federal do Paraná sediou vários

desses cursos. Dirigidos tanto às novas forças de segurança pública quanto aos civis de forma geral, esses cursos tinham como objetivo formar os novos cidadãos para o cenário social que se organizava” (Comissão, 2017a, p. 399).

Portanto, longe de ser um receptor passivo da repressão, a Reitoria da UFPR, sob a gestão de José Nicolau dos Santos, atuou como agente ativo na legitimação do regime ditatorial, incorporando e reproduzindo seus discursos e práticas autoritárias. A educação, nesse contexto, foi simultaneamente alvo de desconfiança e instrumento de conformação política.

Ferdinando de Carvalho comandou o CPOR até 1968, quando foi exonerado do cargo e enviado para integrar o Estado-Maior da JID, nos EUA, conforme noticiado pelo *Diário do Paraná*:

Consoante decreto assinado pelo presidente Costa e Silva, o coronel Ferdinando de Carvalho, comandante do CPOR de Curitiba, foi designado para integrar o Estado Maior da Junta Interamericana de Defesa, com sede em Washington, de cujo cargo foi exonerado o coronel Paulo Emilio Souto. A nova comissão do encarregado do IPM do Partido Comunista na Guanabara e no Paraná já estava acertada quando de sua estada no Rio de Janeiro. O coronel Ferdinando de Carvalho deverá passar o Comando do CPOR de Curitiba ao seu sucessor – cujo nome ainda não foi divulgado – dentro dos próximos dias, a fim de assumir o novo encargo (Ferdinando nomeado [...], 1968, p. 1).

Inferimos que a transferência de Carvalho constituiu uma medida para protegê-lo, em decorrência da repercussão negativa gerada pela prisão de Vieira Neto, conforme exposto anteriormente. A prisão do advogado foi marcada por violações dos direitos humanos, conforme atestado no Relatório Final da CEV-PR:

No seu interrogatório, o professor Vieira Neto disse que foi “preso nas piores condições, sem ordem judicial ou respeito às prerrogativas de advogado e professor catedrático; que ao ser interrogado ficou em um cubículo infecto, de péssima comida e incomunicável; que foi interrogado com metralhadora à vista e ameaçado por um oficial; que sua casa e escritório foram violados”, entre outras irregularidades (Comissão, 2017a, p. 81).

Tais violações evidenciam o caráter arbitrário da repressão política e demonstram que a atuação de Ferdinando de Carvalho no CPOR ultrapassou a função de mera formação militar, adentrando no terreno da perseguição ideológica. A transferência para a JID pode ser interpretada como uma medida de proteção, ao afastá-lo do cenário local, diante do desgaste gerado pelo caso do IPM analisado. No próximo capítulo, serão examinados com maior profundidade os depoimentos e as notícias de jornais que vincularam Carvalho aos casos de tortura, com o objetivo de compreender como sua trajetória se entrelaçou com a violência institucional do período.

4 A ATUAÇÃO DE FERDINANDO DE CARVALHO NA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Mas esses monstros que o espancaram até deixá-lo no estado em que está, não são os únicos culpados. O responsável por estes atos de selvageria, por este crime hediondo, chama-se Ferdinando de Carvalho, coronel do Exército, a quem estava entregue o meu marido. Ele, unicamente ele, terá de responder por essa ignominiosa covardia.

Explique-se, coronel, para que não imagine que o senhor é apenas um chefe de uma malta de facínoras, de jagunços, e para que eu não diga ao meu filho prestes a nascer que a lei neste País nada vale para quem tem o poder nas mãos e que a injustiça e torpeza comandam os atos dos que detém esse poder como o senhor.

(Ida Rêgo, 1965)

O AI-5 é um dispositivo platônico, um ato fantasma, que praticamente não é aplicado. Sua punição é extremamente leve, e sua aplicação é tão eventual que, mesmo se eliminado, não afetaria a sobrevivência da Nação. De qualquer forma, sua eliminação é ato político, cuja experiência pode ser feita.

(Ferdinando de Carvalho, 1978)

A fala de Ida Rêgo, em reportagem ao jornal *Luta Democrática* em 1965, e a declaração do então general Ferdinando de Carvalho em 1978, revelam duas faces do mesmo regime: de um lado, a violência arbitrária já presente nos primeiros anos da ditadura; de outro, a tentativa tardia de minimizar a brutalidade do aparato repressivo, mesmo após a edição do AI-5 em 1968. Como observou o pesquisador José Alves Dias (2017, p. 201), “uma das formas mais comuns de subjugar os dominados é subtraindo-lhes a dignidade, e a tortura sistemática é um instrumento eficaz para destruir os opositores e silenciar suas memórias”. A carta pública de Ida dirigida a Carvalho, responsável pela prisão de seu marido José Fernandes Rêgo, explicita esse processo de desumanização, demonstrando que a tortura e a perseguição sumária não eram fruto de uma legislação excepcional, mas de uma prática já consolidada nos porões da ditadura.

O AI-5, longe de representar o marco inicial da repressão, foi antes a institucionalização de um estado de exceção que já vigorava na prática. Embora Ferdinando de Carvalho, anos depois, tenha tentado descrevê-lo como um instrumento quase irrelevante, “um ato fantasma”, sua aplicação resultou na suspensão de garantias constitucionais e na ampliação da perseguição política. O Estado, então controlado pelos militares e alinhado aos interesses da classe dominante, “realizou efetivamente uma repressão contra seus opositores com base na concepção de ‘inimigo interno’, mas também ocultou e distorceu deliberadamente os fatos para evitar a punição pelos seus crimes e impor uma versão oficial da memória” (Dias, 2017, p. 202). Essa dupla estratégia de repressão e ocultamento fica evidente nos métodos empregados por

Carvalho, cujas práticas de tortura psicológica antecederam e transcenderam a própria legislação de exceção. Nesse sentido, a historiadora Stéphanie de Oliveira Moreira (2021, p. 248) destaca que “foi através da guerra psicológica que a ditadura militar procurou aniquilar moralmente e fisicamente o inimigo e instalar o terror pela ameaça e pela concretização das torturas físicas e psicológicas”.

Como aponta Assumpção (2023, p. 160), “a produção de modos de ser e pensar – cuja centralidade é patente no bojo da guerra psicológica – vinculava-se, assim, a práticas de censura em uma série de setores, as quais tinham como uma de suas decorrências a promoção da autocensura, através da cultura do medo”. Essa técnica não se limitava ao Brasil, mas integrava um projeto repressivo transnacional. Conforme discutido no primeiro capítulo, a DGR e a DSN cumpriram um papel decisivo na formação de militares latino-americanos, que ocuparam posições estratégicas nas ditaduras do Cone Sul. Ocorreu, então, o uso sistemático e indiscriminado de métodos de torturas físicas e psicológicas, aprimorados e difundidos por meio de uma rede complexa de formação de especialistas que ultrapassavam fronteiras.

Neste capítulo, portanto, analisaremos os mecanismos da guerra psicológica implementados por Ferdinando de Carvalho e seus subordinados, examinando como o isolamento, a privação sensorial e a manipulação de informações foram sistematicamente empregadas para quebrar a resistência dos presos políticos e disseminar o terror na sociedade. A partir dos casos documentados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), CEV-PR e Sociedade Direitos Humanos para a Paz (DHPaz), como os de Vitorio Sorotiuk e Hiran Ramos de Oliveira, demonstraremos como essas práticas ultrapassavam a esfera individual, afetando familiares e criando um clima de medo generalizado.

Abordaremos ainda a construção de falsos laudos médicos e a distorção dos fatos como instrumentos complementares de repressão, que serviam tanto para justificar os abusos quanto para forjar uma narrativa oficial que ocultava os crimes do regime. Por fim, discutiremos como a instrumentalização da violência produziu uma amnésia social, cujos efeitos sentem-se até hoje na dificuldade de reconstrução da memória histórica sobre o período. A análise desses elementos permitirá compreender como a repressão durante a Ditadura de Segurança Nacional não se limitou à violência física, mas constituiu um sistema de controle social que tinha no TDE um de seus pilares fundamentais.

4.1 As denúncias contra Carvalho na imprensa

A violência estatal, quando ultrapassa os limites constitucionais da coerção, caracteriza-se como uma estratégia deliberada de dominação. Como afirmou Padrós (2008, p. 153), “o recurso ao terror de Estado e a intensidade da sua implementação estão diretamente relacionados à dimensão da percepção da ameaça a que se veem expostos os setores dominantes”. Nesse sentido, a repressão não se limita à eliminação física de opositores, mas se consolida como um projeto político abrangente, cujo objetivo é “derrotar os movimentos populares organizados, destruir projetos de mudança do *status quo* da propriedade, da relação capital-trabalho e/ou da distribuição da riqueza social e destruir as instituições políticas e sociais democrático-representativas” (Padrós, 2008, p. 153).

O TDE não pode ser reduzido a atos isolados de violência, pois sua eficácia reside justamente em sua capacidade de se infiltrar em todas as dimensões da vida social. Segundo Padrós (2008, p. 154), o TDE se caracteriza por ser “abrangente porque não houve setor da sociedade que permanecesse imune ao alcance das ações repressivas ou estivesse livre das suas ameaças”, “prolongado porque suas modalidades foram aplicadas, sempre que necessárias, até o final de cada uma das ditaduras” e “preventivo porque um dos seus principais objetivos foi a geração da cultura do medo”. Essa cultura do medo foi uma política intencional, que buscou acabar com os laços de solidariedade social, isolando as vítimas diretas da repressão, enquanto, paralelamente, promovia a passividade e a alienação no resto da população por meio do terror generalizado.

A tortura, nesse contexto, não servia apenas como método de obtenção de informações, mas também como instrumento de terror político. Como pontuou Assumpção (2023, p. 277), “seus efeitos disseminavam o terror no entorno social dos presos políticos, promovendo uma espécie de desmobilização de setores engajados, através da propagação da cultura do medo”. Essa prática produzia inúmeros efeitos psicológicos, gerando “vulnerabilidade, o estado de alerta, a impotência, a ameaça, o isolamento (auto)imposto, o desamparo”, sentimentos que podiam desencadear “problemas psicossomáticos”.

Dessa forma, a violência organizada pelo Estado manifestou-se em múltiplas esferas e intensidades, gerando um controle social violento e a institucionalização do horror. De acordo com Padrós, foi resultado da

apelação a métodos não convencionais, de forma extensiva e intensiva, para aniquilar a oposição política e o protesto social. Assim, à utilização de recursos estatais

tradicionais como autoridade, prestígio, castigo, reabilitação, privilégios ou corrupção, o TDE acrescentou novos mecanismos coercitivos, repressivos e de controle, além de modernos recursos de persuasão e dissuasão, o que incluiu o uso de novidades tecnológicas para tal fim e as novas contribuições no campo da contrainsurgência (inteligência, espionagem, tortura, interrogatórios) (Padrós, 2008, p. 173).

A atuação de Ferdinando de Carvalho, portanto, insere-se nesse quadro mais amplo de uma repressão que buscou remodelar comportamentos e relações sociais. Nesse processo, a tortura emergiu como um dispositivo multifacetado, operando simultaneamente como ferramenta de punição e como instrumento ideológico de silenciamento. Como destacou Dias (2017), essa prática não se limitava à esfera física, mas articulava-se em duas dimensões complementares: por um lado, a construção de discursos estatais que buscavam ocultar a realidade e reproduzir uma justificativa para a violência; por outro, a destruição sistemática da dignidade humana, gerando dor profunda, vergonha, culpa e o esquecimento compulsório.

A pesquisadora Carla Osmo (2018) pontua que o governo ditatorial evitava qualquer registro oficial ou reconhecimento público de que os interrogatórios sob tortura constituíam um pilar do aparato de inteligência estatal. Essa negação se manifestava na estratégia de admitir apenas casos pontuais, atribuídos discursivamente a supostos excessos de agentes individuais descontrolados, como no caso de Ferdinando de Carvalho – uma retórica que desvinculava as violações sistemáticas da estrutura institucional que as tornava possíveis.

Ao realizarmos o levantamento de fontes na Hemeroteca Digital Brasileira, selecionamos as notícias de jornais que relacionaram Carvalho aos casos de tortura, todas publicadas no ano de 1965, período em que presidiu o IPM 709 atuando no estado da Guanabara, conforme sistematizado na tabela abaixo:

Tabela 1 – Notícias que vincularam Ferdinando de Carvalho aos casos de violações dos direitos humanos

Título	Periódico	Data
DOPS prende e faz sumir engenheiro	Correio da Manhã	11/02/1965
RP mantém presos sem culpa há oito meses	Última Hora	07/04/1965
Esposa de jornalista preso e torturado na DOPS denuncia à Nação: “coronel lança patriotas em cárceres de ladrões”	Última Hora	12/04/1965
Jornalista na DOPS: 23 dias de tortura	Última Hora	12/04/1965
Sargentos	Última Hora	13/04/1965
Esposa de jornalista denuncia atrocidades do Cel. Ferdinando	Luta Democrática	14/04/1965
Comprovadas sevícias contra o jornalista	Última Hora	14/04/1965
Cel. Borges: jornalista não foi espancado	Luta Democrática	15/04/1965
Exame desmente sevícias contra o jornalista	Tribuna da Imprensa	15/04/1965

Jornalista seviciado apresentará segunda-feira queixa-crime contra coronel do IPM. Borges admite torturas	Última Hora	17/04/1965
Torturado pelo DOPS	Luta Democrática	18/04/1965
Peri pergunta ao STM quantos inocentes sofrem pelos IPMs	Última Hora	24/04/1965
Venezuelano passou da DOPS para a PE	Última Hora	26/04/1965
Jornalista processa encarregado de IPMs	Luta Democrática	27/04/1965
Torturas envergonham o coronel	Última Hora	30/04/1965
Técnico da Petrobrás denuncia tortura	Última Hora	03/08/1965

Fonte: elaborada pela autora.

A Tabela 1 apresenta um recorte cronológico das notícias que vinculam Ferdinando aos casos de tortura, evidenciando a progressão discursiva e a repercussão midiática das denúncias entre fevereiro e agosto de 1965. A análise sequencial dos registros nos permitiu observar acusações crescentes: inicialmente, as publicações abordaram prisões arbitrárias, evoluindo para relatos explícitos de violência estatal, com a denúncia da esposa do jornalista e a comprovação de sevícias. Notamos também a estratégia de negação por parte das autoridades, com a *Tribuna da Imprensa* reproduzindo versões oficiais, em contraste com a persistência de denúncias em periódicos como *Última Hora* e *Luta Democrática*.

A primeira vinculação de Carvalho às violações dos direitos humanos foi feita pelo jornal *Correio da Manhã*, que denunciou a prisão do engenheiro Durval Miguel de Barros, mantido incomunicável sob responsabilidade do então coronel:

O DOPS, iniciando uma série de prisões sem autorização judiciária, prendeu e mantém incomunicáveis o engenheiro do Estado Durval Miguel de Barros, os srs. Roberto Bentes, José Danda Neto, João Alves da Fonseca, Hilton Lobato e Homero Nepomuceno. Familiares do engenheiro Durval de Barros informaram que ele foi preso no dia 2 por seis indivíduos que não se identificaram, apenas declinando a qualidade de agentes do DOPS. As respostas aos habeas corpus impetrados são de que os detidos estão à disposição do coronel Ferdinando de Carvalho, chefe do IPM que apura atividades do Partido Comunista do Brasil (DOPS prende [...], 1965, p. 8).

Segundo o relatório da CNV (2014), havia uma evidente negligência por parte das autoridades, inclusive do Poder Judiciário, em garantir os direitos básicos dos presos políticos. A demora na comunicação das prisões às instâncias judiciais ou o fornecimento de informações incompletas eram estratégias frequentes para prolongar ilegalmente o estado de incomunicabilidade dos detidos. Como aponta Osmo (2018), essa prática permitia que os presos permanecessem por meses sem assistência jurídica ou contato familiar, sendo transferidos entre diferentes locais de custódia. Essa irregularidade não apenas violava normas legais, mas também colocava em risco a integridade física e psicológica dos detidos, já que a ausência de

fiscalização externa facilitava a ocultação de marcas de tortura e outras violências. Dessa forma, a incomunicabilidade funcionava como um mecanismo de impunidade, ampliando a vulnerabilidade dos presos perante os agentes repressivos.

A persistência dessas violações revela um padrão de atuação das autoridades policiais e militares, que pode ser observado em casos como o de Mário Alves, Ivan Ribeiro e Francisco Leivas Otero, denunciado pelo jornal *Última Hora* em abril de 1965:

O jornalista Mário Alves e os Srs. Ivan Ribeiro e Francisco Leivas Otero continuam presos no Quartel da Radiopatrulha, onde se encontram há oito meses, com todos os prazos de prisão preventiva esgotados, desde a decretada pela 2ª Auditoria Militar de São Paulo, em outubro e pela 2ª Auditoria Militar da GB, em novembro. Além da ilegalidade da prisão, o IPM a que respondem não formalizou sequer o crime do qual são acusados, pois foram detidos simplesmente por terem seus nomes anotados nos chamados “Cadernos de Prestes”. Detidos há 8 meses à disposição do IPM coordenado pelo coronel Ferdinando de Carvalho, estão eles sendo mantidos sob prisão celular – reclusão – o que fere o Código Penal, o qual determinada essa espécie de prisão, até para condenados, por apenas 90 dias.

INCOMPETÊNCIA: Através de seus advogados, os três prisioneiros já levantaram a tese de incompetência dos tribunais militares para julgá-los, já que são civis e não puderam ser enquadrados devido à ausência de provas, em crimes contra a Lei de Segurança Nacional. Por sinal, por extensão, como alegam, já deveriam ter sido liberados, não fora a intransigência do Governador Carlos Lacerda e do Secretário de Segurança, Gustavo Borges. Acusados de figurarem nos “Cadernos de Prestes”, já foram liberados, anteriormente, o escritor Astrojildo Pereira, o Professor Mário Schenberg e Aldo Lins e Silva. Também através do seu advogado, o Sr. Ivan Ribeiro considerou “monstruosa” a determinação expressa do Governador Carlos Lacerda ao Coronel Gustavo Borges, para que mantenha os três prisioneiros em xadrez comum, sem direito à visita diária, alimentação de casa ou recreio, num desrespeito flagrante à lei regulamentada pelo então presidente Café Filho (RP mantém [...], 1965, p. 5).

A prisão de Alves, Ribeiro e Otero por oito meses exemplifica o descumprimento sistemático dos prazos legais para inquéritos que, segundo Mattos (2003), não deveria exceder sessenta dias. A ausência de acusação formal confirma que a detenção prolongada serviu a fins políticos, não jurídicos, reforçando o uso arbitrário do aparato legal como instrumento repressivo. Essa violação de prazos e direitos não se limitou a civis. Mesmo entre militares, como os sargentos Roil Noronha e Aldívio Almeida, a incomunicabilidade e a falta de justificativa legal foram utilizadas como táticas repressivas:

Os Segundos Sargentos paraquedistas Roil Noronha e Aldívio Almeida encontram-se presos há mais de 60 dias no Primeiro Batalhão da PE à disposição do coronel Ferdinando de Carvalho. Os dois militares encontram-se na mais rigorosa incomunicabilidade, não sendo permitidos contatos nem com o advogado, sendo que, apesar do tempo de prisão decorrido, ainda não foram ouvidos, nem as autoridades chegaram a justificar a prisão. Familiares dos Sargentos tomaram conhecimento da ameaça de transferência para a Fortaleza de Santa Cruz que pesa sobre eles, pelo que fizeram apelo às autoridades militares a fim de que seja esclarecido o caso, com a justificação da prisão. Idêntico apelo foi feito ao Ministro Mourão Filho, do STM,

relator do habeas corpus impetrado em favor dos dois sargentos (Sargentos, 1965, p. 3).

As denúncias ganharam força quando a esposa do jornalista José Fernandes Rêgo, Ida Rêgo, responsabilizou publicamente o coronel Ferdinando de Carvalho pelas torturas sofridas por seu marido durante os 23 dias de prisão incomunicável no DOPS da Guanabara. O caso teve ampla repercussão na imprensa, como atesta a reportagem de Iram Frejat, publicada no jornal *Última Hora* (Anexo A); e na edição de 14 de abril de 1965 do *Luta Democrática*:

Mediante habeas corpus concedido, na última sexta-feira, pelo Superior Tribunal Militar, foi solto o jornalista José Fernandes Rêgo, preso durante 23 dias nos cubículos do DOPS, à disposição do coronel Ferdinando de Carvalho, presidente do IPM do PCB, sob a acusação de pertencer ao Partido Comunista, e sua esposa, d. Ida Rêgo, com quem casara uma semana antes da prisão, revoltada com o barbarismo “cristão” com que foi o jornalista tratado no cárcere, desafia o militar a vir de público dizer que “o Exército brasileiro não se presta para torturar cidadãos e mutilá-los para arrancar confissões”. O desafio de d. Ida Rêgo, feito através de uma carta aberta ao coronel do IPM, Ferdinando de Carvalho, fundamentada no estado deplorável em que se encontra o seu marido, ao sair de uma das salas de tortura da Polícia Política tem o caráter de uma denúncia das mais sérias de quantas já se tem feito em defesa das liberdades humanas, desde 1º de abril de 1964, e reforça-se na constatação de dois profissionais da Medicina, os drs. Osvaldo de Moraes Andrade e José Viana Dias da Silva, que assistem à vítima do IPM no Sanatório de Botafogo (Esposa, 1965, p. 7).

O tom da denúncia se intensificou com a publicação da carta aberta de Ida Rêgo. Em um relato indignado, ela descreveu os maus-tratos sofridos pelo marido e desafiou publicamente o militar:

A carta da senhora Ida Rêgo, dada à divulgação num rasgo de revolta por tudo o que aconteceu é vasada nos seguintes termos: “Profundamente revoltada, dirijo-me a V. Sa., uma vez mais e desta vez publicamente, para responsabilizá-lo pelas indignidades praticadas contra meu esposo, jornalista José Fernandes Rêgo, preso em nossa residência no dia 19 de março último para ‘simples averiguações’ no DOPS. Ele foi preso ilegalmente, sem culpa formada, por ordem expressa do senhor, que assim assumiu inteira responsabilidade pela sua integridade física e moral. Somente hoje, ao vê-lo, após 23 dias de prisão incomunicável, pude bem compreender a razão de, até a mim, sua esposa, me ser negado o direito de avistá-lo no cárcere. É verdade coronel, razões de sobra existiam para que eu não visse o trapo humano que conseguiu sobreviver a tanta miséria e tanta ignomínia. Um homem que sempre pautou sua conduta, dentro de uma ética muito rígida, como podem atestar todos aqueles que o conhecem e com ele conviveram, portador de um diploma universitário, jornalista profissional, ex-diretor da Asapress, ex-colaborador do Diário de Notícias, do Observador Econômico e do Semanário, acreditava eu que sendo preso político, sob a guarda de um oficial do Exército brasileiro jamais seria colocado numa enxovia, numa cela infecta, inteiramente nu, durante vários dias, sofrendo maus tratos físicos e morais e dentre outras coisas a perda do dente incisivo superior num amistoso interrogatório. Gostaria, coronel Ferdinando, de vê-lo justificar-se à Nação das acusações que lhe faço de público, responsabilizando-o pelos maus tratos morais e físicos infringidos ao meu marido. O senhor está na obrigação moral de confessar ao povo brasileiro, na qualidade de um encarregado de um IPM instaurado pelo movimento vitorioso, permitiu por ação ou omissão que um preso político fosse submetido a todos os vexames de ordens físicas e morais por seus comandados. E está no dever de fazer isso coronel, para que tal crime não pareça à opinião pública ter sido

cometido pelas Forças Armadas, mas apenas por um dos seus membros que não teria sabido honrar a gloriosa farda do Exército brasileiro. Explique-se, coronel, para que eu não imagine que o senhor é apenas um chefe de uma malta de facínoras, de jagunços, e para que eu não diga ao meu filho preste a nascer que a lei neste País nada vale para quem tem o poder nas mãos e que a injustiça e torpeza comandam os atos dos que detêm esse poder como o senhor. Gostaria, ainda, de fazer um apelo ao seu pudor de oficial do Exército: desejaria que uma comissão da Cruz Vermelha Internacional, ONU e da Imprensa visitasse e interrogasse os presos políticos detidos no DOPS e à sua disposição e apresentem à Nação brasileira os resultados, para que fique definitivamente comprovado a que ponto chegou V. Sa. para obter ‘confissões’ de políticos presos pelo movimento de abril. Antes de terminar, saiba que estou possuída de justo orgulho: meu marido é um homem probo e digno. Entretanto V. Sa. está transformando os cárceres em calabouços de homens que amam o Brasil, patriotas autênticos, nacionalistas ardorosos empenhados na solução dos problemas da Nação, que estão sempre dispostos a sacrificar sua própria vida por nosso País. Vamos, coronel Ferdinando, prove à Nação que o senhor não pertence àquele piantel de touros avacalhados da canção carnavalesca e que o Exército brasileiro não acoberta tanta infâmia e tanta injustiça” (Esposa, 1965, p. 7).

Ao responsabilizar nominalmente o coronel Ferdinando de Carvalho, Ida Rêgo desafiou a impunidade vigente e exigiu uma resposta pública, questionando a legitimidade do próprio IPM. A referência à “obrigação moral” do militar sugere uma tentativa de apelar a valores que, em tese, deveriam guiar as FA, contrastando-os com a realidade da tortura. Paralelamente, o *Última Hora* documentou materialmente a violência. Em 12 de abril, o jornal detalhou as sevícias sofridas por José Fernandes Rêgo, tornando visível o que a ditadura buscava ocultar:

O jornalista José Fernandes Rêgo, libertado sábado último por força de habeas corpus concedido pelo Superior Tribunal Militar, foi internado logo após no Sanatório de Botafogo, por recomendação médica, em consequência das sevícias e torturas que lhe infligiram, durante os 23 dias que ficou preso na DOPS, à disposição do coronel Ferdinando de Carvalho. O jornalista apresentava a face direita bastante inchada, possivelmente em consequência de socos, sem um dente incisivo e com escoriações generalizadas no corpo. Estava barbado, com o cabelo grande e pesando menos 23 quilos. Falava com grande esforço, podendo informar à esposa, apenas, que levava socos e pontapés quase diários dos policiais Solimar, Boneschi e Amazonas. As frutas e as roupas limpas que sua esposa, Dona Ida Rêgo, levava todos os dias a prisão nunca lhe foram entregues. Dona Ida Rêgo, que é recém-casada com o jornalista (o casal chegou ao Rio no dia 18 de março, em lua-de-mel), disse que os policiais desejavam que José Fernandes incriminasse os Srs. Hélio de Almeida, Ermirio de Moraes e Fernando Gasparian, de nada adiantando suas declarações de que só os conhecia de fotografia, “pois novos socos o faziam calar” (Jornalista [...], 1965, p. 2).

A descrição detalhada das condições físicas de José Fernandes Rêgo após sua libertação reforça a brutalidade empregada pelos órgãos repressivos. O fato de sua esposa ter sido impedida de vê-lo durante os 23 dias de prisão sugere uma tentativa de ocultação das sevícias sofridas, estratégia comum em regimes ditatoriais para evitar a divulgação de abusos. Além disso, a menção aos policiais envolvidos – Solimar, Boneschi e Amazonas, citados na lista de

torturadores do BNM³⁴ – e a pressão para que Rêgo incriminasse Hélio de Almeida, Fernando Gasparian e Ermirio de Moraes revelam a dimensão política da perseguição, na qual a tortura era utilizada como instrumento de coerção e fabricação de culpados.

Conforme argumentam Brunelo e Diniz (2024, p. 336), “o emprego das sevícias possuía uma finalidade bastante concreta que era forçar os presos e as presas a fornecerem informações que eram de interesse da polícia política”. A tortura, portanto, servia como um mecanismo de controle político, no qual a dor era instrumentalizada para fins repressivos. Essa prática não se limitava à violência física, mas também incluía danos psicológicos, como evidenciado no laudo médico do Sanatório de Botafogo, noticiado pelo *Último Hora*:

José Fernandes Rêgo foi examinado ontem, detidamente, por uma equipe de três legistas do Instituto Médico Legal, chefiado pelo Dr. Valterlino. Os médicos constataram a perda de um dente incisivo e a face esquerda inchada, comprovando os espancamentos sofridos pelo jornalista na DOPS, de onde saiu há uma semana, após 23 dias de prisão incomunicável. O advogado Leôncio de Aguiar Vasconcelos disse não saber quem enviou os legistas para examinar o seu constituinte, acrescentando que “a família está satisfeita com o fato, pois nós íamos tomar mesmo providências neste sentido, por ocasião da apresentação da queixa-crime, na 5ª DD, contra o coronel Ferdinando de Carvalho”. No laudo médico do Sanatório de Botafogo, elaborado no dia em que o jornalista foi internado, sábado último, consta que ele apresentava “neurose reacional, devido a maus tratos físicos e psíquicos” (Comprovadas [...], 1965, p. 5).

Entretanto, em declaração à imprensa, o secretário de Segurança, coronel Gustavo Borges, negou que José Fernandes Rêgo tivesse sofrido torturas:

Em entrevista que concedeu ontem à Imprensa, o coronel Gustavo Borges, secretário de Segurança, afirmou categoricamente que o jornalista José Rêgo não foi espancado nos cárceres do DOPS, no inquérito que respondeu sob a responsabilidade do coronel Ferdinando de Carvalho. O homem de imprensa foi examinado pelos médicos legistas Valterlino Gomes da Silva e Eudes Mesquita Martins, que constataram que os espancamentos eram frutos de sua imaginação. Ele – adiantou o coronel Gustavo Borges – está usando uma tática muito vergonhosa, deixando que a mulher fale por ele. Os comunistas, em última análise, têm deformações mentais, com uma imaginação muito fértil. O secretário de Segurança reafirmou que o jornalista apenas respondeu a dois IPMs, o primeiro por suas atividades no Partido Comunista e o segundo por suas atividades no ISEB. Sobre as notícias de que o jornalista teria sido abandonado no xadrez por “esquecimento”, teceu os seguintes comentários: “o nosso interesse é de que o preso sobreviva e deixe a prisão com suas atividades esclarecidas. Não somos nenhum idiota para deixarmos um preso no xadrez” (Cel. Borges [...], 1965, p. 2).

³⁴ O pesquisador Marcos Gonçalves destacou que Carlos Marighella denunciou, precocemente, a instalação do terror de Estado e a perseguição sistemática aos opositores, identificando nominalmente os torturadores com os quais teve contato: “Sérgio Alex Toledo de Castro, Solimar Moura Carneiro e José Paulo Boneschi, agentes vinculados ao CENIMAR e ao DOPS da Guanabara” (Marighella *apud* Gonçalves, 2024, p. 198). Solimar e Boneschi foram responsáveis pelas sevícias sofridas por José Fernandes Rêgo e outros presos políticos que estavam sob custódia de Ferdinando de Carvalho, inclusive o próprio Marighella.

A tentativa de descredibilização das sevícias sofridas por José Rêgo, bem como da denúncia veiculada por sua esposa à imprensa, deve ser interpretada como uma das estratégias sistemáticas utilizadas durante a Ditadura de Segurança Nacional para conferir aparência de legalidade às práticas de repressão violenta.

No mesmo dia, o jornal *Tribuna da Imprensa* noticiou que o coronel Borges pretendia processar Ida Rêgo, esposa do jornalista, por calúnia, argumentando que suas denúncias faziam parte de uma tática para proteger seu marido de possíveis sanções internas no Partido Comunista. Paralelamente, tornava público o laudo médico que respondia negativamente a todas as hipóteses de lesão corporal ou de violência, inclusive à perda de um pivô dentário, atribuída a “causas naturais” por um dentista convocado:

O coronel Gustavo Borges, secretário de Segurança, vai processar a sra. Ida Rêgo, mulher do jornalista José Fernandes Rêgo, pelas declarações que fez à imprensa, afirmando que o marido sofreu violências enquanto esteve preso nas dependências da DOPS, por ter o exame de corpo de delito realizado por peritos do IML, a pedido do coronel, constatado serem falsas aquelas acusações. Ao distribuir à imprensa o auto do exame de corpo de delito, assinado pelos peritos Valterlino Gomes da Silva e Eudes Mesquita Martins, o coronel Gustavo Borges afirmou que as declarações de d. Ida fazem parte de um jogo “que está sendo feito por ela para que José não sofra censuras dentro do próprio Partido Comunista, por ter delatado seus amigos”.

“O jornalista esteve detido na DOPS por determinação do IPM presidido pelo coronel Ferdinando de Carvalho e não foi preso pela nossa polícia. Como o Exército não tem acomodações, vez em quando nos solicita os xadrezes para manter presas as pessoas implicadas em processos decorrentes da Revolução de abril. O PC usou de uma nova tática ao utilizar a mulher do jornalista, que divulgou fatos inverídicos numa carta que diz ter enviado ao coronel Ferdinando: em geral, quando os presos políticos deixam os Quartéis do Exército dizem que foram bem tratados e tudo o mais; quando é na DOPS, afirmam que foram espancados e coisas assim” – afirmou o coronel Borges. “Como não existem candidatos nas Forças Armadas a postos eletivos, e estando a DOPS subordinada ao governador da Guanabara, que é candidato, o processo é desmoralizar a polícia, a fim de, com isso, tirar proveitos numa campanha contra a eleição do sr. Carlos Lacerda” – explicou.

CARTA E LAUDO: A carta aberta ao coronel Ferdinando de Carvalho, distribuída pela sra. Ida Rêgo à imprensa, afirmava que o jornalista José Fernandes Rêgo, preso durante 23 dias na DOPS, ficara vários dias inteiramente despido numa cela de tamanho e condições desumanas, tendo sofrido violências físicas e morais durante os interrogatórios, inclusive a perda de um dente. A mulher do jornalista responsabilizava o coronel Ferdinando de Carvalho pelo mau tratamento recebido pelo prisioneiro, pedindo ainda que fosse divulgado o depoimento deste ao coronel Gérson de Pina – cujo comportamento elogia. Os legistas, no laudo do exame feito no jornalista, que se encontra internado no Sanatório de Botafogo, em tratamento de sonoterapia, respondem negativamente a todas as perguntas: se houve ofensa à integridade corporal ou à saúde do paciente; qual o instrumento ou meio que produziu a ofensa; se foi produzida por meio de veneno, fogo, explosivo, asfixia ou tortura ou por outro meio insidioso ou cruel; se resultou incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias; se resultou perigo de vida; se resultou incapacidade permanente para o trabalho, ou enfermidade incurável, ou deformidade permanente. Quanto à perda do dente, um pivô, os peritos, que no exame se fizeram acompanhar do dentista Filadelfo de Arruda Câmara, afirmam que se deveu a um “deslocamento

da respetiva raiz, o que ocorre frequentemente, independente de qualquer choque traumático” (Exame [...], 1965, p. 4).

Essa ofensiva discursiva insere-se em uma lógica mais ampla de construção da autoridade estatal sobre os sentidos da verdade. No entanto, a tentativa de estabelecer uma narrativa única e legítima foi rapidamente contestada pela imprensa oposicionista. Poucos dias depois, o jornal *Luta Democrática* publicou uma reportagem que questionou a credibilidade dos laudos oficiais, evidenciando as contradições entre os exames realizados por médicos ligados à estrutura estatal e os pareceres de profissionais da medicina privada. Esse embate entre versões médicas expôs o papel desempenhado por médicos leigos na legitimação da violência repressiva:

Medicina oficial contra medicina privada, é o que o público está assistindo, no episódio das torturas aplicadas pelo DOPS ao jornalista José Fernandes Rêgo. Os médicos da Polícia, Valterlino Gomes e Eudes Martins, dizem que “o preso nada sofreu”. E agora, José... “Hipoamnésia seletiva (não se recorda de determinados fatos e muito dificilmente consegue recordar-se de certas pessoas); instabilidade de atenção; juízo crítico parcialmente prejudicado”; e, mais adiante, afirma o laudo que “subitamente chora bastante e começa a balbuciar: eles vão me matar, eles vão me matar... vocês aqui vão me trancar em celas escuras?”. Em flagrante contradição com este laudo os médicos da Polícia examinaram o jornalista José Fernandes Rêgo, quatro dias depois de ser solto, “constatando” que a vítima nada tinha sofrido nas mãos dos seus carcereiros. Argumenta, a respeito, a esposa do jornalista, que os referidos médicos são funcionários da Secretaria de Segurança, mas “alguém tem que se explicar sobre o estado deplorável em que se encontra meu marido, e uma das duas Medicinas está agindo de má-fé”. Por outro lado, na expectativa do encontro de d. Ida Rêgo com o governador Carlos Lacerda, o coronel Gustavo Borges, secretário da Segurança da Guanabara, prometeu punir os policiais, Solimar e Boneschi, se ficar comprovado o barbarismo praticado contra o jornalista, bem como todos os que estiveram envolvidos nas torturas tradicionais dos cárceres da DOPS. Ainda a propósito da escandalosa denúncia em torno de mais esse crime inominável, praticado em nome da Revolução e do “combate ao comunismo”, o advogado do jornalista, deputado federal Odir Araújo, declarou que está colhendo todo o material para apresentar, amanhã, na Justiça da Guanabara, queixa-crime contra o coronel Ferdinando de Carvalho, encarregado do IPM que indica o mais recente torturado da DOPS (Torturado [...], 1965, p. 2).

Mais do que um confronto entre versões antagônicas – a da vítima e a do Estado –, o que se evidencia é a materialização de um aparato repressivo que operava por meio de uma rede institucional conivente. Enquanto o coronel Borges acusava Ida Rêgo de mentir com o intuito de “desmoralizar a polícia”, os laudos médicos cumpriam o papel de silenciar evidências materiais da tortura, reforçando a instrumentalização da medicina legal para garantir impunidade através da emissão de “atestados que validavam a versão de que a vítima não foi torturada, desresponsabilizando agentes e instituições perpetradores de violações” (Assumpção, 2023, p. 277). Essa lógica, longe de constituir uma exceção, revelava-se estrutural, sustentada

pela cooperação entre os aparelhos de segurança pública, as FA e setores da saúde, que transformavam o corpo do preso político em campo de violência institucionalizada.

Como destacam os pesquisadores César Guerra Chevrant e Gilberto Hochman (2024, p. 4), os médicos legistas, em sua maioria vinculados aos Institutos Médico Legais estaduais, “eram responsáveis por conferir aparência de legalidade aos crimes cometidos por agentes públicos a serviço da ditadura”, contribuindo para a impunidade dos perpetradores e a manutenção da lógica repressiva, abandonando deliberadamente os princípios éticos da medicina, especialmente o compromisso com a dignidade humana e a integridade física e psíquica do paciente.

Essa estrutura de negação sistemática, sustentada por laudos médicos e discursos oficiais, refletia-se nas declarações do coronel Gustavo Borges:

O Secretário de Segurança da Guanabara, coronel Gustavo Borges, disse ontem à imprensa, a propósito das torturas físicas e mentais infligidas por agentes da DOPS ao jornalista José Fernandes Rêgo, que, caso constatada a veracidade de denúncia de espancamento sofrido pelo profissional de imprensa, demitirá todos os implicados, como aconteceu no episódio do advogado Clodomir Moraes e Célia Lima, seviciados por elementos da Invernada de Olaria. O Secretário de Segurança já admite, assim, a hipótese de que o jornalista tenha sido seviciado na DOPS. Ressaltou, porém, o coronel Borges que a esposa do jornalista, dona Ida Rêgo, deveria deixar de dar entrevistas a jornais e, sim, apresentar a queixa-crime na Justiça contra os que afirmou serem responsáveis pelo espancamento do Sr. José Fernandes Rêgo. Acrescentou que irá, pessoalmente, consultar psiquiatras sobre o quadro clínico oferecido pelo Sanatório de Botafogo para saber “as possíveis causas do estado psíquico em que se encontra o jornalista”. O advogado do Sr. José Fernandes Rêgo, Deputado Federal Odir Araújo, informou que está colhendo todo o material para a apresentação, provavelmente na segunda-feira, de queixa-crime na Procuradoria da Justiça da Guanabara contra o coronel Ferdinando de Carvalho, encarregado do IPM sobre atividades subversivas, sob cuja guarda se achava o jornalista, e demais responsáveis pelos maus tratos físicos e mentais a que foi submetido seu constituinte durante 23 dias (Jornalista seviciado [...], 1965, p. 1).

Ao mesmo tempo em que não descartava completamente a possibilidade de violência, seu tom ambivalente entre a ameaça de punição aos agentes e a insistência em deslegitimar os relatos de Ida Rêgo, revelava a duplicidade do aparato repressivo: a tortura era ao mesmo tempo praticada e ocultada por mecanismos institucionais. A sugestão de que o estado psíquico do jornalista poderia ter outras causas, por exemplo, reiterava a já analisada instrumentalização da medicina legal, transformando até mesmo os diagnósticos em ferramentas de descrédito.

O *Luta Democrática* destacou a resistência das vítimas, ao noticiar o avanço da queixa-crime contra Ferdinando de Carvalho e outros agentes da repressão:

Em entrevista ontem concedida à Imprensa, o advogado Odir Araújo, patrono do jornalista José Fernandes Rêgo, que afirma ter sido espancado no DOPS, informou que já deu entrada na 22ª Vara Criminal da queixa-crime que seu constituinte fez

contra o coronel Ferdinando de Carvalho, encarregado de um dos vários IPMs que estão se processando na Guanabara. Além do coronel Ferdinando, foram também indiciados os policiais Solimar, Boneschi e Amazonas. A esposa do jornalista, sra. Ida Rêgo, que também esteve presente à entrevista, disse que seu marido sofreu privações de toda ordem, só não ficando perturbado mentalmente devido ao fato de ter sido internado a tempo no Sanatório Botafogo. Assim mesmo está em estado de fraqueza, necessitando de cuidados especiais.

BOBAGENS: Sobre a declaração do coronel Gustavo Borges no sentido de que o jornalista não foi espancado no DOPS, Ida Rêgo disse que foi “uma bobagem” essa afirmação, pois a lesão não precisa ser aparente. Os casos psíquicos são considerados lesões (Jornalista processa [...], 1965, p. 2).

A fala de Ida Rêgo desarticula o discurso oficial ao evidenciar que os danos psíquicos, ainda que invisíveis, constituíam-se como formas de violência tão graves quanto as agressões corporais. Sua intervenção sublinha a discrepância entre o discurso institucional, orientado para a minimização dos abusos, e a experiência concreta dos presos políticos, cujos corpos e psique materializavam os efeitos da violência de Estado.

O caso em questão não pode ser compreendido como um episódio isolado, mas como expressão de um mecanismo repressivo sistêmico, no qual até mesmo instituições médicas desempenhavam um papel na legitimação da violência. A violência estatal, portanto, transcendia o momento da agressão direta, atingindo também familiares e redes de apoio, como demonstra o sofrimento de Ida Rêgo, confrontada com a impotência diante da dor do marido.

Ademais, a tortura psicológica configurava-se como estratégia deliberada para a desestabilização subjetiva dos detidos, levando muitos a falsas confissões ou à delação sob o efeito da “alienação total do próprio corpo” (Moreira, 2021, p. 247). Nesse sentido, seu objetivo ultrapassava a extração de informações, visando à destruição da autonomia psíquica e política da pessoa, convertendo a dor em mecanismo de dominação. A denúncia apresentada pela esposa de José Fernandes Rêgo expõe a brutalidade do regime ditatorial já em seus anos iniciais e revela a situação das vítimas que, mesmo fragilizadas, mobilizaram recursos jurídicos e midiáticos em busca de justiça.

Após a repercussão do caso de José Rego, as denúncias se tornaram mais assertivas. O jornal *Última Hora* noticiou a indignação do ministro Peri Bevilacqua em relação a Carvalho:

Estamos vendo um Estado policial se criando entre nós, à sombra da Justiça Militar. Quantos cidadãos estarão encarcerados ilegalmente em prisões civis, à disposição de IPMs? – com estas palavras, o Ministro Peri Bevilacqua sugeriu, ontem, ao STM, o envio de uma representação ao Ministério da Guerra, pedindo providências no sentido de evitar abusos dos encarregados de inquéritos policiais-militares. A proposição do Ministro surgiu quando ele justificava o seu voto, no julgamento do habeas impetrado em favor do médico Ulisses Mota de Aquino. Segundo Peri, o fato de haver cidadãos presos irregularmente “está comprometendo a justiça militar”. Sua proposta, no entanto, foi vencida por quatro votos contra três e o habeas foi considerado

prejudicado, pois o paciente, preso em Niterói no dia 25 de fevereiro, depois de passar pelo DOPS, onde esteve à disposição do coronel Ferdinando de Carvalho, foi libertado.

CÓPIA AO MINISTRO: Ainda na votação, o Ministro Ribeiro da Costa sugeriu o envio, pelo STM, de uma cópia da declaração de voto de Peri ao Ministro da Guerra, no que foi apoiado pelo Sr. Romeiro Neto. O Ministro Lima Brainer manifestou-se contrário à proposta do Ministro-General, fazendo a defesa do coronel Ferdinando de Carvalho e dos encarregados de inquéritos, “pois todos são oficiais superiores, incapazes de se mancomunar com elementos da política para a prática de violências”. Já no final da sessão, o Ministro Peri Bevilacqua acusou o recebimento acusou de um ofício do coronel Ferdinando, no qual este explicava ter enviado ao I Exército o expediente do Ministro Peri Bevilacqua, pedindo indicações da portaria que o havia nomeado para encarregado daquele IPM e cópia do decreto de prisão preventiva do paciente.

PORTUÁRIO SOLTO: O líder sindical Manuel Jerônimo Dias, também preso a disposição do coronel Ferdinando de Carvalho, ganhou habeas corpus no STM por seis votos contra um, sendo o voto vencido o do Ministro Lima Brainer. Segundo as informações do encarregado do IPM, o paciente é militante do Partido Comunista e deveria continuar preso, a fim de prestar depoimento nas investigações em torno de “subversão” na orla marítima. O Ministro Murgel de Rezende, relator, concedeu o habeas por incompetência da Justiça Militar e o Ministro Ribeiro da Costa, justificando o seu voto, disse conceder, também, por abuso de autoridade, especialmente do coronel Ferdinando de Carvalho, “o qual tem trazido ao Tribunal uma série de habeas corpus, sem ter autoridade para prender os pacientes, uma vez que o Código de Justiça Militar define claramente quais as autoridades que podem determinar a prisão de civis”. O General Peri Bevilacqua concedeu o habeas corpus por “incompetência do foro, excesso de prazo de incomunicabilidade, inadequabilidade do local da prisão e abuso das autoridades”, lembrando que a imprensa tem denunciado, inclusive, espancamento e maus tratos sobre presos (Peri pergunta [...], 1965, p. 3).

Os casos de Ulisses Mota de Aquino e Manuel Jerônimo Dias ilustram o uso arbitrário do aparato repressivo pela ditadura, marcada por prisões ilegais, abusos de autoridade e supressão de direitos. A denúncia do ministro Peri Bevilacqua sobre um “Estado policial” em formação evidencia a normalização dessas práticas, apesar da resistência de setores do STM, como Lima Brainer, que defendiam a atuação de figuras como Ferdinando de Carvalho.

Essa dinâmica confirma a tese de José Rubens Mascarenhas de Almeida (2024, p. 30) sobre o terror de Estado, que combinava repressão física com a “eliminação das garantias individuais e coletivas, a cassação de mandatos e direitos, a censura e proibição, que conferiam a seus agentes policiais e militares o poder de sequestrar, torturar, matar e promover desaparecimentos forçados”. A concessão tardia de *habeas corpus* no caso de Manuel Jerônimo, liberado por “incompetência da Justiça Militar” e “abuso de autoridade”, revela um sistema que tolerava excessos até que fossem judicialmente insustentáveis.

A postura de Carvalho, que frequentemente ignorava as normas do Código de Justiça Militar ao deter civis, exemplifica como a violência estrutural, monopolizada pelo Estado, servia a interesses políticos das classes dominantes. A imprensa denunciava os abusos, mas a

impunidade persistia, reforçando a instrumentalização do terror estatal para controle social (Almeida, 2024).

O relato publicado pelo *Última Hora* em 26 de abril de 1965 revela a atuação articulada dos órgãos de repressão durante a ditadura militar. O testemunho do sargento Erodílio Barreto da Silva confirma a prática sistemática de tortura e as transferências coordenadas entre o DOPS e o Quartel da Polícia do Exército:

O ex-pracinha, Sargento Erodílio Barreto da Silva, que esteve preso no Quartel da PE até sexta-feira passada, disse a UH que o estudante venezuelano José Cremonese, dado como desaparecido pelas autoridades policiais e militares, está preso no Quartel da PE, para onde foi transferido dos cárceres da DOPS, juntamente com todos os presos que ali se encontravam. O sargento Erodílio, que também estava preso na DOPS, declarou que os presos foram transferidos para a PE depois que UH denunciou as sevícias que foram praticadas contra o jornalista José Fernandes Rêgo. Acrescentou que no dia em que foi libertado da PE o estudante venezuelano estava sendo encaminhado para mais um interrogatório. Afirmou o sargento Erodílio que no dia 29 de março passado foi preso pela quarta vez, após a “revolução”, e encaminhado para a DOPS. O sargento afirma que estava doente, na ocasião, porque tem neurose de guerra e sofre do estômago, mas os detetives Amazonas e Boneschi, da DOPS, não aceitaram suas ponderações e o levaram para a cela número 11 da Rua da Relação, que mede 1,75m por 1,20m, onde já encontrou mais três outros presos. Declara que na cela ao lado estava o jornalista José Fernandes Rêgo, que lhe pareceu aterrorizado e muito acabado fisicamente. “Só não fui espancado pelo detetive Solimar, na DOPS, porque aleguei minha condição de militar e ex-pracinha, mas sofri as piores torturas mentais, das quais ninguém escapa. Também passei fome, porque durante todo o tempo que estive preso só serviam dois lanches por dia e um almoço, que quase sempre está podre. Fui interrogado sobre bombas, a respeito de meus possíveis conhecimentos sobre a fronteira do Brasil com o Uruguai e muitas outras coisas, que para mim não tinham qualquer nexo”, disse o sargento Erodílio. Afirmo o ex-pracinha que como nada pudesse incriminá-lo na DOPS ou no Exército, ele foi solto na sexta-feira, mas antes foi obrigado a assinar um termo, na presença do coronel Ferdinando de Carvalho, afirmando que não havia sofrido qualquer violência (Venezuelano [...], 1965, p. 2).

O caso corrobora o diagnóstico da CNV (2014), que identificou uma estrutura repressiva sustentada por rotinas burocráticas, com equipes especializadas e turnos contínuos de interrogatório. Essas instituições atuavam em rede, compartilhando informações e mantendo grupos dedicados à prática sistemática da tortura. A organização demonstra que a violência não constituía um desvio pontual, mas um mecanismo orgânico do sistema, projetado para gerar medo, silenciar opositores e extrair confissões frequentemente infundadas (Osório, 2018).

Já a reportagem publicada no dia 30 pelo mesmo periódico revela a cumplicidade de agentes repressivos estrangeiros e expõe as estratégias discursivas utilizadas pelas autoridades para mitigar sua responsabilidade diante de denúncias de violações de direitos humanos:

O estudante de Direito venezuelano José Jesus Cremonesi, que foi preso pela DOPS e mantido incomunicável 47 dias, disse, ontem, a UH, que o Coronel Ferdinando de Carvalho lhe havia pedido, por ocasião de sua soltura, que não fizesse declarações aos jornais, “porque se sentia envergonhado pelo tratamento que a DOPS lhe deu, durante

o tempo em que esteve à sua disposição”. Alegou que muitas torturas eram feitas às suas costas, sem o seu conhecimento e autorização. O estudante venezuelano foi preso no dia 10 de março, no aeroporto do Galeão, quando em trânsito para o seu país. O motivo da prisão, efetuada pelos agentes da DOPS, era a de que o estudante poderia ser um “agente do comunismo internacional, e que pretendia agir no Brasil”. Como prova, se basearam em dois livros de filosofia que ele trazia em seu poder, e que foram considerados “subversivos”, embora as obras apreendidas pudessem ser encontradas em qualquer boa livreria da Cidade ou, presentemente, na Feira do Livro, na Cinelândia.

A PRISÃO: Revelou o estudante José Jesus Cremonesi que no dia 9 desembarcou no aeroporto do Galeão, em trânsito para a Venezuela. Como o avião que o levaria para seu país só sairia no dia seguinte, pela manhã, deixou as suas malas, um casaco de lã e dois livros, em uma das seções do aeroporto. No dia seguinte, quando foi apanhar a bagagem, foi detido por oito policiais que o levaram para a DOPS, acusado de ser agente do comunismo internacional, já que havia permanecido algum tempo em Havana, por conta de uma bolsa de estudos.

AS TORTURAS: Chegando à Delegacia de Ordem Política e Social, o estudante foi logo fichado como comunista e interrogado por um inspetor. Revelou também que, logo no dia seguinte, começou o seu martírio, quando pela manhã, o agente Solimar lhe deu socos e pontapés, deixando-o completamente nu, na cela nº 13 do DOPS, mais conhecida pelos presos políticos como “ratão”, por causa dos ratos. As paredes estão totalmente esburacadas e nelas as baratas se alojam, já que a cela não possui qualquer tipo de iluminação. O encarregado dos cubículos, detetive Amazonas, depois de torturá-lo, costumava lhe levar frutas, que eram rejeitadas pelo preso.

AGENTE DA “CIA”: – Aos oito dias de minha prisão – continuou o venezuelano – fui visitado por um cubano de Miami, que se dizia agente da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos. Disse que sua presença ali era descobrir as minhas vinculações com o Governo de Fidel Castro, e quais os planos que eu tinha para agir no Brasil. Contou também o estudante José Jesus Cremonesi que o tal agente, que se identificava pelo nome de “Ricardo”, o interrogou 43 vezes nos 33 dias em que esteve preso no DOPS, utilizando técnicas psicológicas de interrogatório, como também métodos de terrorismo emocional, com o objetivo de levá-lo ao desespero (Torturas [...], 1965, p. 5).

Ferdinando de Carvalho emerge no discurso como uma tentativa de dissociação da responsabilidade direta pelos atos de tortura cometidos. Segundo Cremonesi, Carvalho demonstrou surpresa e constrangimento ao tomar conhecimento das denúncias contra o agente Solimar, chegando a declarar-se “envergonhado” com os métodos empregados pela DOPS:

Revelou também o estudante venezuelano que o seu tratamento melhorou no Quartel da Polícia do Exército, na Rua Barão de Mesquita, onde foi submetido a exame médico, que lhe negaram quando da permanência no DOPS. – Na Polícia do Exército – confirmou José Jesus Cremonesi –, só fui interrogado uma vez pelo agente da CIA, que me mostrou numerosos telegramas, alegando que constantemente ele se comunicava com seus companheiros espalhados por outros países, e que estavam todos muito bem-informados de minhas ligações com o Governo de Havana, e os meus planos para agir no Brasil, e em outros países da América Latina.

FICOU VERMELHO: Contou também que, às 22h de sexta-feira passada, foi convidado, no quartel da PE, a comparecer ao 1º andar da corporação, quando então foi apresentado ao coronel Ferdinando de Carvalho, de quem se encontrava à disposição, preso na DOPS. O coronel o tratou amavelmente, fazendo-lhe algumas perguntas e procurando conhecer dados pessoais. No momento em que interrogava o

estudante, entrou na sala o agente Solimar, que foi prontamente acusado pelo preso, de o haver submetido a torturas, quando se achava na DOPS. O políciu corou e ficou confuso na frente do oficial, diante da revelação inesperada. A fim de que os ânimos não se exaltassem, o coronel Ferdinando de Carvalho resolveu levar o estudante para outra sala, enquanto conversava rapidamente com o agente.

ENVERGONHADO: Regressando 20 minutos depois, o coronel Ferdinando de Carvalho confessou-se envergonhado com o tratamento dado pela DOPS aos presos políticos, alegando que a maioria dos fatos ocorridos com as pessoas detidas sob sua responsabilidade naquela dependência policial, eram feitos sem sua autorização e conhecimento. O coronel pediu então ao estudante que confirmasse as acusações por escrito, pedindo logo em seguida a um datilógrafo que anotasse seu depoimento, que foi assinado pelo coronel e pelo acusado, revelando as torturas na DOPS. Ao se despedir do venezuelano, pediu que não desse declarações aos jornais, pois a maioria da imprensa costumava fazer especulações que lhe eram prejudiciais, apresentando-o sempre como o responsável pelas torturas praticadas na DOPS (Torturas [...], 1965, p. 5).

Ainda que o posicionamento de Carvalho possa ser interpretado como uma estratégia para preservar sua imagem pública, especialmente frente à imprensa, é revelador que o coronel tenha solicitado a formalização do depoimento por escrito, atitude que contrasta com a prática recorrente de encobrimento dos abusos cometidos. No entanto, ao pedir ao estudante que não falasse com os jornais, alegando que a imprensa distorcia os fatos, o coronel revela ambiguidade entre a tentativa de reparação simbólica e o esforço de contenção dos danos à sua reputação institucional.

Esse episódio revela as tensões internas entre diferentes esferas do aparato repressivo e evidencia os limites do controle exercido por oficiais de patente diante de práticas violentas naturalizadas no cotidiano dos porões do regime. A aparente dissonância entre o discurso do coronel e os métodos adotados por seus subordinados reforça a ideia de que a repressão, embora sistemática, não se dava sem atritos e negociações internas. A menção à vergonha e ao pedido de silêncio indicam uma consciência parcial das ilegalidades cometidas, ao mesmo tempo em que reforçam os mecanismos de silenciamento impostos às vítimas.

A análise do caso de Cremonesi permite, portanto, compreender a lógica da repressão política não apenas a partir dos atos violentos em si, mas também pelos discursos justificatórios, tentativas de dissociação e práticas de apagamento que os acompanhavam. A denúncia pública e a reação de Carvalho demonstram um momento de fricção entre a máquina repressiva e sua representação institucional, em um contexto em que a luta contra o comunismo era usada como justificativa para a suspensão e violação de direitos.

A carta-denúncia do técnico da Petrobrás Roberto Machado Mairinque, publicada no jornal *Última Hora* em agosto de 1965, reforçou os métodos violentos empregados pela DOPS e vinculou diretamente as arbitrariedades ao coronel Ferdinando de Carvalho. Essa foi mais

uma associação pública entre o militar e as violações dos direitos humanos que, no entanto, não resultou em sua responsabilização, evidenciando a impunidade estrutural que marcou a repressão política no período:

O técnico da Petrobrás Roberto Machado Mairinque, que está preso desde 8 de junho e se acha atualmente no Primeiro Batalhão de Guardas, dirigiu carta-aberta aos Ministros do Superior Tribunal Militar, onde já lhe foi negado um habeas corpus, denunciando as torturas que sofreu na DOPS e pedindo garantias de vida ao Presidente Castelo Branco para si e para sua família. A carta de Roberto Machado Mairinque, escrita no cárcere, é a seguinte: “Fui preso no dia 8 de junho e levado para a Seção de Atividades Antidemocráticas da DOPS. Ao tentar entrevistar-me, minha esposa soube que eu estava à disposição do coronel Ferdinando de Carvalho, o qual determinara minha prisão e de outras pessoas. Consequentemente, as arbitrariedades cometidas contra mim são de responsabilidade do coronel Ferdinando. Inicialmente, houve invasão no meu domicílio. Na DOPS, fui submetido a uma série de torturas físicas e psicológicas. Passei uma madrugada nu, equilibrando-me em cima de uma lata, com peso em uma das mãos, fazendo ginástica, enquanto um enorme ventilador funcionava dirigido para minhas costas. Interrogatórios intermináveis, dia e noite, com constantes xingamentos. Durante as torturas, alimentação era de acordo com o que os presos falassem. Se dissessem o que eles queriam, tinham direito a um copo de café com sanduíche. Caso contrário, passavam fome”.

FARSA: “Desejavam montar uma farsa” – diz o técnico da Petrobrás. “Queriam que fossem denunciados grupos econômicos, militares, estudantis e sindicais de uma organização que não existe. Queriam, também, os nomes dos comunistas da Petrobrás do Rio, Pará e outros Estados por onde viajei como técnico da Petrobrás, montando estações de rádio nas unidades desta empresa estatal. Evidentemente, não poderia falar sobre coisas e a respeito de pessoas que não conheço. Após dias de torturas, devido ao esgotamento nervoso e à insuportável alimentação fornecida aos presos (uma refeição diária), não pude alimentar-me durante os 11 dias que estive na DOPS, passando apenas a pão e café, durante este período”.

UMA VÍTIMA: “Minha primeira refeição foi feita no 1º Batalhão de Guardas – prossegue Roberto Mairinque –, para onde fui transferido no dia 18 de junho, sendo que nesta unidade militar os presos políticos são bem tratados. Com exceção do engenheiro Ubirajara Munis, todos que se achavam presos na DOPS, foram transferidos para o 1º BG e posteriormente libertados. O engenheiro foi libertado na própria DOPS, à noite, e levado à sua residência, pois tão visíveis eram as consequências das torturas a que foi submetido, que era evidente que aquela unidade militar não receberia um preso político naquelas condições”.

APELO AO STM: “Meu domicílio foi invadido por policiais da DOPS – assinala – que levaram gaveta de armário, documentos de interesse particular, livros e outros pertences pessoais, que até hoje não foram devolvidos. Venho solicitar aos Srs. Ministros do Superior Tribunal Militar que intercedam junto às autoridades coatoras no sentido de minha libertação, fazendo cumprir as leis e regulamentos, pois estou preso há mais de 50 dias. Com base nos princípios consagrados na Declaração dos Direitos do Homem, da qual o Brasil é signatário, solicito garantias de vida ao Marechal Castelo Branco, Presidente da República, para mim e minha família” (Técnico [...], 1965, p. 4).

A correspondência entre o testemunho de Mairinque e os relatos anteriores permite observar um padrão institucionalizado de violência, no qual a responsabilização hierárquica pelos abusos era constantemente diluída. Como aponta a pesquisadora Cynthia Sarti (2019, p.

509), “o reconhecimento da experiência de violência por parte do outro torna-se uma condição de possibilidade da elaboração da violência sofrida. Nos casos da violência política, [...] está relacionada ao lugar que os acontecimentos adquirem no plano da esfera pública”.

No entanto, a ausência de consequências para Carvalho demonstra os limites desse reconhecimento em um contexto em que a cultura do medo assegurava a impunidade dos agentes repressivos. Conforme salientou Padrós,

o contexto de impunidade foi a base para o comportamento arbitrário e ostensivo dos executores do TDE, permitindo-lhes fazer alarde de uma espécie de “imunidade perpétua” que os desobrigava de prestar contas a alguém, mesmo à Justiça. A imunidade para as ações repressivas foi fomentada sob a proteção do cumprimento do dever, ou seja, o “guarda-chuva” da tese da obediência devida (Padrós, 2008, p. 176).

A impunidade estruturante se reflete na transferência de Ferdinando de Carvalho para o Paraná. Embora as denúncias públicas atribuíssem a ele responsabilidade direta pelas violações ocorridas na DOPS da Guanabara, o militar foi designado ao comando do CPOR de Curitiba, um movimento que preservou sua carreira e o manteve na rede institucional da repressão.

Essa transferência, portanto, deve ser compreendida como uma forma de “proteção administrativa” que representava uma tentativa de contornar a crise de legitimidade provocada pelas denúncias. Como demonstram os documentos e depoimentos analisados no capítulo anterior, as práticas de repressão e violação de direitos humanos continuaram ocorrendo sob sua responsabilidade após sua mudança de estado. A permanência de Carvalho no sistema repressivo, apesar das evidências públicas de abusos cometidos sob sua chefia, corrobora a análise de Padrós (2008) sobre o uso estratégico da impunidade para proteger agentes envolvidos em práticas ilícitas e, simultaneamente, silenciar vítimas e suas famílias por meio do medo e da desinformação.

Dessa forma, as denúncias feitas pela imprensa evidenciam não apenas os mecanismos concretos da repressão política no Brasil durante os anos 1960, mas também os limites da responsabilização institucional naquele contexto. Os casos ilustram como a formalidade da cadeia de comando era mobilizada para deslocar responsabilidades e proteger os quadros superiores da repressão, mesmo diante de provas e testemunhos públicos que os implicavam. As experiências noticiadas e suas tentativas de atribuir nomes aos responsáveis por suas dores tornam-se, assim, um gesto político de resistência à invisibilidade e ao esquecimento, ao mesmo tempo em que expõem os dispositivos de continuidade da violência estatal.

4.2 A lista de torturadores e os depoimentos para a CEV-PR e DHPaz

A responsabilização de agentes da repressão no Brasil ditatorial tem sido construída de forma fragmentada, marcada por silêncios institucionais e lacunas documentais. A publicação, em 1985, do projeto BNM, representou um marco nesse esforço, ao apresentar um levantamento sistemático das práticas de tortura cometidas entre os anos de 1964 e 1979. Entre os anexos da obra, uma lista³⁵ com 444 nomes de torturadores expôs publicamente aqueles que, direta ou indiretamente, participaram da engrenagem repressiva do regime. Dentre os nomes destacados, constava o do general Ferdinando de Carvalho, à época já na reserva, relacionado à Artilharia Divisionária da 5ª RM em 1967, período em que comandava o CPOR no Paraná, conforme demonstra o Anexo B.

A inclusão de seu nome gerou controvérsias, como noticiou a revista *IstoÉ* em novembro de 1985:

[...] Após seis anos de trabalho, o projeto “Brasil: Nunca Mais” produziu um vasto relatório de 6.946 páginas sobre a repressão no país até 1979. Um resumo desse trabalho foi publicado em julho do ano passado num livro que leva o nome do projeto e que já se encontra na nona edição. A relação de torturadores é uma espécie de anexo desse trabalho, sem dúvida o mais completo e sistemático já realizado no país. É a primeira, por exemplo, a relacionar o nome de três generais de Exército entre os militares envolvidos: Ferdinando de Carvalho, na reserva desde o governo do ex-presidente Ernesto Geisel; Mário de Melo Matos, até bem pouco tempo embaixador do Brasil no Paraguai; e Octávio Medeiros, comandante militar da Amazonia e ex-chefe do Serviço Nacional de Informações do governo Figueiredo. Mas, a exemplo de duas outras relações divulgadas nos últimos anos, a lista do BNM é controversa. O general Ferdinando de Carvalho, por exemplo, realizou o inquérito que apurou as atividades do Partido Comunista Brasileiro no Paraná, em 1967, numa época em que os temíveis DOI-CODIs ainda não haviam sido criados e a tortura não se transformara numa prática sistemática (Livro [...], 1985, p. 32).

A defesa implícita nessa argumentação revela uma tentativa de relativizar responsabilidades sob o argumento da ausência de estruturas repressivas plenamente institucionalizadas à época. No entanto, isso não invalida o fato de que práticas de tortura e maus-tratos já ocorriam com o conhecimento e sob a autoridade de oficiais como Ferdinando de Carvalho.

O depoimento do militante Vitorio Sorotiuk ao projeto *Depoimentos para a História* do DHPaz, vinculado à CEV-PR sobre os métodos de tortura empregados sob o comando de Carvalho. Sorotiuk relata sua prisão em 1967, no caso analisado no capítulo anterior, e afirma

³⁵ Disponível em: https://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/DocReader.aspx?bib=doc_bnm&pagfis=9643. Acesso em: 27 mar. 2024. Essa lista também pode ser encontrada no site *Documentos Revelados*: <https://documentosrevelados.com.br/lista-detalhada-dos-torturadores-da-ditadura/>.

que, embora ele próprio não tenha sido fisicamente torturado, dois de seus companheiros – Aparecido Moralejo e outro militante cujo nome não recorda – foram submetidos a sevícias:

Eu estive na mesma cela com eles, contaram como que foi a tortura. No pau de arara, choque elétrico, já nesse período e sob o comando do Ferdinando de Carvalho, eles foram torturados. Já eu e o Otto Bracarense não fomos torturados, né. Mas acontece que os outros dois, na tortura, já tinham confessado (Sorotiuk, 2013, 01:14:10).

Essa informação, articulada as denúncias publicadas pela imprensa em 1966 analisadas anteriormente, reforça a tese de que, mesmo antes da criação dos DOI-CODIs, as práticas de violência institucional já estavam em curso, e que Ferdinando de Carvalho tinha plena responsabilidade sobre o que ocorria sob sua autoridade.

O caso de Hiran Ramos de Oliveira é igualmente revelador. Seu filho Cyro Viegas de Oliveira prestou depoimento à CEV-PR em 9 de outubro de 2013:

Hiran foi preso em 19 de setembro de 1967, por dois agentes do DOPS, dentro da Faculdade de Letras da UFPR. É levado para o quartel da Praça Rui Barbosa onde é interrogado, sem direito a advogado. É ameaçado com a possibilidade de sofrer torturas que o fariam “perder a saúde”. No mesmo dia, por volta da meia-noite, foi transferido para o CPOR. Continuou sendo ameaçado e ficou sem poder tomar banho. Ao denunciar os maus tratos e as ameaças de tortura ao comandante do CPOR, coronel Ferdinando, recebeu voz de prisão por “desacato à autoridade”. Hiran ficou incomunicável durante vários dias, sem receber a visita de advogado ou de parentes, especialmente de sua esposa, Núbia Viegas. Ela foi assediada moralmente por militares que a visitam frequentemente, sob a desculpa de vasculhar a casa (Comissão, 2017b, p. 317).

Essa dinâmica revela um padrão recorrente de repressão psicológica e institucional, em que as ameaças, o isolamento, o assédio moral e a supressão de direitos configuravam formas de violência muitas vezes mais eficazes, justamente por não deixarem vestígios físicos. Assumpção (2023, p. 272) argumenta que a tortura psicológica, embora menos visível, possui “implicações em variados âmbitos” e uma “garantia maior em relação à impunidade do agente perpetrador”, uma vez que a ausência de cicatrizes físicas dificulta a comprovação das sevícias.

Cyro menciona ainda que Hiran, após ser solto, optou por viver na clandestinidade sob nome falso, temendo nova prisão e represálias. Essa decisão evidencia o grau de perseguição e vigilância que perdurou mesmo após sua saída formal do cárcere:

Em novembro de 1967, Hiran foi solto por meio de habeas corpus. Acompanhou o processo em liberdade e fugiu para São Paulo em junho de 1968, para evitar a prisão que viria com a condenação iminente. Na capital paulista, mudou de nome e viveu na clandestinidade com seu filho Cyro, nascido em 1968, e sua esposa Núbia, que morreu em janeiro de 1973. Sob o nome de Damaso, Hiran casou-se novamente e teve mais duas filhas: Camila, em 1975, e Juliana, nascida em 1977. Entre 1968 e 1979, Hiran ganhou a vida como professor do cursinho Santa Inês, cujos donos eram simpáticos ao PCB. Nesses anos de clandestinidade, a ditadura quase o prendeu em duas

oportunidades, em 1972 e 1975, mas sua identidade falsa não foi descoberta. A família morou em diversos bairros de São Paulo para despistar os órgãos da repressão. Na fase final da ditadura, Hiran militou na oposição do Sindicato dos Professores da Rede Particular de São Paulo. Com a Lei da Anistia, em 1979, Hiran retomou sua identidade e voltou para Curitiba com a família (Comissão, 2017b, p. 317).

Logo, a repressão não cessava com a soltura, se estendia no tempo, nas formas de exclusão social, vigilância, demissões e impedimentos de retorno à vida civil. As consequências psíquicas eram profundas, provocando depressão, insegurança e adoecimentos persistentes, além dos prejuízos morais e materiais (Oliveira; Sahd; Calciolari, 2014). Os ex-presos políticos continuavam sendo vítimas mesmo em liberdade, estigmatizados e marginalizados, ao passo que muitos de seus algozes puderam reconstruir suas trajetórias sem qualquer custo.

A impunidade ganha contornos ainda mais evidentes quando se observa a construção da trajetória pública de Ferdinando de Carvalho enquanto civil, principalmente após o regime ditatorial. Em 1993, o jornal *Tribuna da Imprensa* noticiou a inauguração do Espaço Cultural *Vietours*, ocasião em que o general reformado apresentou uma exposição de pinturas sobre a Europa:

“Paisagens europeias” é o título da nova exposição de Ferdinando de Carvalho, que inaugurou, na última semana, o Espaço Cultural *Vietours*. O novo espaço foi cedido pela operadora de turismo Vie à Sociedade Brasileira de Belas Artes, da qual Ferdinando é presidente. A mostra reúne 45 quadros do artista, onde ele traduz o que viu em cidades da Europa, com traços impressionistas que podem ser apreciados até sexta-feira, com entrada franca (Uma Europa [...], 1993, p. 6).

A conversão simbólica de um agente da repressão em figura pública da cena cultural carioca evidencia a transição silenciosa de militares envolvidos com a repressão para esferas de prestígio no pós-regime, sem que houvesse qualquer responsabilização institucional pelos crimes cometidos. Esse apagamento discursivo não se construiu *a posteriori*, mas foi preparado durante a própria Ditadura, através de uma estratégia sistemática de legitimação simbólica da autoridade militar – uma forma de encenação da sensibilidade que servia à reprodução ideológica ditatorial.

Na década de 1960, a imprensa já desempenhava papel ativo nessa operação discursiva, produzindo uma imagem conciliatória e contraditória do “artista-soldado”. Em matéria publicada no *Diário do Paraná*, Carvalho é descrito como um homem dividido entre a arte e o ofício militar:

Quem passar um domingo por uma das últimas casas da baixada do Jardim Centenário, poderá ver um homem tranquilamente sentado defronte a sua janela a contemplar com ar quase sonhador um lote de velhos pinheiros que assomam do Jardim Los Angeles. De vez em quando volta a cabeça para uma tela colocada sobre

um cavalete ao lado e passa um traço. Pouco antes do fim da tarde há um quadro pronto, representando, pelo impressionismo, alguma coisa típica do nosso Estado. Pode haver um domingo em que ele não esteja ali, na mesma posição, mas se isso acontecer poderá se encontrado em qualquer bairro da capital ou no campo, procurando as mesmas coisas: paisagens do Paraná. O Paraná, para aquele homem é uma das coisas mais importantes do mundo e agora que ele vai deixá-lo, quer levar quantas telas puder. Matará as saudades. Terá “um Paraná em casa”, lá nos Estados Unidos, onde vai integrar o Estado Maior da Junta Interamericana de Defesa. Quem o vê, jamais pode aliá-lo ao “outro homem” que existe nele, além de pintor, poeta e escritor: o soldado, o anticomunista mais autêntico e talvez mais apaixonado que há no País. O homem mais admirado, respeitado, odiado, aplaudido, injuriado. Ferdinando de Carvalho, o homem de maior evidência da Revolução de 31 de Março, exatamente porque passou a ser o mentor do famoso Inquérito do Partido Comunista. Quem o julgaria um artista, sensível ao extremo, apaixonado pelo belo, pelas coisas da natureza? Ele diz que é mais: um democrata verdadeiro e, em nome disso, é que pauta a sua carreira militar. [...] “Que faz o senhor além de prender comunistas?” A pergunta é feita em tom de piada, mas nem de leve afeta a tranquilidade do coronel. Ele não responde. Levanta-se, pega-nos pelo braço e nos leva até a uma salinha nos fundos da sua casa onde, para nossa surpresa, estão empilhados cerca de 100 quadros, já com molduras e prontos para uma exposição. Depois aponta algumas obras publicadas pela Biblioteca do Exército, entre as quais uma (mão poderia deixar de ser) com o título “O Comunismo no Brasil” e uma série de poemas “dos meus tempos de moço”. Mas Ferdinando faz uma ressalva: “não prendi ninguém”. Das 180 pessoas que acusou, todas estão em liberdade e ele diz que não se preocupa em prender, não quer prender, não pensa em prender. O que quer é usar os instrumentos mais eficazes de preservação da Democracia. E não considera que a cadeia o seja (Souza, 1968, p. 25).

A escolha lexical – “democrata verdadeiro”, “apaixonado pelo belo”, “poeta”, “artista” – revela um esforço discursivo para humanizar o agente da repressão e deslocar sua imagem do campo político para o estético. Essa operação linguística é, em si, um ato político: materializa uma prática ideológica que suaviza a violência de Estado e reconfigura o imaginário social acerca da repressão, sendo produto concreto de uma formação discursiva de classe que buscou restaurar a legitimidade das FA mediante a exaltação de virtudes cívicas e humanistas.

Essa mesma lógica aparece em outra reportagem, na qual o “duro presidente do IPM” é descrito como um “profundamente humano artista”:

O coronel Ferdinando de Carvalho esconde, por baixo de sua farda de oficial superior do Exército, o talento nato de um exímio pintor, com alguns quadros premiados em exposições nacionais, inclusive as medalhas de prata e ouro do Salão de Belas Artes do Clube Militar. É por isso, talvez, que o duro presidente do IPM do PC, permanente dor de cabeça para o governador Negrão de Lima, é profundamente humano como todos os artistas além de homem metódico e modesto, que se classifica de “artista nas horas vagas”, apenas.

O ARTISTA: Em que pese a sua difícil tarefa à frente do IPM do PC, cujo relatório conclusivo fará entregue no fim do corrente mês às autoridades do I Exército, o coronel Ferdinando de Carvalho não tem se descuidado da pintura e da fotografia, seus passatempos prediletos, quando não anda às voltas com os netos ou as complicadas diligências do Inquérito Policial Militar do qual é encarregado, com um vasto trabalho que atingiu todo o país, a fim de que a trama e o conluio do comunismo não medrasse em nossa Pátria. “Artista nas horas vagas”, como ele mesmo se classifica, confidenciou o coronel Ferdinando de Carvalho ao DN que o ideal de sua

vida é consagrar-se inteiramente à arte, o que espera fazer, futuramente, quando os deveres da caserna já não o prenderem mais. Dedicado ao desenho desde criança, ao atingir o posto de primeiro-tenente começou a dedicar-se à pintura. Teve como mestres Guttman Bicho e Jordão de Oliveira. Sobre Guttman, revelou detalhes pitorescos do seu gênio irrequieto, do seu temperamento dispersivo, o que não prejudicava o gênio que ele foi como um verdadeiro artista, espontâneo, cuja obra está hoje, dispersa por aí. Vivia Guttman Bicho exclusivamente da pintura e “era um homem bom, generoso, embora muito irreverente e mal compreendido”. Quanto ao catedrático Jordão de Oliveira, era “um artista da mais alta expressão, de sólido caráter e extremamente metucioso na sua arte”.

ETERNIDADE DA ARTE: disse o coronel Ferdinando de Carvalho que tem exposto pouco. Acha que um quadro deve ser feito com muito cuidado. A escola impressionista é a que mais se identifica com a sua personalidade e sua pintura é das mais suaves no cambiamento das cores... Seus mestres preferidos são Renoir, Manet e Monet. Uma cinzenta manhã, focalizada no mar, com alguns barcos no ancoradouro, valeu-lhe no Salão de Belas Artes do Clube Militar, a medalha de ouro (Ferdinando é [...], 1966, p. 5).

Aqui, o discurso jornalístico inverte o sentido histórico da violência, transformando o exercício da repressão em atributo moral. O “homem duro” converte-se em “humano”; o “repressor”, em “artista”. A contradição é neutralizada por uma retórica de harmonia e conciliação, típica das formações ideológicas que procuram reconciliar antagonismos de classe sob o manto da ordem e da unidade nacional. Nesse contexto, a recorrente menção à pintura impressionista adquire valor simbólico: o traço difuso e as “cores suaves” figuram como metáforas de apagamento, estetizando a violência e promovendo uma forma de esquecimento ativo.

Outras matérias reiteram essa operação simbólica, inserindo Ferdinando de Carvalho no circuito cultural e intelectual das elites locais. Em 1968, por exemplo, ele inaugura uma mostra de telas “sobre motivos paranaenses” na Biblioteca Pública do Paraná, evento prestigiado por “autoridades e grande número de convidados” (Ferdinando deixa [...], 1968, p. 7):

Figura 3 – Cel. Ferdinando expõe obras de arte na Biblioteca Pública do Paraná



Fonte: Diário do Paraná (1968).

Já em 1977, seu retorno a Curitiba é noticiado nos jornais como o de um intelectual e escritor, sem qualquer menção ao passado repressivo:

Ex-comandante do CPOR daqui, o general Ferdinando de Carvalho volta a Curitiba na quinta-feira para rever as amizades da época e para lançar seu novo livro, que tem sugestivo título: *Os Sete Matizes do Vermelho*. O lançamento está sendo coordenado pela Associação dos Professores da UFPR, que apresenta a obra como uma análise do movimento comunista no mundo, “particularmente no Brasil”. As revelações terão lugar no auditório da Reitoria, às 17h30m do dia 7 de 7 de 77 (Moraes, 1977, p. 2).

Esse apagamento é ainda mais grave quando se considera que Ferdinando foi membro do Grupo Secreto, uma organização terrorista de extrema-direita envolvida em atentados contra a oposição. Sua trajetória, marcada por episódios de violência, repressão e perseguição política, terminou, no entanto, em um reconhecimento social e artístico que contrasta com o sofrimento de suas vítimas e a invisibilidade de suas cicatrizes.

Por isso, os testemunhos não devem ser vistos apenas como registros, mas como demandas por justiça. Gonçalves (2024) enfatiza que, diante da extrema violência e da impossibilidade de linguagem, os testemunhos emergem como “rastros, restos, fragmentos” que clamam por punição dos algozes e por uma reinserção simbólica das vítimas no mundo. São vozes que, mesmo silenciadas durante décadas, encontram caminhos para se fazer ouvir, expondo a racionalidade cruel da repressão e a conivência institucional que permitiu que figuras como Ferdinando de Carvalho passassem impunes à história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória política do general Ferdinando de Carvalho é representativa de uma engrenagem mais ampla de poder e repressão que caracterizou a Ditadura de Segurança Nacional. Sua atuação foi marcada por um anticomunismo virulento e alinhada aos preceitos da DSN e da DGR, podendo ser “caracterizado como um homem do seu tempo” (Souza, 2009, p. 43). Longe de ser apenas um executor das políticas repressivas do regime ditatorial, Carvalho foi um intelectual orgânico das elites militares e da extrema-direita, cuja produção discursiva e prática operacional contribuíram para a naturalização do terror de Estado.

Com base em suas próprias publicações e na documentação histórica analisada, foi possível identificar como o anticomunismo, para além de um posicionamento político, se constituiu como um discurso estruturante de sua atuação. Carvalho construiu o comunismo como um mal onipresente, infiltrado em todos os setores da sociedade. Essa lógica de suspeição contínua, que transformava qualquer dissidência em ameaça subversiva, conformou o universo repressivo no qual operou. Como observou Souza (2009, p. 163), para Carvalho, “todas as modalidades de pensamentos de oposição, erma subversivos e comunistas, restando apenas a repressão ostensiva, a censura, o cerceamento completo das liberdades”. Seu nacionalismo autoritário e conservador, pautado na exaltação da família, da autoridade, da religião e da hierarquia, era parte de uma visão de mundo que rejeitava radicalmente a pluralidade e qualquer forma de crítica social ou cultural.

A perspectiva da repressão como fenômeno jurídico e ideológico também se confirmou como fundamental. A judicialização da violência, como sublinhou Pinto (2021), permitiu que os atos repressivos se revestissem de legalidade, funcionando como uma espécie de “normalização do estado de exceção”. Através dos inquéritos, como o IPM 709, e da atuação coordenada de instituições como a DOPS e o STM, o Estado ditatorial construiu um sistema que combinou arbitrariedade e formalidade, ocultando sob os ritos da lei a brutalidade das práticas repressivas. Nesse sentido, o trabalho de Carvalho à frente do IPM 709 revelou-se emblemático: ao mesmo tempo em que perseguiu juridicamente militantes do PCB, reinterpretou documentos comunistas, distorcendo fatos “com o singular objetivo de coonestar suas convicções anticomunistas e conservadoras” (Souza, 2009, p. 97).

A análise da atuação de Carvalho no Paraná, particularmente no CPOR de Curitiba, demonstra como o anticomunismo se desdobrou em práticas repressivas regionalizadas, articulando militares e policiais em uma “cruzada” que visava tanto à doutrinação quanto a

repressão de dissidentes. Sua parceria com figuras como o delegado Ozias Algauer e o reitor da UFPR, José Nicolau dos Santos, revela a intersecção entre as esferas militar e civil na perpetuação do TDE.

A tortura, como prática sistemática de dominação e silenciamento, esteve no cerne desse sistema. Conforme argumenta Padrós (2008), no contexto do TDE, o uso da tortura não era um desvio ou exceção, mas um instrumento fundamental do controle político e destruição do inimigo. A sofisticação dos métodos, o uso coordenado de tortura física e psicológica e a cumplicidade entre setores das FA, médicos legistas, imprensa e Judiciário mostram que o Estado brasileiro se valeu de um campo de conhecimento repressivo (Osório, 2018). A tortura ensinada, refinada e aplicada dentro dos marcos doutrinários da DGR, não apenas buscava desarticular organizações políticas, mas também aniquilar a dignidade das vítimas e impedir a construção de uma memória que rompesse com o pacto de silêncio e impunidade. Os relatos de vítimas que estiveram à disposição do coronel Ferdinando de Carvalho, ainda que não o envolvam diretamente na execução das sevícias, apontam para sua responsabilidade institucional na cadeia de comando que permitiu tais atrocidades.

Neste ponto, é preciso lembrar que a repressão se prolongou para além dos instrumentos imediatos da violência. Ela também operou na esfera simbólica, por meio da disputa pela memória e pelo discurso histórico. Como observa Dias (2017), a elaboração da memória está sujeita às manipulações dos grupos hegemônicos, que buscam controlar os sentidos do passado para legitimar posições de poder no presente. A atuação de Carvalho, tanto nos porões quanto nas páginas de seus livros, reflete essa lógica: ao negar a existência da tortura, ao acusar intelectuais de subversão e ao promover uma leitura paranoica da sociedade, ele tentou consolidar uma memória única, autoritária, que apagasse as vozes dissonantes. A tortura, neste contexto, funcionou também como mecanismo de silenciamento das memórias dos opositores, sendo expressão de uma violência que visava suprimir não apenas o corpo, mas a própria existência histórica daqueles que ousaram desafiar a ordem estabelecida.

A ausência de responsabilização dos agentes da repressão, consolidada com a Lei de Anistia de 1979, contribuiu decisivamente para a permanência desses silêncios e para “difusão de uma baixa cultura de direitos humanos entre os brasileiros, cujos principais aspectos são a indiferença germinada da ignorância histórica sobre a época da ditadura” (Gonçalves, 2024, p. 186). A inserção de Ferdinando de Carvalho na lista do BNM, embora relevante, não resultou em qualquer forma de punição ou reparação efetiva.

Ao traçar a trajetória de Ferdinando de Carvalho, esta pesquisa buscou compreender como a repressão foi justificada, expressada e articulada em um conjunto de discursos que ainda reverberam no presente. Seu legado, marcado pela defesa de valores conservadores e pela militarização da política, ecoa em discursos contemporâneos que ressuscitam o espectro do comunismo para justificar medidas antidemocráticas. Os relatos de que as vítimas estavam “à disposição” do general deixam claro que, mesmo quando ausente fisicamente, sua autoridade legitimava as práticas de seus subordinados. Isso reforça a tese de que a repressão foi um projeto político e ideológico, sustentado por sujeitos históricos que devem ser reconhecidos e responsabilizados. A desconstrução desses discursos exige, portanto, um compromisso irrenunciável com a verdade histórica e com a reparação das vítimas, de modo que o passado não seja esquecido. A trajetória de Ferdinando de Carvalho é, nesse sentido, uma chave para compreender como se estruturou o terror de Estado no Brasil e por que ele ainda nos interpela.

FONTES

Artigos, livros e relatórios

CARVALHO, Ferdinando de. A Guerra Revolucionária Comunista no Brasil. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 597, p. 49-60, set./out. 1964.

CARVALHO, Ferdinando de. **Inquérito Policial Militar 709**: o comunismo no Brasil. A construção. A infiltração. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1966, v. 2

CARVALHO, Ferdinando de. **Inquérito Policial Militar 709**: o comunismo no Brasil. A ação violenta. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1967, v. 4

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE TERESA URBAN. **Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná**. São Paulo: TikiBooks, 2017a, v. 1. Disponível em: <https://www.justica.pr.gov.br/Pagina/Comissao-Estadual-da-Verdade>. Acesso em: 29 ago. 2023

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE TERESA URBAN. **Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná**. São Paulo: TikiBooks, 2017b, v. 2. Disponível em: <https://www.justica.pr.gov.br/Pagina/Comissao-Estadual-da-Verdade>. Acesso em: 29 ago. 2023

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório final da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php>. Acesso em: 5 ago. 2023

MITRA ARQUIDIOCESANA DE SÃO PAULO. **Perfil dos atingidos**. Brasil: Nunca Mais. Tomo III. Petrópolis: Editora Vozes, 1988

Depoimentos e entrevistas

MOTTA, Aricildes de Moraes. Coronel José Tancredo Ramos Jubé. *In*: MOTTA, Aricildes de Moraes. **1964**: 31 de março. O movimento revolucionário e sua história. Tomo II. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003, p. 342

MOTTA, Aricildes de Moraes. General-de-Brigada Ferdinando de Carvalho. *In*: MOTTA, Aricildes de Moraes. **1964**: 31 de março. O movimento revolucionário e sua história. Tomo II. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003, p. 147-166

REIS, Gustavo Moraes Rego. **Gustavo Moraes Rego Reis** (depoimento, 1992). Rio de Janeiro, CPDOC, 2005. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/historia-oral/entrevistas-para-download>. Acesso em 16 set. 2022

SOROTIUK, Vítório. (2013). DHPaz Paraná. Depoimentos para a História – Vítório Sorotiuk. 121'15". (DHPaz Entrevistador), Projeto Depoimentos para a História – Desenvolvido pelo DHPaz – Sociedade Direitos Humanos para a Paz, em parceria com a Comissão da Anistia do Ministério da Justiça e sob a coordenação do Grupo Tortura Nunca Mais do Paraná. Youtube, posto *on-line* em 30 de novembro de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fTGYbNx4Bg&t=1295s>. Acesso em: 17 dez. 2024

Notícias de jornais

CARVALHO, Waldyr. **Negrão leva pânico a favelados**. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, ano XVII, n. 5082, p. 6, 4 out. 1966

Cel. Borges: jornalista não foi espancado. **Luta Democrática**, Rio de Janeiro, ano XI, n. 3429, p. 2, 15 abr. 1965

Comd. do CPOR faz livro e curso contra o comunismo. **Diário da Tarde**, Curitiba, n. 20887, 3 nov. 1966, p. 5

Comprovadas sevícias contra o jornalista. **Última Hora**, Rio de Janeiro, ano XIV, n. 1524, p. 5, 14 abr. 1965

Conselho da OAB denuncia Lira Tavares. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 5400, p. 2, 19 out. 1967

Coronel Ferdinando deseja mais ênfase contra o comunismo. **Diário da Tarde**, Curitiba, n. 20974, 18 fev. 1967, p. 7

Côrte de Justiça indefere prorrogação de preventiva. **Diário do Paraná: Órgão dos Diários Associados**, Curitiba, ano XIII, n. 3691, p. 4, 1 nov. 1967

DOPS prende e faz sumir engenheiro. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano LXIV, n. 22042, p. 8, 11 fev. 1965

Esposa de jornalista denuncia atrocidades do Cel. Ferdinando. **Luta Democrática**, Rio de Janeiro, ano XI, n. 3428, p. 1, 14 abr. 1965

Exame desmente sevícias contra o jornalista. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, ano XVI, n. 4630, p. 4, 15 abr. 1965

Ferdinando deixa Comando expondo quadros na BPP. **Diário do Paraná: Órgão dos Diários Associados**, Curitiba, ano XIV, n. 3892, p. 7, 5 jul. 1968

Ferdinando diz que a cultura é a base da segurança nacional. **Diário da Tarde**, Curitiba, n. 20906, 28 nov. 1966, p. 8

Ferdinando é duro sem deixar de ser artista. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, ano XXXVII, n. 13386, p. 5, 11 jul. 1968

Ferdinando nomeado para Washington. **Diário do Paraná: Órgão dos Diários Associados**, Curitiba, ano XIV, n. 3877, p. 1, 19 jun. 1968

Ferdinando visita reitor e CPOR vai para o politécnico. **Diário do Paraná: Órgão dos Diários Associados**, Curitiba, ano XII, n. 3389, p. 9, 10 nov. 1966

FERNANDES, Hélio. **Fatos e rumores em primeira mão**. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, ano XVII, n. 4877, p. 3, 3 fev. 1966

FRANCIOSI, Eddy Antônio. Sociedade. **Diário do Paraná: Órgão dos Diários Associados**, Curitiba, ano XIV, n. 3894, p. 3, 7 jul. 1968

FREJAT, Iram. **Esposa do jornalista preso e torturado na DOPS denuncia à Nação:** “coronel lança patriotas em cárceres de ladrões”. **Última Hora**, Rio de Janeiro, ano XIV, n. 1522, 12 abr. 1965

General acha que AI-5 é dispensável. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano LXXXVIII, n. 3, p. 7, 11 abr. 1978

JK volta amanhã ao IPM do PC. Nova inquirição. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, ano XVI, n. 4788, p. 2, 19 out. 1965

JK voltará a depor hoje no IPM sobre o PC. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, ano XVI, n. 4789, p. 2, 20 out. 1965

Jornalista na DOPS: 23 dias de torturas. **Última Hora**, Rio de Janeiro, ano XIV, n. 1522, p. 2, 12 abr. 1965

Jornalista processa encarregado de IPMs. **Luta Democrática**, Rio de Janeiro, ano XI, n. 3438, p. 2, 27 abr. 1965

Jornalista seviciado apresentará segunda-feira queixa-crime contra coronel do IPM. Borges admite torturas. **Última Hora**, Rio de Janeiro, ano XIV, n. 4739, p. 1, 17 abr. 1965

Kubitschek volta quarta-feira ao IPM de Ferdinando. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, ano XVI, n. 4787, p. 4, 18 out. 1965

LINS, Elmo. **IPM mantém livreiro preso**. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 5377, p. 4, 22 set. 1967

LINS, Elmo. **Subversivos festejam mais uma vitória**. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, ano XVII, n. 4867, p. 2, 23 jan. 1966a

LINS, Elmo. **Tiro rápido**. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, ano XVII, n. 4877, p. 2, 3 fev. 1966b

Livro aberto: “Brasil: Nunca Mais” denuncia 444 torturadores. **IstoÉ**, 27 nov. 1985, p. 32

MITCHELL, José. **Livro revela dois torturadores**. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 6, 21 mar. 1996

MORAES, Creso. **Enfoque:** vermelho em 7 tons. **Diário do Paraná: Órgão dos Diários Associados**, Curitiba, ano XXIII, n. 6633, p. 2, 5 jul. 1977

Negrão vence no STM: negada prisão. **Diário do Paraná: Órgão dos Diários Associados**, Curitiba, ano XI, n. 3564, p. 3, 11 dez. 1965

Novo comandante do CPOR assume sem entrevista. **Diário do Paraná: Órgão dos Diários Associados**, Curitiba, ano XII, n. 3372, p. 6, 20 out. 1966

Peri denuncia que militar intervém nos Estados: IPMs. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano LXVII, n. 22859, p. 9, 11 out. 1967

Peri pergunta ao STM quantos inocentes sofrem pelos IPMs. **Última Hora**, Rio de Janeiro, ano XIV, n. 4745, p. 3, 24 abr. 1965

Prêmio. **Última Hora**, Rio de Janeiro, ano XIV, n. 1537, p. 3, 28 abr. 1965

Reitor dá aula inaugural no CPOR de Curitiba. **Diário do Paraná: Órgão dos Diários Associados**, Curitiba, ano XII, n. 3483, p. 7, 28 fev. 1967

Retorno do PC preocupa Ferdinando. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, ano XVII, n. 4879, p. 2, 5 fev. 1966

RP mantém presos sem culpa há oito meses. **Última Hora**, Rio de Janeiro, ano XIV, n. 1517, p. 5, 7 abr. 1965

Sargentos. **Última Hora**, Rio de Janeiro, ano XIV, n. 1523, p. 3, 13 abr. 1965

SOUZA, Walcimar José de. **A outra face**: Linha Dura também tem seus pintores e poetas. **Diário do Paraná: Órgão dos Diários Associados**, Curitiba, ano XIV, n. 3881, p. 25, 23 jun. 1968

Técnico da Petrobrás denuncia tortura. **Última Hora**, Rio de Janeiro, ano XIV, n. 1600, p. 4, 3 ago. 1965

Torturado pelo DOPS. **Luta Democrática**, Rio de Janeiro, ano XI, n. 3431, p. 2, 18 abr. 1965

Torturas envergonham o coronel. **Última Hora**, Rio de Janeiro, ano XIV, n. 1539, p. 5, 30 abr. 1965

Uma Europa impressionista. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, ano XLIV, n. 13371, p. 6, 07 dez. 1993

Urgente. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 5375, p. 3, 20 set. 1967

Venezuelano passou da DOPS para a PE. **Última Hora**, Rio de Janeiro, ano XIV, n. 1535, p. 2, 26 abr. 1965

Visita de preparação. **Diário do Paraná: Órgão dos Diários Associados**, Curitiba, ano XII, n. 3389, p. 1, 10 nov. 1966

Processos judiciais

BRASIL, Superior Tribunal Militar. **Ação Penal nº 7735/69**. 29530f. [196?]. Disponível em: https://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_03&pesq=279&pasta=bnm_279. Acesso em: 22 nov. 2023

PARANÁ, Superior Tribunal Militar. **Ação Penal nº 444**. 3756f. 1967. Disponível em: https://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_06. Acesso em: 12 nov. 2024

REFERÊNCIAS

- ABREU, José dos Santos de. **Operação Pequeno Príncipe**: a ação da polícia política no combate à doutrinação comunista nas pré-escolas Oficina e Oca (Curitiba, 1978). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/40919>. Acesso em: 01 out. 2023
- ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. Ditadura, transição e hegemonia neoliberal no Brasil: antigas questões, novos desafios. In: SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto; SILVA, Marcio Antônio Both da (orgs). **Ditaduras, transição e democracia**: estudos sobre a dominação burguesa no Brasil contemporâneo. Porto Alegre: FCM Editora, 2016, p. 161-182
- ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de. Terrorismo de Estado e monopólio da violência na ditadura brasileira (1964-85). In: CAÑÓN, Lisandro. **Terrorismo de Estado**: práticas, regimes e Estados. Ciudad de Córdoba: Lago Editora, 2024, p. 9-36. *E-book*
- ARAUJO, Rodrigo Nabuco. Repensando a guerra revolucionária no Exército brasileiro (1954-1975). **Contemporânea**, v. 8, n. 8, 2017, p. 87-104. Disponível em: <https://ojs.fhce.edu.uy/index.php/cont/article/view/1449>. Acesso em: 24 ago. 2023
- ARGOLO, José Amaral; RIBEIRO, Kátia; FORTUNATO, Luiz Alberto. **A direita explosiva no Brasil**: a história do Grupo Secreto que aterrorizou o país com suas ações, atentados e conspirações. Rio de Janeiro: Mauad, 1996
- ASSUMPÇÃO, Marla Barbosa. “**Nos porões da loucura**”: relações entre repressão política, instituições, práticas e saberes psi na ditadura brasileira (1964-1979). Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/272056>. Acesso em: 23 mar. 2025
- BATISTELLA, Alessandro. A Ditadura Militar e o bipartidarismo: casuísmos e um simulacro de democracia. **Clio: Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, v. 39, n. 2, jul./dez. 2021, p. 256-293. Disponível em: <https://doi.org/10.22264/clio.issn2525-5649.2021.39.2.12>. Acesso em: 1 maio 2024
- BRANDÃO, Nágela Aparecida; DIAS, Edmundo Fernandes. A questão da ideologia em Antonio Gramsci. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 81-98, jul./dez 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8770/6275>. Acesso em: 12 jul. 2023
- BRUNELO, Leandro; DINIZ, Marcio Roberto Nogueira. Mulheres *versus* Estado autoritário: repressão e tortura no Paraná, durante a ditadura militar. **Horizontes Históricos**, São Cristóvão, Sergipe, v. 9, n. 2, p. 333–350, jul./dez. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/HORIZONTES/article/view/21017>. Acesso em: 9 mar. 2025
- BRUNELO, Leandro. Universos opostos: o embate político entre os militantes do PCB e a DOPS/PR durante o Regime Militar. **Histórica: Revista Online do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, São Paulo, v. 5, n. 34, p. 30-38, jan. 2009. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/publicacoes/revistas/historica34.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2023

CALIL, Gilberto. Olavo de Carvalho e a ascensão da extrema direita. **Argumentum**, Vitória, v. 13, n. 2, p. 64-82, maio/ago. 2021. Disponível em: <http://10.47456/argumentum.v13i2.34166>. Acesso em 09 nov. 2023

CAMPOS, Nívio de; SOUZA, Eliezer Felix de. Flávio Suplicy de Lacerda: aliado das Forças Armadas e combatente contra comunistas e estudantes. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 67, n. 2, p. 159–197, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/49268>. Acesso em 7 mar. 2025

CAMPOS, Nívio de; SOUZA, Eliezer Felix de. Maio de 1968 na Universidade Federal do Paraná (UFPR). **Projeto História**, São Paulo, v. 63, 2018, p. 205-239. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/40647>. Acesso em: 06 nov. 2023

CAMPOS, Nívio de; SOUZA, Eliezer Felix de; COSTA, Regis Clemente da. O ocaso do busto de Flávio Suplicy de Lacerda na Universidade Federal do Paraná (1968-2020). **Diálogos**, Maringá, v. 28, n. 2, p. 15-42, dez. 2024. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/72196>. Acesso em: 7 mar. 2025

CHEVRAND, César Guerra; HOCHMAN, Gilberto. Doutores da ditadura: médicos e violações de direitos humanos no Brasil (1964-1985). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 10, p. 1-11, out. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320242910.11472024>. Acesso em: 15 mar. 2025

COELHO, Eurelino. Dois golpes, duas ditaduras. In: SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto; SILVA, Marcio Antônio Both da (orgs). **Ditaduras, transição e democracia: estudos sobre a dominação burguesa no Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: FCM Editora, 2016, p. 13-42

COMBLIN, Joseph. **A ideologia de Segurança Nacional: o poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978

DEMIER, Felipe. A ditadura bonapartista do grande capital: a questão dos regimes políticos nas interpretações históricas. **Outros Tempos**, São Luís, Maranhão, v. 11, n. 17, 2014, p. 166-182. Disponível em: <https://doi.org/10.18817/ot.v11i17.333>. Acesso em: 7 maio 2024

DEMIER, Felipe. Pelo alto e avante: revolução passiva e cesarismo em Antonio Gramsci. In: AIRES, José Luciano de Queiroz; LIMA, Luciano Mendonça de; CAVALCANTI, Jean Lucas (orgs). **Antonio Gramsci e os desafios do marxismo no mundo contemporâneo**. João Pessoa, Editora do CCTA, 2020, p. 191-198

DIAS, Edmundo Fernandes *et. al.* **O outro Gramsci**. 2. ed. São Paulo: Xamã, 1996

DIAS, José Alves. Memória e ideologia: a tortura como mecanismo de silenciamento durante a Ditadura Militar no Brasil. In: CARDOSO, Lucileide Costa; CARDOSO, Célia Costa (orgs). **Ditaduras: memória, violência e silenciamento**. Salvador: EDUFBA, 2017, p. 191-204

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008

DUARTE-PLON, Leneide. **A tortura como arma de guerra**: da Argélia ao Brasil. Como os militares franceses exportaram os esquadrões da morte e o terrorismo de Estado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. *E-book*

FONSECA, Rodrigo Oliveira. Um olhar historiador para o trabalho com as formações discursivas: os palanques enunciativos. In: INDURSKY, Freda. **O acontecimento do discurso no Brasil**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013, p. 47-62

GONÇALVES, Marcos. Testemunho, estado terrorista e tortura no Brasil (1965-1971). In: CAÑÓN, Lisandro. **Terrorismo de Estado**: práticas, regimes e Estados. Ciudad de Córdoba: Lago Editora, 2024, p. 175-208. *E-book*

GOENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1987

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022a

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**: introdução ao estudo da filosofia, a filosofia de Benedetto Croce. 13 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política. 11 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022b

GRAMSCI, Antonio. **Obras escolhidas**. São Paulo: Martins Fontes, 1978

ILKIU, Júlia Aliot da Costa; RENK, Valquiria Elita. As investigações contra os professores pela Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná: DOPS/PR durante a Ditadura Militar no Brasil (1964 a 1985). In: RESTREPO, Eduardo; FERRERO, Lía. **Memorias del VI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Antropología**: Desafíos emergentes. Antropologías desde América Latina y el Caribe. Asociación Latinoamericana de Antropología, 2022, v. 3, p. 809-817. Disponível em: <https://asociacionlatinoamericanadeantropologia.net/portal/memorias-de-congresos-ala/>. Acesso em: 06 nov. 2023

INDURSKY, Freda. As determinações da prática discursiva da escrita. **Revista Desenredo**, Passo Fundo, v. 12, n. 1, p. 30-47, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/5954>. Acesso em: 10 out. 2023

JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem**: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). São Paulo: Edusp, 2013. *E-book*

LIPPOLD, Walter. A influência do colonialismo francês na Doutrina de Segurança Nacional. **Revista Wirapuru**, v. 4, n. 7, 2023, p. 1-17. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.8231342>. Acesso em: 1 ago. 2024

LUKÁCS, György. O ideal e a ideologia. In: LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**: volume 14. Maceió: Coletivo Veredas, 2018. *E-book*

LUNA, Cristina. A Defesa Nacional. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Disponível em:

<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/DEFESA%20NACIONAL,%20A.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2023

MACIEL, David. **A argamassa da ordem**: da ditadura militar à nova república (1974-1985). São Paulo: Xamã, 2004

MANSAN, Jaime Valim. A educação superior sob vigilância: o caso do DOPS/PR (1964-1988). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 13, n. 51, p. 14-26, 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640260>. Acesso em: 06 nov. 2023

MARIANI, Bethania; LEITE, Milene; SILVA, Ariana. O golpe de 1964 na Ordem do Dia: memória e silenciamento no processo discursivo de legitimação da violência de Estado. **Revista Entreletras**, Araguaína, v. 12, n. 1, p. 25-48, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://betas.uft.edu.br/periodicos/index.php/entreletras/article/view/12136>. Acesso em: 10 out. 2023

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan, 1998

MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 67, 2008, p. 39-50. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092008000200004>. Acesso em: 10 jan. 2023

MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna**: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969). São Carlos: EdUFSCAR, 1996

MATTOS, Marcelo Badaró. O sentido de classe do golpe de 1964 e da ditadura: um debate historiográfico. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org). **1964: 50 anos depois e a ditadura em debate**. Aracaju: Edise, 2015, p. 35-83

MATTOS, Marcos Aurélio Vannucchi L. de. **Contra os inimigos da ordem**: a repressão política da ditadura militar (1964-1985). Rio de Janeiro: DP&A, 2003

MENDES, Ricardo Antonio Souza. Ditaduras civil-militares no Cone Sul e a Doutrina de Segurança Nacional: algumas considerações sobre a Historiografia. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 06-38, 2013. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180305102013006>. Acesso em: 9 ago. 2024

MENDES, Ricardo Antonio Souza. O nacionalismo de extrema-direita de Ferdinando de Carvalho. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 261-286, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/revmar.2021.52820>. Acesso em: 19 fev. 2023

MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia. **História do Brasil recente**: 1964-1992. 4. ed. São Paulo: Ed. Atica, 2001

MOREIRA, Stéphanie de Oliveira. A instrumentalização da tortura pela ditadura militar brasileira e suas nuances na contemporaneidade. **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, jul./dez. 2021, p. 237-264. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/33085>. Acesso em: 18 fev. 2025

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 2000. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000

NASCIMENTO, Fernanda de Santos. **A revista A Defesa Nacional e o projeto de modernização do Exército Brasileiro (1931-1937)**. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2346>. Acesso em: 20 fev. 2024

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira: 1964-1985**. São Paulo: Cortez, 2014. *E-book*

OLIVEIRA, Antônio Narciso Pires de; SAHD, Fábio Bacila; CALCIOLARI, Silvia. **Depoimentos para a história: a resistência à ditadura militar no Paraná**. Curitiba: DHPaz, 2014. *E-book*

OSMO, Carla. O caráter sistemático da tortura na ditadura brasileira segundo o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade. In: MIRANDA, Angela Espinosa; RANGEL, Cláudia; COSTA-MOURA, Renata (orgs). **Questões sobre Direitos Humanos: justiça, saúde e meio ambiente**. Vitória: UFES/Proex, 2018, p. 14-34. Disponível em: <https://doi.org/10.30712/isbn9788565276474.14-34>. Acesso em: 12 abr. 2025

PADRÓS, Enrique Serra. América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado. **Revista História e Luta de Classes**, n. 4, ano 3, p. 43-49, 2007. Disponível em: <http://dev.historiaelutadeclasses.com.br/upload/arquivo/2017/11/5b2543f8edbbd140abe2a3b3f859f08d7163e89f>. Acesso em: 6 jan. 2024

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos *et. al.* **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 143-178. *E-book*

PADRÓS, Enrique Serra; SILVA, Jussaramar da; CANÓN, Lisandro. **Terrorismo de Estado**. Niterói, RJ: Brava Gente, 2023. *E-book*

PASSOS, Pâmella. **Vozes a favor do golpe: o discurso anticomunista do IPES como materialidade de um projeto de classe**. Rio de Janeiro: Mórula, 2017. *E-book*

PINTO, Erika Kubik da Costa. A doutrina da *guerre révolutionnaire*: novas hipóteses para a judicialização da repressão no regime de 1964. In: Encontro Anual da ANPOCS, 36, 2012, São Paulo. **Anais eletrônicos**. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2012. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/36-encontro-anual-da-anpocs/gt-2/gt14-2>. Acesso em: 10 jan. 2023

PINTO, Erika Kubik da Costa. Entre a espada de Caxias e a balança de Themis: mudanças institucionais, *guerre révolutionnaire* e Justiça Militar na ditadura de 1964. **Brasiliana**, Londres, v. 10, n. 2, p. 221-239, 2021. Disponível em: <https://tidsskrift.dk/bras/article/view/128411>. Acesso em: 17 fev. 2025

RIPPEL, Leomar. **Operação Três Passos (1965):** movimento de insurreição e resistência contra a ditadura militar brasileira. Tese (Doutorado). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2020. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/5265>. Acesso em: 20 nov. 2023

SARTI, Cynthia. Enunciações da tortura: memórias da ditadura brasileira. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 505-529, 2019. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ra/article/view/165230>. Acesso em: 14 abr. 2025

SILVA, Carla Luciana. Anticomunismo brasileiro: conceitos e historiografia. **Tempos Históricos**, Marechal Cândido Rondon, v. 2, n. 1, p. 195-228, 2000. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/6865>. Acesso em: 16 jan. 2020

SILVA, Carla Luciana. Ditadura e terrorismo de Estado no Brasil: a violência que não vemos. In: PADRÓS, Enrique Serra; SILVA, Jussaramar da; CAÑÓN, Lisandro. **Terrorismo de Estado**. Niterói, RJ: Brava Gente, 2023a, p. 157-186. *E-book*

SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto Grassi. Hegemonia, aparelhos privados e pesquisa na linha de pesquisa Estado e Poder. In: SILVA, Carla Luciana et. al. (orgs). **Estado e poder: lutas de classes e hegemonia**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021, p. 12-26. *E-book*

SILVA, Carla Luciana. Terrorismo de Estado, marxismo e a contribuição de Enrique Padrós à historiografia brasileira. In: CAÑÓN, Lisandro (org). **Terrorismo de Estado: definiciones, conceptos y debates**. Ciudad Autónoma de Córdoba: Lago Editora, 2023b, p. 49-86. *E-book*

SILVA, Jussaramar da. **As conexões repressivas no Cone Sul (1960-1990):** Terrorismo de Estado em conexão internacional. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/20071>. Acesso em: 15 nov. 2023

SILVA, Jussaramar da; CAÑÓN, Lisandro. Terrorismo de Estado: una modalidad particular de régimen capitalista de excepción. In: CAÑÓN, Lisandro (org). **Terrorismo de Estado: definiciones, conceptos y debates**. Ciudad Autónoma de Córdoba: Lago Editora, 2023, p. 9-22. *E-book*

SILVA, Uelber Barbosa. **A ideologia na ontologia de Lukács:** uma aproximação introdutória. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2022. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/9170>. Acesso em: 13 nov. 2023

SILVA, Vicente Gil da. **A Aliança para o Progresso no Brasil:** de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política (1961-1964). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://www.academia.edu/79297599>. Acesso em: 19 jun. 2024

SILVA, Vicente Gil da. O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD): contexto histórico de surgimento e trajetória de Ivan Hasslocher. Simpósio Nacional de História, 31, 2021, Rio de Janeiro. **Anais**. São Paulo: ANPUH Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.snh2021.anpuh.org/site/anais#V>. Acesso em: 23 jun. 2024

SILVA, Vicente Gil da. **Planejamento e organização da contrarrevolução preventiva no Brasil:** atores e articulações transnacionais (1936-1964). Tese (Doutorado). Universidade

Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em:
<https://www.academia.edu/44233780>. Acesso em: 19 jun. 2024

SILVA, Vicente Gil da; SCHWARZ, Laura. Wladimir Lodygensky: a trajetória internacional de um militante anticomunista. **Tempos Históricos**, Marechal Cândido Rondon, v. 26, n. 1, p. 275-299, 2022. Disponível em:
<https://erevista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/27789>. Acesso em: 24 jun. 2024

SILVA JUNIOR, Samuel Fernando da. **O Brasil diante do espelho**: autocracia burguesa e luta de classes na transição conservadora (1974-1988). Tese (Doutorado). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2023. Disponível em:
<https://tede.unioeste.br/handle/tede/6684>. Acesso em: 28 out. 2024

SODRÉ, Nelson Werneck. **A fúria de Calibã**: memórias do golpe de 64. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994

SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. O “monstro cheio de tentáculos” nas ficções do coronel Ferdinando de Carvalho sobre o comunismo e o PCB durante a ditadura civil-militar. In: CARDOSO, Lucileide Costa; CARDOSO, Célia Costa (orgs). **Ditaduras**: memória, violência e silenciamento. Salvador: EDUFBA, 2017, p. 401-426

SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. **Os sete matizes do rosa ou o mundo contaminado pela radiação comunista**: homens vermelhos e inocentes úteis. Tese (Doutorado). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em:
<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/11490>. Acesso em: 16 set. 2020

TEXIER, Jacques. Sociedade civil. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário Gramsciano**: 1926-1937. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 732-735

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, p. 13-28. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/S0102-01882004000100002>. Acesso em: 23 jan. 2019

VISACRO, Alessandro. **Guerra Irregular**: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história. São Paulo: Contexto, 2009. *E-book*

VOZA, Pasquale. Intelectual orgânico. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário Gramsciano**: 1926-1937. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 430-431

ZAPARTE, Andréia. **A DOPS e a repressão ao movimento estudantil em Curitiba – Paraná (1964-1969)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2011. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/1775>. Acesso em: 06 nov. 2019

ZAPARTE, Andréia. **Luta e resistência**: memórias sobre o movimento estudantil no Paraná e o enfrentamento à Ditadura Civil-Militar. Tese (Doutorado). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2024. Disponível em:
<https://tede.unioeste.br/handle/tede/7083>. Acesso em: 10 fev. 2025

ANEXO B – QUADRO DE TORTURADORES

NOME PELO QUAL É INDICADO NA DENÚNCIA	COMO É IDENTIFICADO PELO DENUNCIANTE	LOCAL DA TORTURA	ANO	Nº DO DENUNCIANTE	Nº BNM	OUTRAS REFERÊNCIAS
FÁBIO BANDEIRA		DVS (DOPS) - Belo Horizonte	69	1422 e 1058	158	Fábio Bandeira de Figueiredo - Chefe do Departamento de Vigilância Social em Janeiro de 1969 (BNM 499)
FÁBIO CAMARGO (ver Lessa)	Delegado	DOPS - São Paulo	69	1366	294	Fábio Lessa de Souza Camargo - Delegado Adjunto de DOPS (BNM 95)
FÁBIO LESSA	Delegado	DOPS - São Paulo	69	1610	294	
FÁBIO LESSA	Delegado	São Paulo	69	119	681	
FÁBIA BRANCA	Investigador do DOPS	OBAN - São Paulo	70	818	95 e 105	
FÁBIA BRANCA		OBAN - São Paulo	69	183	95	
FAUOIR	Membro do CCC	OBAN - São Paulo	69	416	299	
FAUSTO VENÂNCIO DA SILVA	Policial da Sec. Seg. Pública	DOPS - Pernambuco	71	1316	118	Fausto Venâncio da Silva Filho - Policial do DOPS de Recife (BNM 118)
FAUSTO VENÂNCIO DA SILVA		Recife	71	274	118	
FAUSTO	Investigador	DSS - Pernambuco	70	574	179	
FAUSTO		DOPS - Pernambuco	71	1177	345	
FEDERINANDO	Coronel	Artilharia Divisionária/5ª - Paraná	67	713	512	Coronel Art. Dena - Ferdinando de Carvalho (BNM 512)
FERNANDO	Detetive	DOPS - Rio de Janeiro	65	1385	23	
FERNARDO	Sargento	Quartel de Lins (SP)	73	1174	663	Sargento E. B. Ferronato (P.P.R.G.)
FERRIRA	Cabo PM	DOPS - Minas Gerais	71	319	117	
FITIPALDI		COOI - Ceará	72	590	92	
FININHO	Investigador	DOPS - São Paulo	71	651	529	Investigador Azenar Augusto de Oliveira (P.P.R.G.)
FLEURY (ver Sérgio Fleury)	Delegado	DOPS - São Paulo	69	1709	9	Delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury (BNM 9)
FLEURY	Delegado	DOPS - São Paulo	70	1727	102	
FLEURY	Delegado		71	1788	542	
FLEURY	Delegado	DOPS - São Paulo	70	1682	11	
FLEURY	Delegado	DOPS - São Paulo	71	350	240	
FLEURY	Delegado	DOPS - São Paulo	69	328	2	
FLEURY	Delegado	DEIC - São Paulo	69	454	221	